

Plano Estratégico 2021_2026

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

4º Trimestre de 2022

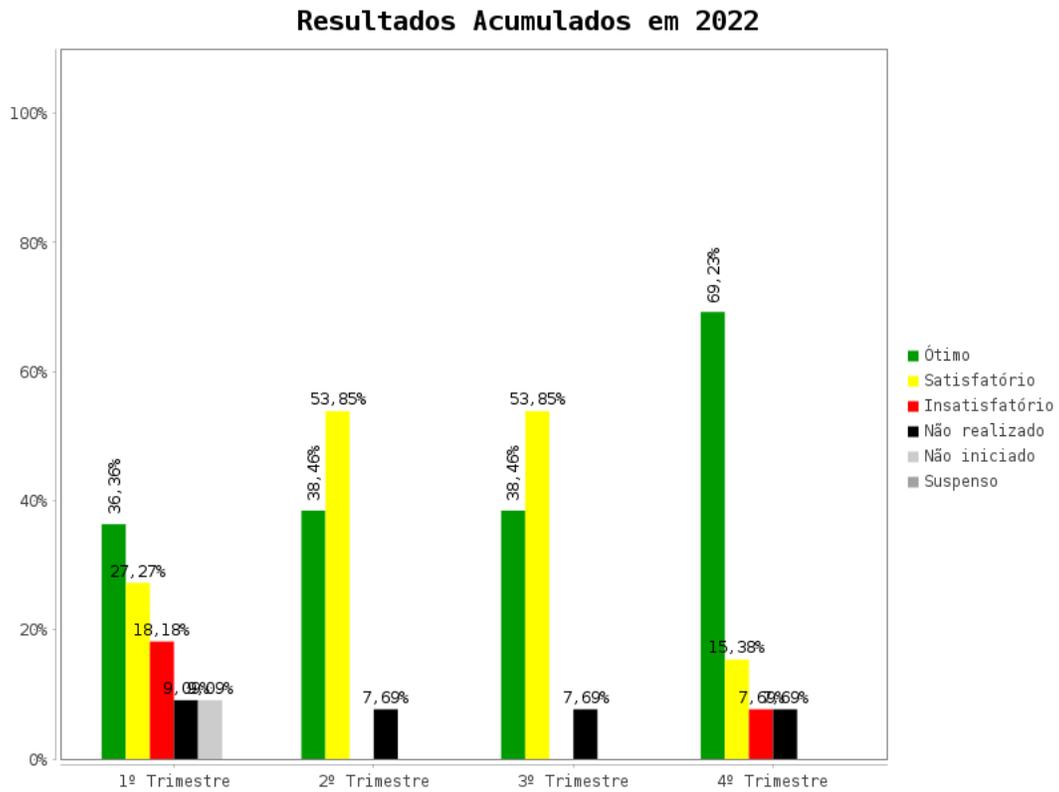
1. Mapa Geral

Satisfatório Plano Estratégico 2021_2026

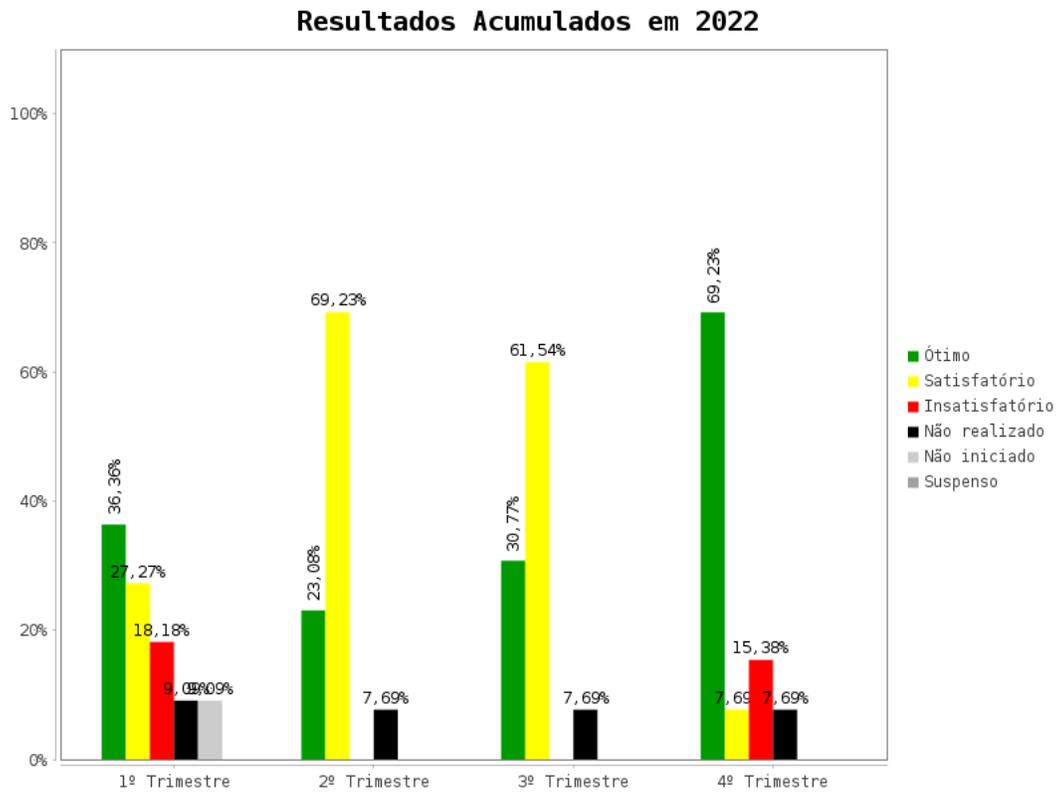
Sociedade				
Processos Internos	<p>Aprimorar a gestão do processo eleitoral</p> <p>80,00%</p>	<p>Promover a educação eleitoral e a participação cidadã</p> <p>100,00%</p>	<p>Aprimorar a gestão da comunicação e do relacionamento institucional</p> <p>92,16%</p>	<p>Promover a gestão de informações de forma padronizada, segura e transparente</p> <p>48,85%</p>
Recursos	<p>Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação</p> <p>79,71%</p>	<p>Aprimorar a gestão orçamentária e financeira</p> <p>69,24%</p>	<p>Promover a transformação digital</p> <p>97,66%</p>	<p>Aperfeiçoar a infraestrutura</p> <p>97,34%</p>

2. Evolução Qualitativa dos Desempenhos por Trimestre

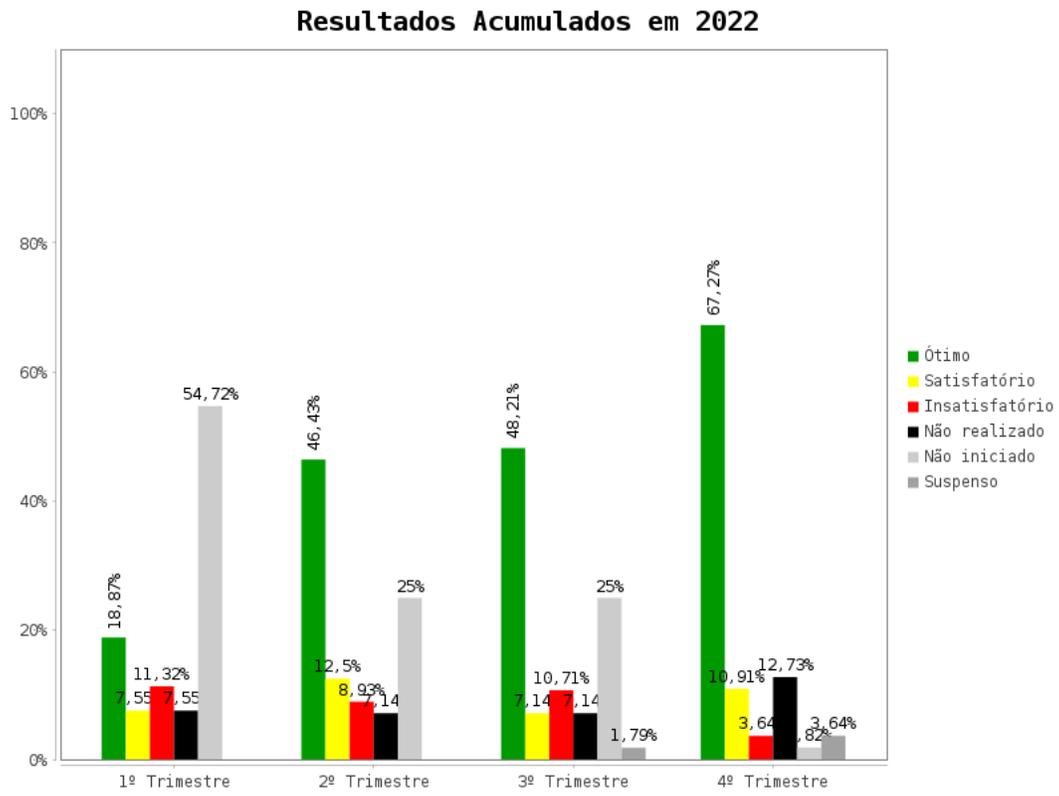
2.1. Objetivos Estratégicos



2.2. Indicadores Estratégicos



2.3. Indicadores de Apoio



3. Resultados 4º Trimestre de 2022.

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
Plano Estratégico 2021_2026				79,51%	Satisfatório
OE 01 - Garantir dos direitos da cidadania				100,00%	Ótimo
IE 01 - Taxa de cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário	124,41%	94,00%	1	132,35%	Ótimo
OE 02 - Fortalecer a relação institucional com a Sociedade				96,49%	Ótimo
IE 02 - Taxa de satisfação do cliente externo do tribunal regional eleitoral do rio de janeiro		50,00%			Suspensão
IE 03 - Taxa de satisfação do público externo com os canais de comunicação	80,17%	85,00%	1	94,32%	Insatisfatório
IE 04 - Taxa de Atendimento no Prazo das Demandas Recebidas da Ouvidoria	93,86%	95,00%	1	98,80%	Ótimo
IE 05 - Índice da Transparência	94,87%	98,45%	1	96,36%	Satisfatório
OE 03 - Aprimorar a gestão do processo eleitoral				80,00%	Ótimo
IE 06 - Taxa de requerimentos de alistamento eleitoral por meio digital					Suspensão
IE 07 - Taxa de zonas eleitorais com padrão mínimo de eficiência		50,00%	1	0,00%	Não realizado
IE 08 - Taxa de mesários voluntários					Não iniciado
IE 09 - Taxa de aperfeiçoamento dos processos eleitorais	8,00%	6,70%	1	119,40%	Ótimo
IE 10 - Taxa de aderência dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições	46,15%	35,00%	1	131,87%	Ótimo
IE 11 - Taxa de aderência ao PIE	61,17%	50,00%	1	122,33%	Ótimo
IE 12 - Taxa de eleitores, com cadastro biométrico, habilitados a votar pela biometria	88,46%	87,00%	1	101,68%	Ótimo
OE 04 - Garantir agilidade e efetividade na prestação jurisdicional				86,59%	Ótimo
IE 13 - Taxa de atendimento à demanda – 1º grau	235,53%	100,00%	1	235,53%	Ótimo
IE 14 - Taxa de atendimento à demanda – 2º grau	60,43%	100,00%	1	60,43%	Satisfatório
IE 15 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais – 1º grau	34,90%	44,71%	1	121,95%	Ótimo

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 16 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais - 2º grau	45,63%	40,00%	1	85,93%	Satisfatório
OE 05 - Combater os ilícitos eleitorais				0,00%	Não realizado
IE 17 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 1º Grau		1,00%	1		Não realizado
IE 18 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 2º Grau		1,00%	1		Não realizado
OE 06 - Promover a educação eleitoral e a participação cidadã				100,00%	Ótimo
IE 19 - Taxa de estudantes atendidos em ações socioeducativas	450,42%	450,00%	1	100,09%	Ótimo
IE 20 - Taxa de atendimento a demanda de ações socioeducativas	230,77%	87,00%	1	265,25%	Ótimo
OE 07 - Aprimorar a gestão da comunicação e do relacionamento institucional				92,16%	Ótimo
IE 21 - Taxa de inserções positivas na imprensa	98,45%	95,00%	1	103,63%	Ótimo
IE 22 - Taxa de repercussão positiva de pautas e campanhas de iniciativa do Tribunal	9.110,00%	90,00%	1	10.122,22%	Ótimo
IE 23 - Taxa de resposta à imprensa no prazo	63,36%	75,00%	1	84,48%	Ótimo
IE 24 - Taxa de alcance das mídias sociais	1,92%	2,50%	1	76,94%	Satisfatório
IE 25 - Taxa de alcance das notícias institucionais internas	7,95%	8,00%	1	99,40%	Ótimo
OE 08 - Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional				85,55%	Ótimo
IE 26 - Índice de aprimoramento da governança institucional	64,02%	67,20%	1	95,27%	Satisfatório
IE 27 - Taxa de Maturidade da Execução da Estratégia	27,22%	15,00%	1	181,48%	Ótimo
IE 28 - Taxa de processos críticos com riscos geridos		20,00%	1		Não realizado
IE 29 - Taxa de aprimoramento da gestão de riscos e controles internos	32,50%	35,00%	1	92,86%	Ótimo
IE 30 - Taxa de auditorias que alcançaram o padrão mínimo de qualidade	100,00%	60,00%	1	166,67%	Ótimo
IE 31 - Taxa de implementação das recomendações da auditoria interna destinadas ao aprimoramento da gestão de controles internos	53,97%	40,00%	1	134,92%	Ótimo
IE 32 - Taxa de implementação das recomendações da auditoria interna	61,54%	50,00%	1	123,08%	Ótimo
IE 33 - Índice de gestão e governança das contratações	53,20%	65,00%	1	81,85%	Ótimo

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 34 - Taxa de aderência das contratações ao Plano de Contratações Anual (PCA)	61,32%	60,00%	1	102,20%	Ótimo
OE 09 - Promover a gestão de informações de forma padronizada, segura e transparente				48,85%	Insatisfatório
IE 35 - Taxa de ativos de informação avaliados quanto à existência de dados pessoais - LGPD		50,00%	1		Não realizado
IE 36 - Taxa de assentamentos funcionais de servidores ativos e inativos digitalizados	71,56%	75,00%	1	95,42%	Ótimo
IE 37 - Índice de aprimoramento do processo administrativo eletrônico	67,38%	65,00%	1	103,66%	Ótimo
IE 38 - Índice de serviços críticos com gestão de risco de segurança da informação		1,00%	1		Não realizado
OE 10 - Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação				79,71%	Satisfatório
IE 40 - Índice de satisfação com o clima organizacional		68,00%	1		Não realizado
IE 41 - Taxa de realização de Exames Periódicos de Saúde (EPS)	12,24%	10,00%	1	122,36%	Ótimo
IE 42 - Taxa de aderência ao PAC	59,14%	60,00%	1	98,57%	Ótimo
IE 43 - Taxa de unidades avaliadas por competência	18,01%	18,00%	1	101,00%	Ótimo
IE 44 - Taxa de servidores capacitados	58,23%	40,00%	1	145,57%	Ótimo
OE 11 - Aprimorar a gestão orçamentária e financeira				69,24%	Satisfatório
IE 46 - Taxa da Execução Planejada de Orçamento de Despesas Discricionárias	78,04%	83,00%	1	94,03%	Satisfatório
IE 47 - Taxa de execução do orçamento de despesas discricionárias	95,27%	95,00%	1	100,29%	Ótimo
IE 48 - Taxa de execução planejada do orçamento de iniciativas estratégicas	0,00%	20,00%	1	0,00%	Insatisfatório
IE 49 - Taxa de pagamento de empenho	75,47%	91,00%	1	82,93%	Ótimo
OE 12 - Promover a transformação digital				97,66%	Ótimo
IE 50 - Taxa de disponibilidade dos serviços essenciais de TIC	99,73%	95,00%	1	104,98%	Ótimo
IE 51 - Índice de governança de TIC	78,65%	65,00%	1	121,00%	Ótimo
IE 52 - Taxa de satisfação dos usuários de TIC	95,24%	70,00%	1	136,05%	Ótimo
IE 53 - Taxa de adequação dos equipamentos aos padrões	81,64%	95,00%	1	85,94%	Ótimo

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 54 - Taxa de entrega de soluções de TI	88,89%	50,00%	1	177,78%	Ótimo
IE 55 - Taxa de atendimento ao Plano de Transformação Digital	85,71%	75,00%	1	114,28%	Ótimo
OE 13 - Aperfeiçoar a infraestrutura				97,34%	Ótimo
IE 56 - Taxa de unidades com infraestrutura adequada	17,39%	11,80%	1	147,38%	Ótimo
IE 57 - Taxa de unidades com condições adequadas de segurança	75,54%	79,78%	1	94,69%	Ótimo

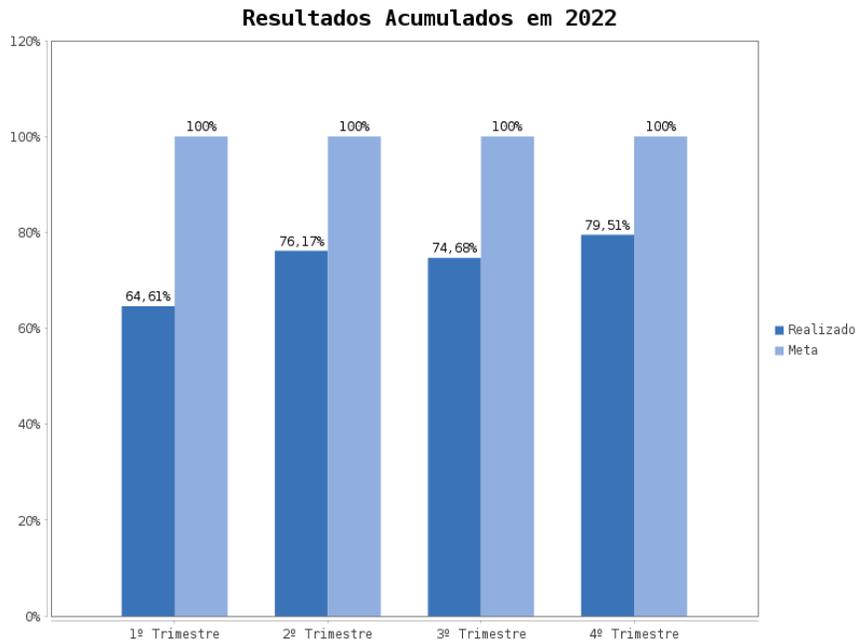
Obs: Os indicadores do tipo quanto menor melhor terão seus desempenhos limitados em 0 % e os do tipo quanto maior melhor em 100%, para efeito de cálculo dos IEs.

4. Resultados do Período

Plano Estratégico 2021_2026

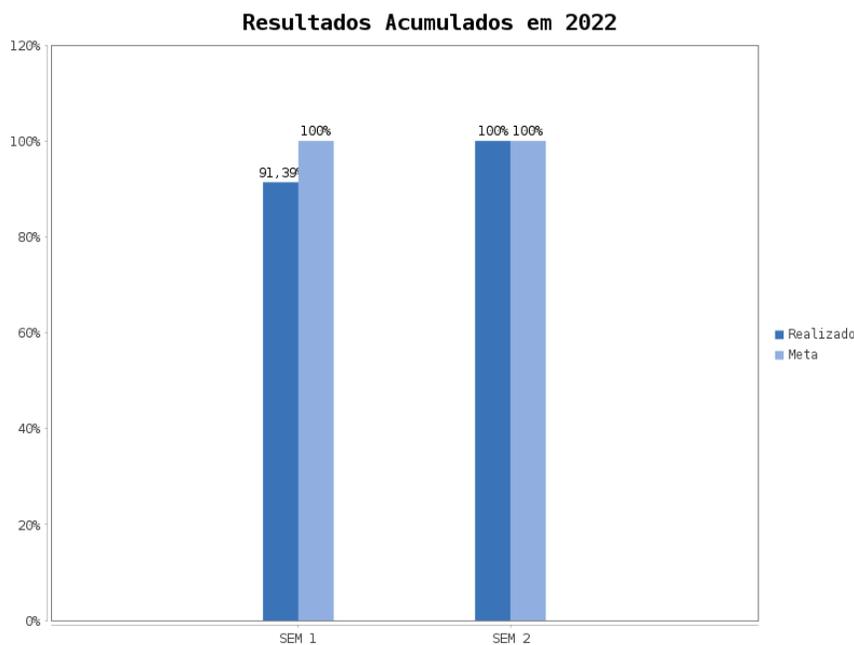
Satisfatório

Desempenho do Período: 79,51%



Responsável: SEDEST.

Fechamento pela SEDEST em 09/02/2023.

OE 01 - Garantir dos direitos da cidadania**Ótimo****Desempenho do Período: 100,00%****Responsável: SGPR.**

Análise de contextoAnálise de contextoO OE 01 é composto por um único indicador estratégico, o IE 01 – Taxa de Cumprimento das MetasNacionais do Poder Judiciário, que mede o percentual de cumprimento das Metas Nacionais do PoderJudiciário estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça.Após um desempenho insuficiente no cumprimento das Metas Nacionais no ano de 2021, este Tribunaldeu início a um processo de recuperação, no qual foram projetadas diversas ações objetivando impactarpositivamente o desempenho nas metas que serão detalhadas no campo seguinte.Ações realizadas no último período e resultados obtidos1- implantação da ferramenta Athena, responsável pela extração e envio de dados do PJE e envio aoCNJ;2- configuração e saneamento de grande volume de informações através da ferramenta Themis pelasunidades judiciais de primeiro e segundo grau em conjunto com a STI;3- limpeza da base processual constante no CNJ com a manutenção de dados à partir de 2020 de acordocom recomendação daquele Conselho;4- intensificação de reuniões entre Unidades Judiciárias, STI, CPLAN e Presidência para monitoramento eidentificação de ações necessárias ao bom cumprimento das metas;5- desenvolvimento de projeto estratégico para tratamento e monitoramento de dados de prestaçãojudicial;6- implementação de painéis de bi de monitoramento no primeiro e segundo graus;7- ações de comunicação entre unidades julgadoras de primeiro e segundo graus;8- ações corretivas de lançamento de informação pelas zonas eleitoraisComo principais resultados alcançados é possível avaliar o excelente desempenho do Tribunalacumulado no ano de 2022, apesar do período eleitoral impactar fortemente a base processual doTribunal no período:Meta 1 - Julgar mais processos que os distribuídos: 182,90% Meta 2 -Julgar processos mais antigos:119,36% Meta 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administraçãopública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais: Eleições 2018 - 111,11%; Eleições 2020 -128,51% Meta 9 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário: 100% Meta 10 - Promover a TransformaçãoDigital – Justiça 4.0: 100% Obs.: Os dados referentes às metas 1, 2 e 4 foram extraídos do sistemaATENAS em 13/01/2023.Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora /estabilidade / piora de desempenho do objetivo)A tendência é de manutenção de desempenho positivo no cumprimento das Metas Nacionais propostaspara o ano de 2023, dada a implementação da sistemática de trabalho ocorrida em 2022.Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasManutenção da priorização pela Alta Administração para preservação e aplicação das açõesdesenvolvidas ao longo de 2022.Riscos associados ao objetivoAusência de Priorização para implementação e fortalecimento de ações que objetivem o cumprimentode todas as Metas Nacionais propostas pelo CNJ para o segmento eleitoral.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos..

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)..

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas..

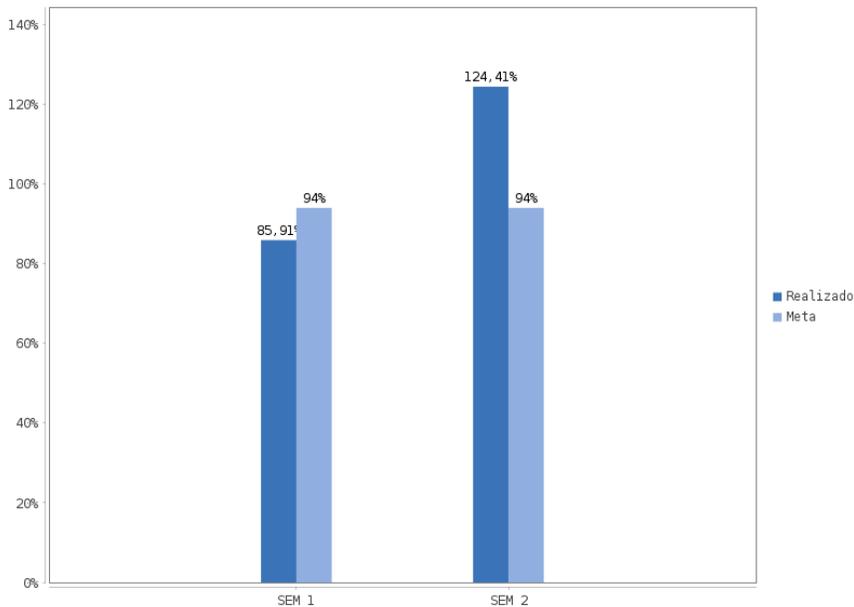
Riscos associados ao objetivo..

IE 01 - Taxa de cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário

Ótimo

Desempenho do Período: 132,35%

Resultados Acumulados em 2022



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CPLAN.

Análise de contexto

Após um desempenho insuficiente no cumprimento das Metas Nacionais no ano de 2021 por este Tribunal, a saber: Meta 1 - 76,58% Meta 2 - 76,99% Meta 4 - Eleições 2018 37,04% e Eleições 2020 108,08% Meta 9 - 90,00% Meta 10 - 100% e Meta Especifica 90% Em 2022, iniciou-se um processo de recuperação, no qual foram projetadas diversas ações objetivando impactar positivamente o desempenho nas metas que serão detalhadas no campo seguinte.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

- 1- implantação da ferramenta Athena, responsável pela extração e envio de dados do PJE e envio ao CNJ;
- 2- configuração e saneamento de grande volume de informações através da ferramenta Themis pelas unidades judiciais de primeiro e segundo grau em conjunto com a STI;
- 3- limpeza da base processual constante no CNJ com a manutenção de dados à partir de 2020 de acordo com recomendação daquele Conselho;
- 4- intensificação de reuniões entre Unidades Judiciárias, STI, CPLAN e Presidência para monitoramento e identificação de ações necessárias ao bom cumprimento das metas;
- 5- desenvolvimento de projeto estratégico para tratamento e monitoramento de dados de prestação judicial;
- 6- implementação de painéis de BI de monitoramento no primeiro e segundo grau;
- 7- ações de comunicação entre unidades julgadoras de primeiro e segundo grau;
- 8- ações corretivas de lançamento de informação pelas zonas eleitorais

Como principais resultados alcançados é possível avaliar o excelente desempenho do Tribunal acumulado no ano de 2022, apesar do período eleitoral impactar fortemente a base processual do Tribunal no período:

Meta 1 - Julgar mais processos que os distribuídos: 182,90% Meta 2 - Julgar processos mais antigos: 119,36% Meta 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais: Eleições 2018 - 111,11%; Eleições 2020 - 128,51% Meta 9 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário: 100% Meta 10 - Promover a Transformação Digital – Justiça 4.0: 100% Obs.: Os dados referentes às metas 1, 2 e 4 foram extraídos do sistema ATENAS em 13/01/2023.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é de manutenção de desempenho positivo no cumprimento das Metas Nacionais propostas para o ano de 2023, dada a implementação da sistemática de trabalho ocorrida em 2022.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Manutenção da priorização pela Alta ADM para preservação e aplicação das ações desenvolvidas ao longo de 2022.

Riscos associados ao objetivo

Ausência de Priorização para implementação e fortalecimento de ações que objetivem o cumprimento de todas as Metas Nacionais propostas pelo CNJ para o segmento eleitoral.

OE 02 - Fortalecer a relação institucional com a Sociedade**Ótimo****Desempenho do Período: 96,49%****Responsável: SGPR.**

Análise de contexto Ao final do quarto trimestre de 2022, observa-se que o OE 02 (Fortalecer a relação institucional com a sociedade) obteve ótimo desempenho, alcançando o índice de 96,49% da meta cumprida. O objetivo conta, atualmente, com três indicadores estratégicos ativos, a saber: IE 03 (Taxa de satisfação do público externo com os canais de comunicação), IE 04 (Taxa de atendimento no prazo das demandas recebidas da Ouvidoria) e IE 05 (Índice da Transparência). O IE 02, que mede a Taxa de satisfação do cliente externo do TRE-RJ, foi suspenso para o 2º semestre de 2022, tendo em vista a necessidade de revisão da pesquisa de satisfação dos atendimentos realizados nas Zonas Eleitorais. O IE 03, que mede a taxa de satisfação do público externo com os canais de comunicação, evoluiu ao longo do ano de 2022 e, a despeito de ligeira queda no comparativo com o trimestre anterior, atingiu 94,32% da meta, o que representa ótimo desempenho. No que toca ao atendimento prestado pela Ouvidoria, das 105 avaliações realizadas, 73 foram consideradas positivas pelos usuários, atingindo um índice de satisfação de 69,52%. Neste ponto, verifica-se queda no patamar alcançado na medição anterior, quando o índice de usuários satisfeitos totalizou 75%. Os temas mais demandados foram: (i) filas para a votação; (ii) auxílio alimentação de mesários; e (iii) folga de mesário e prioridade de votação. Em relação à CAT, das 3519 avaliações realizadas, 2991 foram positivas, perfazendo o índice de satisfação de 85% do usuário externos com os serviços prestados pela Central. Não foi possível aferir os temas que concentraram maior número de demandas na Central de Atendimento ao Eleitor, uma vez que a empresa responsável pela Unidade de Resposta Auditável (URA) não disponibilizou o relatório da pesquisa de satisfação. Importa salientar que o 4º trimestre inclui os fins de semana das eleições, aumentando a quantidade de demandas na Ouvidoria e de ligações na CAT. O IE 04 alcançou ótimo índice de desempenho, atingindo 98,80% da meta estipulada. Neste ponto, importa ressaltar que a meta inicialmente fixada para o referido indicador estratégico foi redimensionada após a medição referente ao 2º trimestre por decisão do CGE. No período ora avaliado, a Ouvidoria recebeu 292 reclamações e denúncias, 246 delas atendidas tempestivamente e 46 de forma intempestiva, devido a atrasos nas respostas dos cartórios eleitorais à Ouvidoria. Dentre os pedidos de informação com base na Lei de Acesso à Informação, apenas uma demanda não foi atendida no prazo, devido ao atraso na informação pela unidade responsável. Conforme aponta a variável PIP (Pedido de Informação no Período), foram recebidos um total de 36 pedidos, sendo 35 tempestivos (variável ATLAI — Atendimentos Tempestivos com base na LAI no Período). Cabe ressaltar que não foram recebidas demandas sobre a Lei Geral de Proteção de Dados. Por fim, o IE 05, que mede o desempenho do TRE-RJ no Ranking da Transparência do Poder Judiciário que, no ano de 2022, atingiu 94,87% da pontuação, não alcançando a meta de 98,45% fixada para o período.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos: Elaboração de planos de ação com vistas à implementação dos quesitos não atendidos no Ranking da Transparência de 2022.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo): Estima-se que o objetivo estratégico apresente melhora, tendo em vista a perspectiva de melhor desempenho no Ranking da Transparência, bem assim da implementação de novas ferramentas de medição das demandas recebidas pela Ouvidoria.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas: Analisar, nos próximos trimestres, se há recorrência no atraso das respostas pelas unidades demandadas, para que seja possível identificar o motivo da perda de prazo constante, e buscar uma solução conjunta com os setores que apresentarem dificuldades. - Adesão aos planos de ação elaborados com vistas à implementação dos quesitos não pontuados por este TRE-RJ no Ranking da Transparência do CNJ.

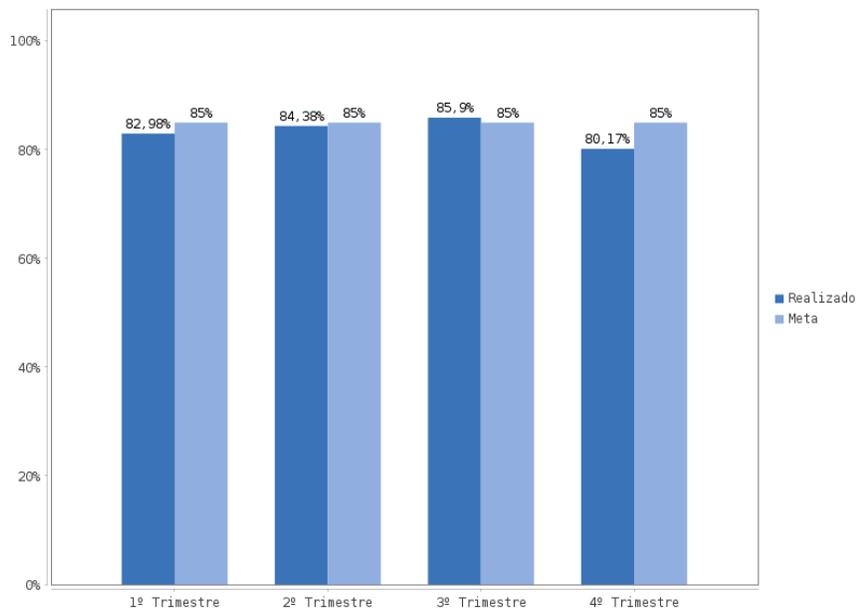
Riscos associados ao objetivo: Risco de imagem do Tribunal junto à sociedade. - Desempenho insatisfatório no Ranking da Transparência 2023.

IE 03 - Taxa de satisfação do público externo com os canais de comunicação

Insatisfatório

Desempenho do Período: 94,32%

Resultados Acumulados em 2022



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: OUVE.

Análise de contexto

O 4º trimestre de 2022 inclui os finais de semana das eleições, aumentando a quantidade de demandas na Ouvidoria e de ligações na CAT.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Na CAT foram recebidas 11731 ligações, pelo sistema da Ouvidoria foram recebidas 373 demandas e no facebook/instagram foram recebidas 1342 mensagens. A satisfação no sistema da Ouvidoria ficou em 69,52%. Os temas mais demandados foram, na ordem: 1) Fila, 2) Auxílio Alimentação de Mesários e 3) Folga de Mesário e Prioridade de Votação. Não foi possível aferir a da CAT, tendo em vista que a empresa responsável pela URA não disponibilizou o relatório da pesquisa de satisfação.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Nos primeiros 6 meses de 2023 a tendência deve ser de melhora no indicador, em razão do retorno ao atendimento presencial, sem agendamento, bem como da probabilidade de atendimento das demandas no prazo pelas unidades responsáveis, tendo em vista tratar-se de ano não eleitoral.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

O atendimento das demandas no prazo pelas unidades demandadas é essencial para a satisfação do usuário externo e, principalmente, uma resposta que seja resolutiva do problema apresentado pelo usuário.

Riscos associados ao objetivo

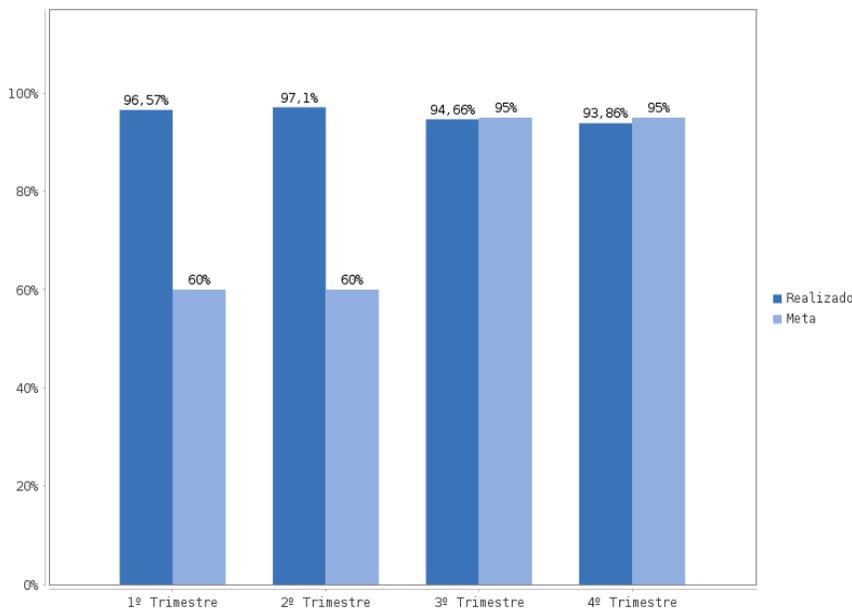
Risco de imagem e credibilidade do Tribunal junto ao público externo.

IE 04 - Taxa de Atendimento no Prazo das Demandas Recebidas da Ouvidoria

Ótimo

Desempenho do Período: 98,80%

Resultados Acumulados em 2022



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: OUIVE.

Análise de contexto

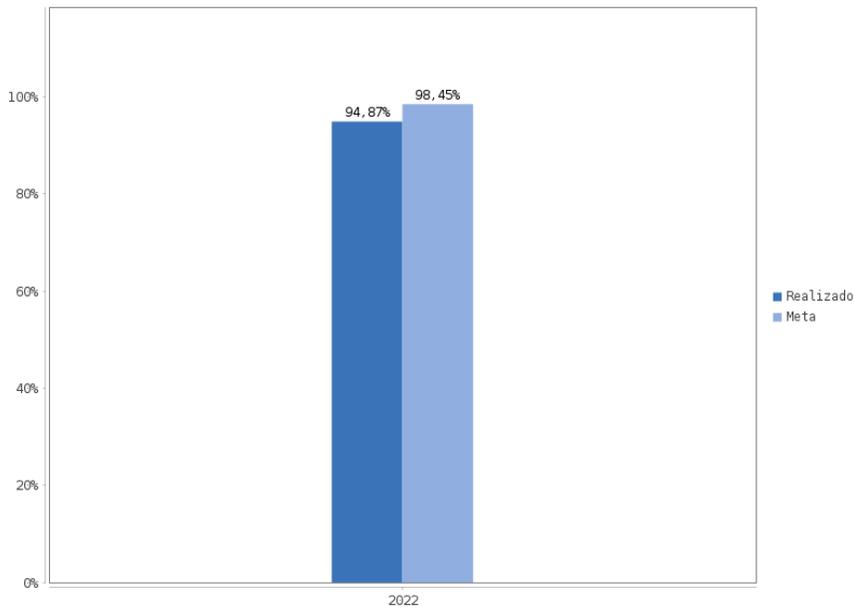
Apesar do grande volume de ocorrências, as demandas da Ouvidoria são tratadas dentro do prazo pelo setor enviadas para as unidades responsáveis pela informação, quando necessário. Com a implementação das ferramentas Tempo de Resposta das Unidades e ATRDP (Atendimento Tempestivos à Reclamações e Denúncias no período), foi possível identificar onde houve dificuldades para cumprimento dos prazos. Ações realizadas no último período e resultados obtidos De acordo com a variável RDP (Reclamações e Denúncias no Período), a Ouvidoria recebeu 292 reclamações e denúncias. Segundo a variável ATRDP (Atendimento Tempestivos à Reclamações e Denúncias no período), 246 demandas foram atendidas tempestivamente e 46 intempestivas, devido a atrasos nas respostas dos cartórios eleitorais à Ouvidoria. Em relação aos pedidos de informação com base na Lei de Acesso à Informação, 1 demanda não foi atendida no prazo, devido ao atraso na informação pela unidade responsável. Conforme aponta a variável PIP (Pedido de Informação no Período), foram recebidos um total de 36 pedidos, sendo 35 tempestivos (variável ATLAI — Atendimentos Tempestivos com base na LAI no Período). Cabe ressaltar que não foram recebidas demandas sobre Lei Geral de Proteção de Dados, conforme apontam as variáveis PLGPD (Pedidos de LGPD no Período) e ATBLGPD (Atendimentos Tempestivos com base na LGPD no Período). Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Com a implementação das novas ferramentas de medição, foi possível identificar o atraso no envio da resposta de 46 reclamações/denúncias solicitadas pela Ouvidoria. Dessa forma, será possível identificar ao longo do prazo se algumas unidades apresentam maior dificuldade em cumprir os prazos estipulados e, se as mesmas, necessitam de orientação para solucionar tal problema. Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Analisar, nos próximos trimestres, se há recorrência no atraso das respostas pelas unidades demandas, para que seja possível identificar o motivo da perda de prazo constante, e buscar uma solução conjunta com os setores que apresentarem dificuldades. Riscos associados ao objetivo Insatisfação do usuário devido ao não cumprimento dos prazos.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo

IE 05 - Índice da Transparência**Satisfatório****Desempenho do Período: 96,36%****Resultados Acumulados em 2022****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASIPRE.****Análise de contexto**

O indicador IE 05 (Índice da transparência) mede o desempenho do TRE-RJ no Ranking da Transparência do Poder Judiciário que, no ano de 2022, atingiu 94,87% da pontuação, passando a ocupar a 19ª posição dentre os Tribunais Eleitorais.

Destaque-se o desempenho deste Tribunal desde 2018, ano em que foi instituído o referido Ranking:

- (i) 2018: 59,85% (18ª posição);
- (ii) 2019: 77,05% (18ª posição);
- (iii) 2020: 97,74% (7ª posição); e
- (iv) 2021: 92,27% (22ª posição).

A despeito da pequena melhora no desempenho, não foi atingida a meta estipulada para o ano de 2022, fixada em 98,45%.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Comparativamente ao ano anterior, este Tribunal passou a atender aos seguintes quesitos:

- (i) Item 30 - O órgão publica o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) e/ou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação)?
- (ii) Item 71 - Mensalmente, as diárias e passagens concedidas, por nome e cargo do favorecido, além da data, o destino, o motivo da viagem e o valor das diárias pagas e dos bilhetes emitidos?
- (iii) Item 81 - (O tribunal/conselho utiliza intérprete de linguagem brasileira de sinais em manifestações públicas?), e
- (iv) Item 82 - O tribunal/conselho utiliza legenda em manifestações públicas?).

De modo a assegurar um melhor desempenho deste Tribunal no ano de 2023, foram elaborados planos de ação com vistas à implementação dos itens abaixo relacionados:

- (i) Item 6 - O órgão publica os dados gerais para o acompanhamento de programas, ações e projetos?
- (ii) Item 32 - O órgão possui Painel com informações relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação, que permitam a extração de dados públicos?

Com relação à utilização de audiodescrição nas manifestações públicas, quesito novamente não atendido no ano de 2022, há a expectativa de contratação do serviço pelo Tribunal.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A expectativa é de melhora no desempenho do TRE-RJ no Ranking da Transparência de 2023, tendo em vista a perspectiva de implementação dos quesitos não atendidos no ano anterior.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Adesão aos planos de ação elaborados com vistas à implementação dos quesitos não pontuados por este TRE-RJ.

Riscos associados ao objetivo

Desempenho insatisfatório no Ranking da Transparência 2023.

OE 03 - Aprimorar a gestão do processo eleitoral**Ótimo****Desempenho do Período: 80,00%****Responsável: DG.**

Análise de contextoO Objetivo Estratégico OE03 versa sobre o Aprimoramento da gestão do processo eleitoral é composto por 7 indicadores estratégicos, a saber:

- 1 - IE 06 - Taxa de requerimento de alistamento eleitoral por meio digital;
- 2 - IE 07 - Taxa de Zonas Eleitorais com Padrão Mínimo de Eficiência
- 3 - IE 08 – Taxa de mesários voluntários
- 4 - IE 09 – Taxa de Aperfeiçoamento dos Processos Eleitorais
- 5 - IE 10 – Taxa de Aderência dos Planos de Ação e Projetos Resultantes das Avaliações das Eleições
- 6 - IE 11 – TAXA DE ADERÊNCIA AO PIE
- 7 - IE 12 - Taxa de eleitores, com cadastro biométrico, habilitados a votar pela biometria

Ao longo do ano de 2022 os indicadores IE 07 e IE 08 passaram por estruturação de modo que seu desempenho pudesse ser medido, no entanto, findo o 4 trimestre do ano esses dados ainda não puderam ser obtidos. Ademais, cabe o destaque da evolução do resultado do objetivo ao longo do ano encerrando o ciclo com desempenho ótimo atingindo 80,00% da meta estabelecida, frente aos 67,86% obtidos no primeiro, 75,00% obtidos no segundo, 66,67% no terceiro.

Em relação ao indicadores com medição:

1 - IE 06 - Taxa de requerimento de alistamento eleitoral por meio digital, objetiva impulsionar a realização de de requerimentos de alistamento por meio digital. Fortemente impactado no segundo trimestre de 2022 pela ocorrência do fechamento do cadastro em 04/05/22, momento em que verificou-se elevação de requerimentos recebidos pelas Zonas Eleitorais. exemplificando é possível observar no mês de abril, primeiro do trimestre, foi verificado um aumento de 78,69% no quantitativo total de RAEs no TRE/RJ em relação ao mês anterior, sendo que o quantitativo de RAEs oriundos do atendimento presencial aumentou 240,78%, enquanto aqueles recebidos pelo Título NET aumentaram 69,98%.No mês de maio, foi verificado um aumento de 65,61% no quantitativo total de RAEs no TRE/RJ em relação ao mês anterior, sendo que o quantitativo de RAEs oriundos do atendimento presencial aumentou 110,40%, enquanto aqueles recebidos pelo Título NET aumentaram 60,61%.

2 - IE 09 – Taxa de Aperfeiçoamento dos Processos Eleitorais, objetiva medir a avaliação média do público interno em relação às atividades desenvolvidas no processo eleitoral e sua periodicidade de medição e análise são bianuais, ou seja, após cada pleito eleitoral, sendo apurado com base avaliação das eleições, realizadas pelos(as) servidores(as) e magistrados(as) do TRE-RJ.

A medição é feita a partir do somatório das médias das avaliações atribuídas a cada tema previsto na avaliação das Eleições dividido pelo número de temas submetidos à avaliação. Ressalte-se o fato de se tratar de um indicador bianual cujo primeiro ciclo de medição ocorreu em 2022.

3 - IE 10 – Taxa de Aderência dos Planos de Ação e Projetos Resultantes das Avaliações das Eleições, objetiva medir a quantidade de planos de ação e projetos resultantes da avaliação da eleição anterior previstos para serem executados e que foram concluídos no prazo planejado.

Destaque-se que em relação ao quarto trimestre de 2022 não havia melhoria prevista para ser implementada, não sendo, também, concluída nenhuma das três melhorias oriundas da Avaliação das Eleições de 2022 ainda pendentes de implementação, razão pela qual as variáveis foram equivalentes a zero. No entanto, considerando a meta anual de 35% para 2022, o desempenho do indicador foi considerado ótimo (verde - $\geq 80\%$), haja vista ter alcançado 131,87% do grau de cumprimento da referida meta.

As melhorias que ainda estão pendentes são:

- ESTRUTURAÇÃO DO TREINAMENTO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA — cujo prazo de conclusão foi estendido até março/2023;

- ESTRUTURAÇÃO DOS CANAIS INTERNOS DE COMUNICAÇÃO DO TRE-RJ — cujo processo fora sobrestado até novembro/2022 e voltou a tramitar em dezembro/2022, não havendo, ainda, a definição de novo plano de ação e novos prazos para a implementação da melhoria;

- MELHORIA DO PROCESSO DE TRABALHO “REGISTRAR CANDIDATOS” — cujo processo fora sobrestado até novembro/2022, não havendo, ainda, a definição de novo plano de ação e novos prazos para a implementação da melhoria;

Destaca-se, ainda, que no quarto trimestre, houve a deflagração do processo de Avaliação das Eleições 2022.

4 - IE 11 – TAXA DE ADERÊNCIA AO PIE que objetiva medir as “Entregas” previstas no Plano Integrado das Eleições nos prazos estipulados, mesmo que algumas de suas respectivas “Tarefas” não tenham sido cumpridas nos prazos inicialmente previstos.

Destaca-se que algumas “Entregas” foram concluídas poucos dias após o prazo final previsto no planejamento. Ou seja, para fins de medição do indicador não foram contabilizadas como realizadas no prazo, mas foram, contudo, concluídas a tempo de se tornarem efetivas para os trabalhos relacionados ao pleito eleitoral. Em relação ao desempenho do indicador, sobretudo, no quarto trimestre, o desempenho do indicador foi considerado ótimo (verde - $\geq 80\%$) alcançando o percentual de 122,33% do grau de cumprimento da meta (estipulada em 50% para o ano de 2022), uma vez que das 75 “Entregas” previstas para serem concluídas no período, 55 delas foram concluídas no prazo planejado.

No que diz respeito ao ciclo de monitoramento do PIE 2020, que ainda se encontra em fase final de execução, restam pendentes as atividades relacionadas ao exame e julgamento das prestações de contas eleitorais dos candidatos e partidos, bem como ao exame das prestações de contas do suprimento de fundos das Eleições 2020, ambas em andamento, conforme informações prestadas pela Ascepa e pela SOF.

5 - IE 12 - Taxa de eleitores, com cadastro biométrico, habilitados a votar pela biometria que objetiva medir o índice de reconhecimento biométrico dos eleitores nas urnas eletrônicas. A meta estipulada para o período atual era de 87% e foi atingido o resultado de 88,46% nas Eleições 2022. A adoção da biometria reduz significativamente a intervenção humana no processo de votação, pois a urna só é liberada para votação quando o leitor biométrico identifica as impressões digitais da eleitora ou do eleitor, as quais são verificadas eletronicamente a partir do banco de dados unificado da Justiça Eleitoral. A identificação biométrica foi testada pela primeira vez pela Justiça Eleitoral nas Eleições de 2008, em três municípios do país. Desde então, a quantidade de eleitores com coleta biométrica vem aumentando e a expectativa é de que 100% do eleitorado nacional possua biometria coletada até 2026. O eleitor pode ter sua biometria na base de eleitores da Justiça Eleitoral de duas formas: 1) Coleta realizada pela Justiça Eleitoral, nas zonas eleitorais, centrais de atendimento ou postos temporários de atendimento 2) Biometria proveniente de convênios realizados pela Justiça Eleitoral com órgãos externos, para aproveitamento das coletas realizadas nesses órgãos. Temos como exemplo o DETRAN-RJ e o SENATRAN (antigo DENATRAN). De acordo com o Art. 1º-A da Resolução TSE nº 23.611/2019, incluído pela Resolução TSE nº 23.625/2020, a identificação biométrica foi desabilitada nas eleições 2020. Portanto, em alguns casos de comparação, serão mencionados dados das Eleições de 2018.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos IE 06 - Tendo em vista o fechamento do cadastro eleitoral, foram realizadas campanhas de divulgação e estímulo aos eleitores no sentido de utilizarem o sistema Título NET. Os resultados obtidos foram satisfatórios, tendo em vista que os RAEs oriundos do Título NET foram responsáveis por cerca de 86% dos requerimentos recebidos pelas Zonas Eleitorais no período sob análise.

IE 09 - A fim de mitigar os riscos relacionados à baixa aderência da execução ao planejamento no pleito passado, as seguintes ações foram desenvolvidas pela ASPLEL, unidade responsável pelo monitoramento do PIE 2022, desde sua construção, ainda no segundo semestre de 2021:

1 – Revisão constante do processo de trabalho relacionado ao Planejamento das Eleições 2022, iniciado em maio de 2021, inclusive sendo iniciada a construção da respectiva Rotina Administrativa, que ainda está em fase de aprimoramento por parte desta unidade;

2 — Revisão e readequação de prazos e alguns responsáveis, de acordo com as Resoluções do TSE que disciplinaram as Eleições 2022;

3 - Encaminhamento mensal do processo SEI de monitoramento do PIE 2022 às macrounidades, para atualização do sistema PIE e registro das devidas justificativas nas hipóteses de atrasos no início ou na conclusão das tarefas pelos responsáveis de cada unidade;

4 – Compilação das informações encaminhadas pelas unidades e envio mensal do processo SEI de Monitoramento do PIE 2022 à Diretoria-Geral, para ciência dos atrasos e apreciação dos requerimentos formulados;

5 - Envio de e-mail alertando as unidades para a tempestiva alimentação do sistema PIE;

6 - Solicitações das melhorias implementadas no sistema do PIE e da criação de painel BI junto à Secretaria de Tecnologia da Informação, para aprimorar o acompanhamento da execução do Plano;

7 — Realização de reuniões periódicas entre as gestoras e gestores, a fim de tratar especificamente da gestão da execução das Entregas relacionadas ao planejamento das Eleições 2022;

8 – Monitoramento mensal dos Planos de Ação construídos para implementação das melhorias decorrentes da Avaliação das Eleições, com instrução dos respectivos processos SEI e encaminhamento à Diretoria-Geral, para fins de conhecimento do andamento das atividades neles previstas e eventual atuação junto às unidades responsáveis, de forma a garantir que as melhorias priorizadas pela Administração sejam implementadas até o próximo pleito.

IE 10 - Em relação ao ciclo monitoramento da Avaliação das Eleições 2020:

1 — Os andamentos dos planos de ação foram publicados na Intranet > Portal das Eleições > submenu Eleições Anteriores > Eleições 2020 > Avaliação das Eleições 2020 > Monitoramento;

2 – Os processos de monitoramento foram mensalmente instruídos, com informação à Coordenadoria de Planejamento Estratégico e à Diretoria-Geral, para fins de conhecimento do andamento dos planos de ação e eventual atuação junto às unidades responsáveis pela execução das melhorias, cabendo destacar que, nestes casos, também foram tramitados os processos de execução, conforme a necessidade específica de cada melhoria.

Em relação ao ciclo elaboração da Avaliação das Eleições 2022:

1 — Processo SEI específico foi autuado e o Plano de Ação do referido ciclo aprovado pela Diretoria-Geral;

2 — Os três formulários de coleta de dados da Avaliação das Eleições 2022 foram construídos, disponibilizados e amplamente divulgados (Aviso, e-mail e Whatsapp) a todas as servidoras e servidores, magistradas e magistrados deste Regional;

3 — O resultado da Avaliação das Eleições 2022 foi apresentado pela Asplel/Cplan/DG às gestoras e gestores do TRE/RJ, oportunidade na qual foram apresentadas as próximas etapas do processo, que tem previsão de findar em junho do corrente ano, com a publicação do relatório final na intranet.

IE 11 - a fim de mitigar os riscos relacionados à possível baixa aderência ao PIE, as seguintes ações foram desenvolvidas pela Asplel, unidade responsável pelo monitoramento do PIE 2022:

1 – Encaminhamento mensal do processo de monitoramento no SEI às macrounidades, para atualização do sistema PIE e apresentação de justificativas nas hipóteses de atrasos no início ou na conclusão das tarefas pelos responsáveis de cada unidade;

2 - Compilação das informações encaminhadas pelas unidades e envio mensal do processo SEI de Monitoramento do PIE 2022 à Diretoria-Geral, para ciência dos atrasos e apreciação dos requerimentos formulados;

3 - Envio de e-mail alertando às unidades para a tempestiva alimentação do sistema PIE;

4 - Revisão e readequação de prazos, nomes de entregas/tarefas e unidades responsáveis, conforme requerimentos formulados pelas macrounidades e aprovados pela Diretoria-Geral no âmbito do monitoramento mensal;

5 - Utilização do Painel BI com a finalidade de auxiliar no acompanhamento mensal das tarefas do PIE e na extração de estatísticas para análise de dados pelas unidades interessadas e, principalmente, pela Administração Superior.

6 – Conversas periódicas com as gestoras e gestores e/ou assistentes de planejamento, a fim de tratar especificamente da gestão da execução das Entregas relacionadas ao planejamento das Eleições 2022.

IE 12 - 1. Melhoramento contínuo no ambiente informatizado do cartório eleitoral pela STI, propiciando um sistema mais estável e eficiente -

1.1. Velocidade de rede: os links de internet foram aumentados em todos os cartórios, a partir de 2019. Antes os links possuíam de 2Mb a 8Mb de velocidade, agora todos estão na faixa de 8Mb a 20Mb (apenas um cartório se encontra com velocidade de 4 Mb).

1.2. Atualização do parque de computadores: Os computadores dos cartórios eleitorais foram trocados por modelos mais potentes e com sistema operacional atualizado (passou do Windows 7 para Windows 10), conforme previsto no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2021-2023.

1.3. Políticas de grupos e scripts de automatização: As políticas de grupo e os scripts adotados pela STI no domínio dos computadores de zonas eleitorais haviam sido otimizados em 2019, padronizando as configurações necessárias ao pleno funcionamento do kit biométrico e diminuindo a quantidade de erros. Entretanto, como a coleta biométrica está suspensa desde março de 2020 e ainda não retornou no estado do RJ após a reabertura do cadastro eleitoral, em novembro de 2022, o kit biométrico ainda não foi testado de forma contínua no Windows 10. Quando isso ocorrer, poderemos nos deparar com novos problemas e novas soluções deverão ser encontradas.

2. Normatização do TSE no sentido de não haver aproveitamento das biometrias oriundas de convênios com órgãos externos (Detran-RJ e SENATRAN — antigo DENATRAN) que não foram reconhecidas nas urnas e precisaram ser validadas pelo mesário por meio de código - De acordo com o Manual de ASE, o ASE 485 registra no cadastro do eleitor a informação de que sua biometria não foi validada na urna eletrônica na última eleição. Este procedimento visa evitar que biometrias de má qualidade sejam inseridas no cadastro eleitoral, forçando a necessidade de o eleitor realizar nova coleta biométrica na Justiça Eleitoral. Nas Eleições 2018, foi verificado no relatório do Sistema ELO que vários eleitores do RJ receberam esse ASE no fim de abril de 2019. Em relação às Eleições 2022, ainda não há ASE desta natureza lançado para qualquer eleitor.

3. Utilização de modelos de urnas mais recentes – para as eleições 2022, grande parte do parque de urnas do TRE-RJ foi atualizado pelo TSE com equipamentos Modelo 2020 (UE2020), que garantem um maior índice de aceitação no reconhecimento biométrico. Perto de 40% das urnas deste modelo foram utilizados na última eleição. Mas merece destaque o fato de que a UE2020 ficou concentrada na capital e em alguns municípios da região metropolitana, onde, teoricamente, as digitais dos eleitores são menos desgastadas e ajudam na elevação do índice de reconhecimento biométrico. Conforme relatório extraído do BI do TSE, o índice de reconhecimento biométrico deste modelo de urna ficou em torno de 93% no estado do RJ, contra pouco mais de 89% no modelo 2015 e 80% no modelo 2010, por exemplo. As estatísticas completas encontram-se no quadro abaixo: Modelo de Urna / Turno / Percentual de eleitores com biometria habilitados por digital2009 - 1º Turno - 81,00%2009 - 2º Turno - 80,90%2010 - 1º Turno - 80,42%2010 - 2º Turno - 80,48%2011 - 1º Turno - 86,61%2011 - 2º Turno - 86,96%2013 - 1º Turno - 86,98%2013 - 2º Turno - 88,51%2015 - 1º Turno - 89,68%2015 - 2º Turno - 89,92%2020 - 1º Turno - 93,31%2020 - 2º Turno - 93,68%

Deste modo, em tese, considerando que o TRE-RJ receberá novas urnas nas próximas eleições em substituição às antigas, a tendência é de que o percentual de reconhecimento biométrico seja maior nesses modelos. Porém, deve-se considerar a deterioração natural dos equipamentos de informática, podendo causar a diminuição do índice de reconhecimento biométrico em relação à última eleição nas urnas de modelos anteriores. Em razão disso, a evolução da meta também depende da quantidade de novas urnas que o RJ receberá nas próximas eleições.

4. Treinamento de mesários com foco na identificação biométrica – Em todas as eleições o TSE realiza Testes em Campo para testes de Sistemas Eleitorais com a participação de servidores e funcionários do TSE e de todos os TRES e, nesta eleição, pela primeira vez, foi criado um cenário específico para o Fluxo da Seção Eleitoral, com todas as peculiaridades existentes na seção eleitoral no dia da eleição, inclusive o reconhecimento biométrico. Com os resultados obtidos nestes testes, explicações detalhadas sobre o procedimento a ser adotado foram inseridas nos treinamentos de mesários (EAD e Manual).

5. Troca de modelo de urna entre os dois turnos — Entre os dois turnos, o TSE enviou aos regionais um relatório de alerta contendo seções que tiveram baixo índice de reconhecimento biométrico (abaixo de 10%). No caso do TRE-RJ, foram 35 seções em 11 zonas eleitorais. Este baixo percentual pode ser devido a algumas causas:

- * Má qualidade das digitais dos eleitores
- * Orientação inadequada dos mesários aos eleitores sobre a correta forma de posicionar o dedo no sensor biométrico da urna
- * Problema no sensor biométrico das urnas

Para tentar mitigar o problema, o Tribunal solicitou à VPCRE que verificasse a questão dos mesários e coube à STI o envio de urnas de modelo diverso para serem utilizadas nestas seções no 2º turno. O TSE não enviou novo relatório sobre os resultados do 2º turno e infelizmente o BI do TSE que está servindo de fonte para esta análise não traz o detalhamento a nível de seção (só de zona), mas como 2 das 11 zonas possuíam apenas uma seção nesta situação, foi possível verificar no BI de 2º turno os dados da urna de modelo diferente que foi utilizada no pleito. Nestas 2 seções, podemos perceber uma significativa melhora:

- * A seção 23 da zona 34 (Santo Antonio de Pádua) saltou de 7% de reconhecimento biométrico, no 1º turno, para 67% no 2º turno.
- * A seção 193 da zona 26 (Nova Friburgo) saltou de 1% de reconhecimento biométrico, no 1º turno, para 68% no 2º turno

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)A tendência de desempenho do objetivo é de ligeira perda de performance para no próximo período,

considerando os impactos causados pelos indicadores não medidos e a estruturação para o novo ciclo eleitoral (2024 que será uma eleição municipal historicamente capaz de onerar mais as Zonas Eleitorais no que concerne aos Processos Eleitorais de Registro de Candidaturas e Prestação de Contas de Campanha e todas as incertezas relacionadas a retomada da coleta biométrica pelas Zonas Eleitorais, principalmente, em relação ao funcionamento/estabilidade dos kits biométricos.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas¹ - construção da Rotina Cartorária relacionada à elaboração do PIE, com todas as melhorias que foram pensadas ao longo dos últimos dois pleitos, a fim de que o próximo planejamento seja feito de forma a se aproximar o máximo possível da realidade, buscando, dessa forma, o gradual aumento da aderência da execução do Plano.

2 - Melhoramento contínuo no ambiente informatizado do cartório eleitoral pela STI, propiciando um sistema mais estável e eficiente

3 - Contato contínuo com o TSE e com outros regionais em busca das melhores práticas para funcionamento do kit e da coleta de biometria

4 - Utilização majoritária de modelos de urnas mais recentes - depende de aquisição de novas urnas pelo TSE

5 - Treinamento de mesários dedicando atenção especial às informações sobre eleitores com biometria

Riscos associados ao objetivo Retorno da coleta de dados biométricos e de revisões eleitorais, que exigem o comparecimento presencial do eleitor, poderão afetar negativamente o objetivo.

Dimensionamento equivocado dos prazos previstos para o início e fim das tarefas e entregas do PIE 2024;

Atraso na execução das tarefas previstas no Plano, o que desencadeia atrasos na implementação das ações necessárias ao trabalho das zonas eleitorais e/ou de outras unidades;

Dificuldade na identificação da necessidade de readequação dos prazos previstos nos planos de ação construídos para implementação das melhorias oriundas da Avaliação das Eleições, as quais foram priorizadas pela Administração para implementação até o próximo pleito;

Não identificação, pelas unidades responsáveis, da necessidade de dar andamento aos planos de ação sob suas responsabilidades, assim como de encaminhar à Asplel, no prazo assinalado para tanto, os reportes mensais;

Alterações significativas na legislação eleitoral ou nos normativos e/ou na estrutura deste TRE-RJ, que de alguma forma, possam impactar o trabalhos relacionados às eleições municipais;

Atraso na execução das tarefas previstas no plano ou na atualização dos seus status no sistema PIE, tendo em vista que no primeiro trimestre do ano não eleitoral as unidades normalmente estão com déficit de pessoal por motivo de afastamentos por motivo de férias e banco de horas acumulados;

Dimensionamento equivocado dos prazos previstos para início e fim das tarefas e entregas do PIE 2022.

Qualidade das coletas de digitais, convênio realizado com órgãos externos para aproveitamento da biometria, operação incorreta do mesário e modelos de urnas defasados utilizados na votação.

Aproveitamento dos dados biométricos de órgãos externos, como o Detran-RJ e Senatran (antigo Denatran). Com esse convênio, caso todas as biometrias importadas sejam aproveitadas no cadastro eleitoral, o percentual do eleitorado do estado do Rio de Janeiro com dados biométricos subiria de 56% para cerca de 70%. Entretanto, para que as biometrias sejam aproveitadas, elas precisam ter sido validadas durante a votação nas Eleições 2022. O TSE informará nos próximos meses quantos eleitores oriundos destes órgãos tiveram a biometria validada. O convênio, extremamente benéfico ao TRE-RJ, trouxe, em contrapartida, alguns pontos que podem ter diminuído o percentual de identificação biométrica: 1. As dificuldades que geram má qualidade na coleta de digitais ocorridas na Justiça Eleitoral podem ter se repetido naquele órgão. 2. A resolução TSE 23.659/2021, em seu Art. 8º, §1º, indica que novas digitais devem ser coletadas a cada 10 anos, para garantir os requisitos de qualidade. Esse prazo foi recomendado pela Polícia Federal à Justiça Eleitoral, em 2009. Muitas digitais importadas dos órgãos externos podem ter vindo com coletas ocorridas há mais tempo. Prosseguindo na análise, a operação incorreta do mesário no momento da habilitação do eleitor também pode ter tido influência nesta meta, como um posicionamento incorreto no sensor ou a repetição de dedos nas quatro tentativas, em vez de haver alternância entre os dedos, conforme orientação do Manual do Mesário. Certamente o treinamento aos mesários foi de excelência, como é habitual na Justiça Eleitoral. Entretanto, a biometria é uma novidade que costuma causar muitas dificuldades e o aprimoramento costuma ocorrer com a prática, nas eleições posteriores. Por fim, apesar de mais de 40% das urnas do Estado nas Eleições 2022 terem sido do modelo mais recente (UE2020), ainda tivemos mais de 30% de urnas com mais de 10 de anos de utilização (modelos UE2009, UE2010 e UE2011), ocasionando uma redução no índice de eleitores habilitados biometricamente, já que o desempenho do hardware tende a cair com o passar do tempo. Abaixo segue tabela com o percentual

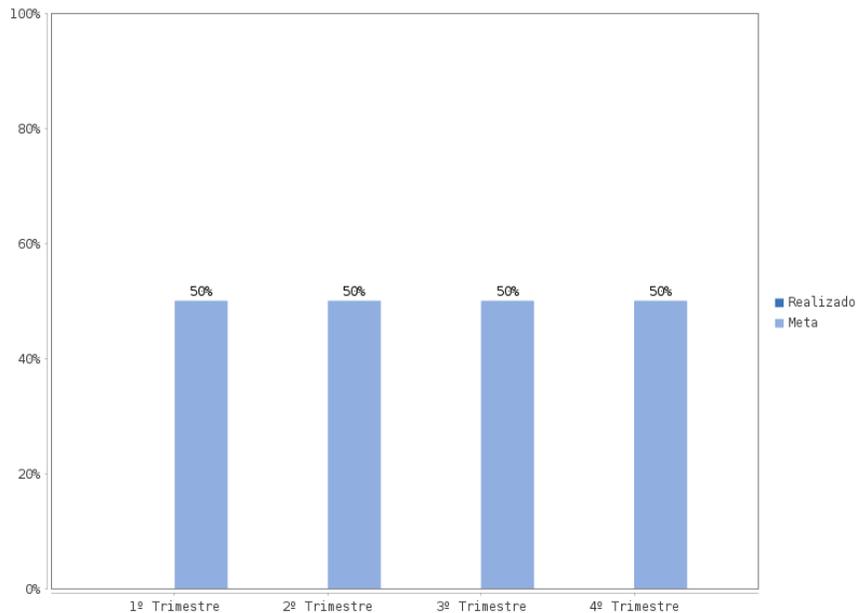
utilizado de cada modelo. Modelo de urna / Percentual de utilização nas Eleições 2022 UE2009 - 9,81% UE2010 - 18,74% UE2011 - 2,50% UE2013 - 5,32% UE2015 - 21,85% UE2020 - 41,79%

IE 07 - Taxa de zonas eleitorais com padrão mínimo de eficiência

Não realizado

Desempenho do Período: 0,00%

Resultados Acumulados em 2022



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CSORI.

Análise de contexto

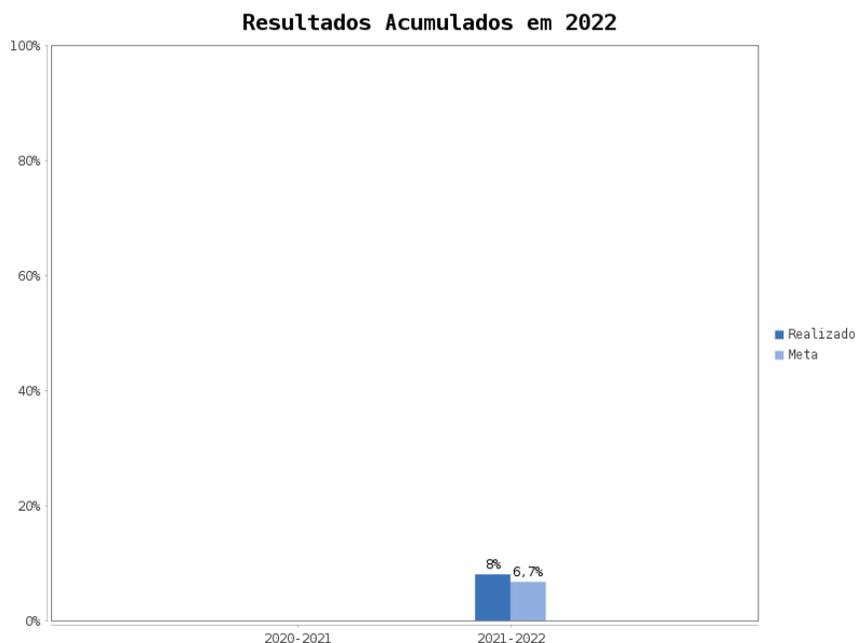
IE 07 - Taxa de Zonas Eleitorais com Padrão Mínimo de Eficiência" ainda não está em monitoramento, tendo em vista que ainda encontra-se em processo de testes e validação para ser implementada o painel BI

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo

IE 09 - Taxa de aperfeiçoamento dos processos eleitorais**Ótimo****Desempenho do Período: 119,40%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASPLEL.****Análise de contexto**

Trata-se de análise do Indicador Estratégico IE 09 – "TAXA DE APERFEIÇOAMENTO DOS PROCESSOS ELEITORAIS", referente às Eleições de 2022, cuja periodicidade é bianual.

Inicialmente, cabe destacar que esta é a primeira medição e análise deste indicador após a entrada em vigor do atual Plano Estratégico do TRE-RJ 2021/2026, que não possui mais indicadores de apoio aos indicadores estratégicos, mas tão-somente indicadores estratégicos, dos quais a Asplel é responsável por três deles (IE 09- TAXA DE APERFEIÇOAMENTO DOS PROCESSOS ELEITORAIS, IE 10 - TAXA DE ADERÊNCIA DOS PLANOS DE AÇÃO E PROJETOS RESULTANTES DAS AVALIAÇÕES DAS ELEIÇÕES e IE 11 - TAXA DE ADERÊNCIA AO PIE), pertencentes ao Objetivo Estratégico 03 - Aprimorar a Gestão do Processo Eleitoral, de responsabilidade da Diretoria-Geral.

O Indicador Estratégico em análise, denominado Taxa de Aperfeiçoamento dos Processos Eleitorais, foi elaborado para medir a avaliação média do público interno em relação às atividades desenvolvidas no processo eleitoral e sua periodicidade de medição e análise são bianuais, ou seja, após cada pleito eleitoral, sendo apurado com base avaliação das eleições, realizadas pelos(as) servidores(as) e magistrados(as) do TRE-RJ.

A medição é feita a partir do somatório das médias das avaliações atribuídas a cada tema previsto na avaliação das Eleições dividido pelo número de temas submetidos à avaliação.

Para que fossem definidas as metas de 2022 (6,70), 2024 (7,0) e 2026 (7,5), usou-se como parâmetro a média da avaliação das eleições de 2020 (6,60), utilizando-se, para tanto, a métrica de notas de 1 a 10 para cada tema avaliado. No entanto, na Avaliação das Eleições de 2022 julgou-se mais adequada a utilização da métrica de notas de 1 a 5 para cada tema avaliado e não mais de 1 a 10, como ocorrera em 2020.

Dessa forma, a fim de que o cálculo pudesse ser inserido no sistema Gerir, a Asplel teve de realizar as adequações necessárias para tanto, multiplicando por dois o somatório das médias das notas de 1 a 5 (83,91), totalizando 167,82, sendo preciso arredondar o referido número para 168, uma vez que o sistema não aceita "vírgulas" para notas.

Sendo assim, o valor de 168 foi dividido por 21 (quantitativo de temas submetidos à Avaliação), totalizando a nota 8 como média da Avaliação das Eleições 2022 (pelo cálculo inicial seria 4 numa escala de 1 a 5).

Sendo assim, o desempenho do indicador foi considerado ótimo (verde - =80%), alcançando o percentual de 119,40% do grau de cumprimento da meta (estipulada na nota média de 6,70 para o ano de 2022).

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A fim de mitigar os riscos relacionados à baixa aderência da execução ao planejamento no pleito passado, as seguintes ações foram desenvolvidas pela ASPLEL, unidade responsável pelo monitoramento do PIE 2022, desde sua construção, ainda no segundo semestre de 2021:

1 – Revisão constante do processo de trabalho relacionado ao Planejamento das Eleições 2022, iniciado em maio de 2021, inclusive sendo iniciada a construção da respectiva Rotina Administrativa, que ainda está em fase de aprimoramento por parte desta unidade;

2 — Revisão e readequação de prazos e alguns responsáveis, de acordo com as Resoluções do TSE que disciplinaram as Eleições 2022;

3 - Encaminhamento mensal do processo SEI de monitoramento do PIE 2022 às macrounidades, para atualização do sistema PIE e registro das devidas justificativas nas hipóteses de atrasos no início ou na conclusão das tarefas pelos responsáveis de cada unidade;

4 – Compilação das informações encaminhadas pelas unidades e envio mensal do processo SEI de Monitoramento do PIE 2022 à Diretoria-Geral, para ciência dos atrasos e apreciação dos requerimentos formulados;

5 - Envio de e-mail alertando as unidades para a tempestiva alimentação do sistema PIE;

6 - Solicitações das melhorias implementadas no sistema do PIE e da criação de painel BI junto à Secretaria de Tecnologia da Informação, para aprimorar o acompanhamento da execução do Plano;

7 — Realização de reuniões periódicas entre as gestoras e gestores, a fim de tratar especificamente da gestão da execução das Entregas relacionadas ao planejamento das Eleições 2022;

8 – Monitoramento mensal dos Planos de Ação construídos para implementação das melhorias decorrentes da Avaliação das Eleições, com instrução dos respectivos processos SEI e encaminhamento à Diretoria-Geral, para fins de conhecimento do andamento das atividades neles previstas e eventual atuação junto às unidades responsáveis, de forma a garantir que as melhorias priorizadas pela Administração sejam implementadas até o próximo pleito.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Primeiramente, cabe destacar que a próxima medição do IE-09 somente ocorrerá após o próximo pleito e que o Planejamento Integrado das Eleições 2024 somente se iniciará a partir do 2º trimestre do corrente ano.

Espera-se que o desempenho do indicador mantenha-se estável no próximo período, considerando que neste ano já superou bastante todas as metas inicialmente prevista no Plano Estratégico do TRE-RJ 2021/2026, sendo certo, contudo, que o pleito de 2022 tratou-se de Eleições Gerais, as quais demandam menos esforço por parte Zonas Eleitorais principalmente no que concerne aos Processos Eleitorais de Registro de Candidaturas e Prestação de Contas de Campanha.

Desta forma, levando esse fato em consideração, esta Assessoria pretende solicitar a revisão das metas do referido indicador, assim como a alteração da ficha do indicador para readequação das unidades de medida do indicador para a escala de 1 a 5 e também das metas bianuais.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A Asplel dará prosseguimento ao processo de construção da Rotina Cartorária relacionada à elaboração do PIE, com todas as melhorias que foram pensadas ao longo dos últimos dois pleitos, a fim de que o próximo planejamento seja feito de forma a se aproximar o máximo possível da realidade, buscando, dessa forma, o gradual aumento da aderência da execução do Plano.

A Assessoria continuará, ainda, a realizar o monitoramento mensal dos planos de ação a serem construídos para implementação das melhorias priorizadas pela Administração na Avaliação das Eleições de 2022, os quais deverão estar concluídos até o próximo pleito.

Riscos associados ao objetivo

Seguem alguns riscos que podem contribuir para o baixo desempenho do indicador:

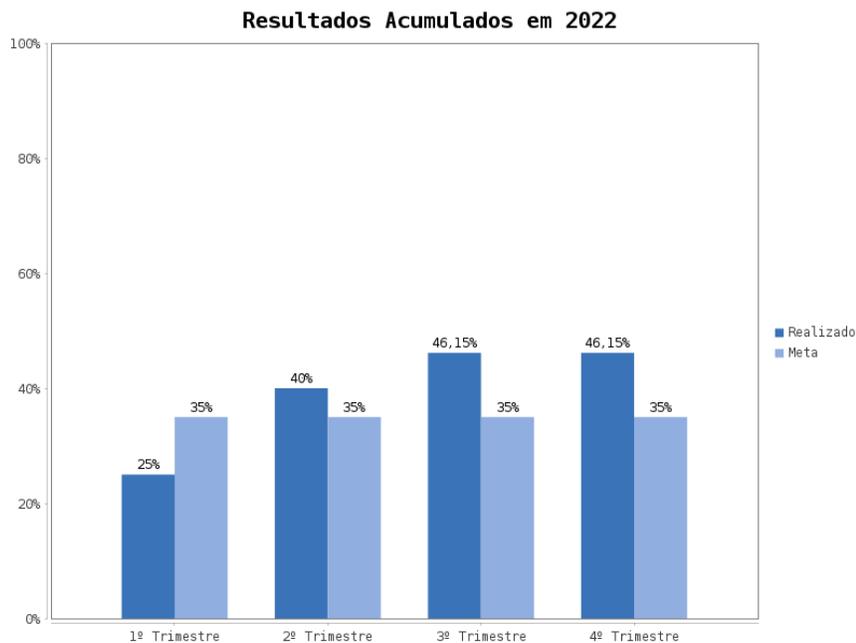
1 – Dimensionamento equivocado dos prazos previstos para o início e fim das tarefas e entregas do PIE 2024.

2 - Atraso na execução das tarefas previstas no Plano, o que desencadeia atrasos na implementação das ações necessárias ao trabalho das zonas eleitorais e/ou de outras unidades;

3 – Dificuldade na identificação da necessidade de readequação dos prazos previstos nos planos de ação construídos para implementação das melhorias oriundas da Avaliação das Eleições, as quais foram priorizadas pela Administração para implementação até o próximo pleito;

4 – Não identificação, pelas unidades responsáveis, da necessidade de dar andamento aos planos de ação sob suas responsabilidades, assim como de encaminhar à Asplel, no prazo assinalado para tanto, os reportes mensais;

5 – Alterações significativas na legislação eleitoral ou nos normativos e/ou na estrutura deste TRE-RJ, que de alguma forma, possam impactar o trabalhos relacionados às eleições municipais.

IE 10 - Taxa de aderência dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições**Ótimo****Desempenho do Período: 131,87%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASPLEL.****Análise de contexto**

Trata-se de análise trimestral do Indicador Estratégico IE 10 – "TAXA DE ADERÊNCIA DOS PLANOS DE AÇÃO E PROJETOS RESULTANTES DAS AVALIAÇÕES DAS ELEIÇÕES ", referente aos eventos ocorridos nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2022.

Inicialmente, vale relembrar que esta é a quarta medição e análise efetuadas após a entrada em vigor do atual Plano Estratégico do TRE-RJ 2021/2026, que não possui mais indicadores de apoio aos indicadores estratégicos, mas tão-somente indicadores estratégicos, dos quais a Asplel é responsável por três deles (IE 09- TAXA DE APERFEIÇOAMENTO DOS PROCESSOS ELEITORAIS, IE 10 - TAXA DE ADERÊNCIA DOS PLANOS DE AÇÃO E PROJETOS RESULTANTES DAS AVALIAÇÕES DAS ELEIÇÕES e IE 11 - TAXA DE ADERÊNCIA AO PIE), pertencentes ao Objetivo Estratégico 03 - Aprimorar a Gestão do Processo Eleitoral, de responsabilidade da Diretoria-Geral.

O atual Indicador Estratégico 10 passou a ser de aderência, ou seja, mede a quantidade de "planos de ação e projetos resultantes da avaliação da eleição anterior previstos para serem executados e que foram concluídos no prazo planejado.

Não havia melhoria prevista para ser implementada no quarto trimestre deste ano, não sendo concluída também nenhuma das três melhorias oriundas da Avaliação das Eleições de 2022 ainda pendentes de implementação, razão pela qual as variáveis foram equivalentes a zero. No entanto, considerando a meta anual de 35% para 2022, o desempenho do indicador foi considerado ótimo (verde - >= 80%), haja vista ter alcançado 131,87% do grau de cumprimento da referida meta.

As melhorias que ainda estão pendentes são:

ESTRUTURAÇÃO DO TREINAMENTO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA — cujo prazo de conclusão foi estendido até março/2023;

ESTRUTURAÇÃO DOS CANAIS INTERNOS DE COMUNICAÇÃO DO TRE-RJ — cujo processo fora sobrestado até novembro/2022 e voltou a tramitar em dezembro/2022, não havendo, ainda, a definição de novo plano de ação e novos prazos para a implementação da melhoria;

MELHORIA DO PROCESSO DE TRABALHO "REGISTRAR CANDIDATOS" — cujo processo fora sobrestado até novembro/2022, não havendo, ainda, a definição de novo plano de ação e novos prazos para a implementação da melhoria;

Destaca-se, ainda, que no trimestre em análise, houve a deflagração do processo de Avaliação das Eleições 2022, que está em andamento, no prazo, em fase de Compilação e tratamento das respostas da Avaliação de Prestação de Contas de Campanha.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em relação ao ciclo monitoramento da Avaliação das Eleições 2020:

1 — Os andamentos dos planos de ação foram publicados na Intranet > Portal das Eleições > submenu Eleições Anteriores > Eleições 2020 > Avaliação das Eleições 2020 > Monitoramento;

2 — Os processos de monitoramento foram mensalmente instruídos, com informação à Coordenadoria de Planejamento Estratégico e à Diretoria-Geral, para fins de conhecimento do andamento dos planos de ação e eventual atuação junto às unidades responsáveis pela execução das melhorias, cabendo destacar que, nestes casos, também foram tramitados os processos de execução, conforme a necessidade específica de cada melhoria.

Em relação ao ciclo elaboração da Avaliação das Eleições 2022:

1 — Processo SEI específico foi autuado e o Plano de Ação do referido ciclo aprovado pela Diretoria-Geral;

2 — Os três formulários de coleta de dados da Avaliação das Eleições 2022 foram construídos, disponibilizados e amplamente divulgados (Aviso, e-mail e Whatsapp) a todas as servidoras e servidores, magistradas e magistrados deste Regional;

3 — O resultado da Avaliação das Eleições 2022 foi apresentado pela Asplel/Cplan/DG às gestoras e gestores do TRE/RJ, oportunidade na qual foram apresentadas as próximas etapas do processo, que tem previsão de findar em junho do corrente ano, com a publicação do relatório final na intranet.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A performance do indicador manteve-se estável, por não ter havido plano de ação previsto para ser concluído no período em análise.

No próximo trimestre, por ora, só existe uma melhoria, prevista para ser concluída em março/2023 (ESTRUTURAÇÃO DO TREINAMENTO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA). No entanto, os planos de ação para implementação das melhorias do PROCESSO DE TRABALHO “REGISTRAR CANDIDATOS” e da “ESTRUTURAÇÃO DOS CANAIS INTERNOS DE COMUNICAÇÃO DO TRE-RJ”, os quais estavam suspensos, voltaram a tramitar, encontrando-se pendente, porém, a definição de novas datas para as atividades remanescentes previstas nos respectivos planos.

Destaca-se que essas duas melhorias referentes à Avaliação das Eleições de 2020 serão reincluídas no monitoramento para fins de cálculo trimestral das variáveis relacionadas ao cumprimento, no prazo, da efetiva implementação.

Quanto ao ciclo Elaboração da Avaliação das Eleições 2022, o processo seguirá o cronograma definido no plano de ação, estando previstas para o primeiro trimestre de 2023 as atividades relacionadas ao tratamento, pelas unidades, dos assuntos de suas responsabilidades e a priorização, e definição pela Alta Administração, das melhorias a serem implementadas até as Eleições de 2024.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Considerando que é o segundo processo de Avaliação das Eleições inteiramente coordenado pela Asplel, os ajustes e as melhorias em relação ao processo anterior já vêm sendo realizados, tanto pela Assessoria quanto pelas demais unidades envolvidas na execução dos Planos de Ação..

Nesse sentido, até o fim do primeiro trimestre de 2023, estão previstas para ocorrer diversas etapas, com a participação, inclusive, da Corze, e de todas as unidades deste Regional, trabalhando em conjunto com a Asplel e a Alta Administração, a fim de extrair as melhores alternativas de tratamento de todos os assuntos abordados na Avaliação das Eleições 2022, bem como a definição das melhorias que deverão ser priorizadas para serem implementadas até o próximo pleito.

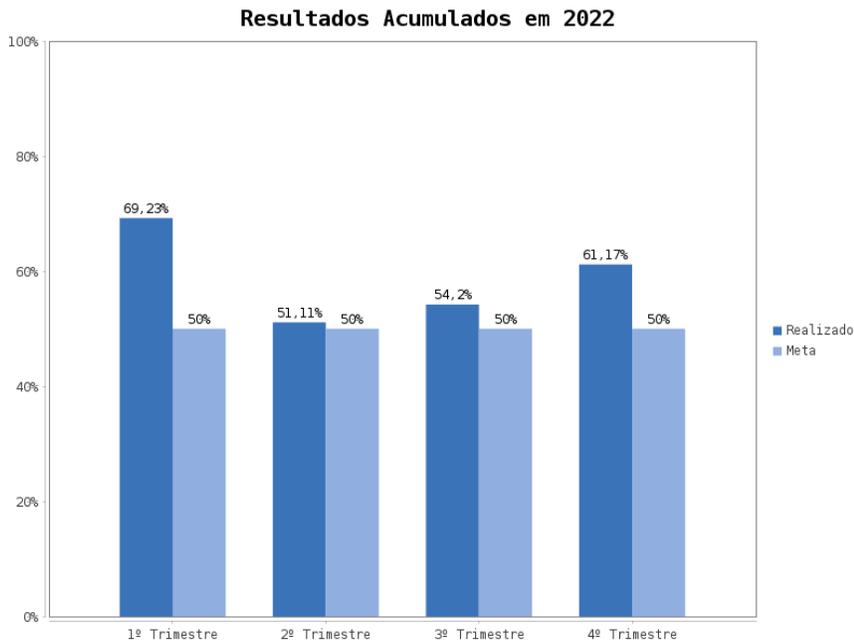
Aliado a isso, no ciclo monitoramento, a Asplel permanecerá em contato constante com todas as unidades responsáveis pelos planos de ação, através dos(as) gestores(as), seus(suas) assistentes de planejamento ou servidor(a) que faça este papel, a fim de que sejam informados, tempestivamente, os andamentos e/ou eventual requerimento de redimensionamento dos prazos previstos nos planos de ação que ainda se encontram em andamento.

É imprescindível, ainda, que as unidades forneçam informações em prazo razoável, quando demandadas pela Diretoria-Geral, acerca dos motivos dos atrasos em seus Planos de Ação, assim como das medidas corretivas que estão sendo adotadas para assegurar a conclusão das atividades neles previstas nos prazos planejados.

Riscos associados ao objetivo

Seguem alguns riscos que podem contribuir para o baixo desempenho do indicador:

- 1 - O fato de no primeiro trimestre do ano não eleitoral as unidades estarem com déficit de pessoal por motivo de afastamentos por motivo de férias e banco de horas acumulados;
- 2 – Dificuldade na identificação da necessidade de readequação dos prazos dos planos de ação ainda em andamento;
- 3 – Não identificação, pelas unidades responsáveis, da necessidade de dar andamento aos planos de ação sob suas responsabilidades, assim como de encaminhar à Asplel, no prazo assinalado para tanto, os reportes mensais;
- 4 – Alterações significativas na legislação eleitoral ou nos normativos e/ou na estrutura deste TRE-RJ, que de alguma forma, possam impactar o trabalhos relacionados às eleições municipais.

IE 11 - Taxa de aderência ao PIE**Ótimo****Desempenho do Período: 122,33%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASPLEL.****Análise de contexto**

Trata-se de análise trimestral do Indicador Estratégico IE 11 – " TAXA DE ADERÊNCIA AO PIE ", referente aos eventos ocorridos nos meses de outubro novembro e dezembro de 2022.

Inicialmente, vale relembrar que esta é a quarta medição e análise efetuadas após a entrada em vigor do atual Plano Estratégico do TRE-RJ 2021/2026, que não possui mais indicadores de apoio aos indicadores estratégicos, mas tão-somente indicadores estratégicos, dos quais a Asplel é responsável por três deles (IE 09- TAXA DE APERFEIÇOAMENTO DOS PROCESSOS ELEITORAIS, IE 10 - TAXA DE ADERÊNCIA DOS PLANOS DE AÇÃO E PROJETOS RESULTANTES DAS AVALIAÇÕES DAS ELEIÇÕES e IE 11 - TAXA DE ADERÊNCIA AO PIE), pertencentes ao Objetivo Estratégico 03 - Aprimorar a Gestão do Processo Eleitoral, de responsabilidade da Diretoria-Geral.

O atual indicador estratégico IE 11 - Taxa de Aderência ao PIE continuou sendo de aderência no novo Plano Estratégico, porém suas variáveis passaram à mensurar as "Entregas" previstas no Plano Integrado das Eleições nos prazos estipulados, mesmo que algumas de suas respectivas "Tarefas" não tenham sido cumpridas nos prazos inicialmente previstos.

Dessa forma, o desempenho do indicador foi considerado ótimo (verde - =80%) no trimestre em análise, alcançando o percentual de 122,33% do grau de cumprimento da meta (estipulada em 50% para o ano de 2022), uma vez que das 75 "Entregas" previstas para serem concluídas no período, 55 delas foram concluídas no prazo planejado.

Destaca-se que algumas "Entregas" foram concluídas poucos dias após o prazo final previsto no planejamento. Ou seja, para fins de medição do indicador não foram contabilizadas como realizadas no prazo, mas foram, contudo, concluídas a tempo de se tornarem efetivas para os trabalhos relacionados ao pleito eleitoral.

No que diz respeito ao ciclo de monitoramento do PIE 2020, que ainda se encontra em fase final de execução, restam pendentes as atividades relacionadas ao exame e julgamento das prestações de contas eleitorais dos candidatos e partidos, bem como ao exame das prestações de contas do suprimento de fundos das Eleições 2020, ambas em andamento, conforme informações prestadas pela Ascepa e pela SOF.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No trimestre em análise, a fim de mitigar os riscos relacionados à possível baixa aderência ao PIE, as seguintes ações foram desenvolvidas pela Asplel, unidade responsável pelo monitoramento do PIE 2022:

1 – Encaminhamento mensal do processo de monitoramento no SEI às macrounidades, para atualização do sistema PIE e apresentação de justificativas nas hipóteses de atrasos no início ou na conclusão das tarefas pelos responsáveis de cada unidade;

2 - Compilação das informações encaminhadas pelas unidades e envio mensal do processo SEI de Monitoramento do PIE 2022 à Diretoria-Geral, para ciência dos atrasos e apreciação dos requerimentos formulados;

3 - Envio de e-mail alertando às unidades para a tempestiva alimentação do sistema PIE;

4 - Revisão e readequação de prazos, nomes de entregas/tarefas e unidades responsáveis, conforme requerimentos formulados pelas macrounidades e aprovados pela Diretoria-Geral no âmbito do monitoramento mensal;

5 - Utilização do Painel BI com a finalidade de auxiliar no acompanhamento mensal das tarefas do PIE e na extração de estatísticas para análise de dados pelas unidades interessadas e, principalmente, pela Administração Superior.

6 – Conversas periódicas com as gestoras e gestores e/ou assistentes de planejamento, a fim de tratar especificamente da gestão da execução das Entregas relacionadas ao planejamento das Eleições 2022.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Em relação ao desempenho do indicador no próximo trimestre, espera-se que ele se mantenha estável, considerando que estamos no fim de um ciclo do PIE 2022, prestes a encerrar o processo de Avaliação das Eleições deste ano para, em seguida, iniciar o Planejamento das Eleições 2024.

Nos próximos meses, as principais entregas serão relacionadas aos processos de trabalho que costumam ocorrer após o pleito, tais como prestações de contas de campanhas e suprimento de fundos.

Ressalta-se, contudo, que a performance do indicador também dependerá do cumprimento e alimentação, no prazo, das tarefas previstas no sistema PIE pelos seus respectivos responsáveis.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A fim de que haja a constante melhora no desempenho do indicador, a Asplel permanecerá em contato constante com todas as unidades responsáveis pelas atividades do PIE 2022, através dos(as) Gestores(as), seus(suas) assistentes de planejamento ou servidor(a) que faz este papel, a fim de que sejam informados e registrados no sistema PIE, tempestivamente, os andamentos e necessidades de cancelamento de tarefas/entregas.

Registre-se que o monitoramento continuará a ser realizado mediante envio de processo SEI específico às macrounidades do Tribunal para atualização e encaminhamento de justificativas nas hipóteses de atrasos no início ou na conclusão das tarefas pelos responsáveis de cada unidade;

Quanto ao ciclo elaboração do PIE 2024, este somente será iniciado a partir do 2º trimestre deste ano, após a conclusão dos trabalhos relacionados à Avaliação das Eleições 2022, com a consequente definição das melhorias priorizadas pela Administração para serem implementadas até as Eleições de 2024 e elaboração de seus respectivos Planos de Ação.

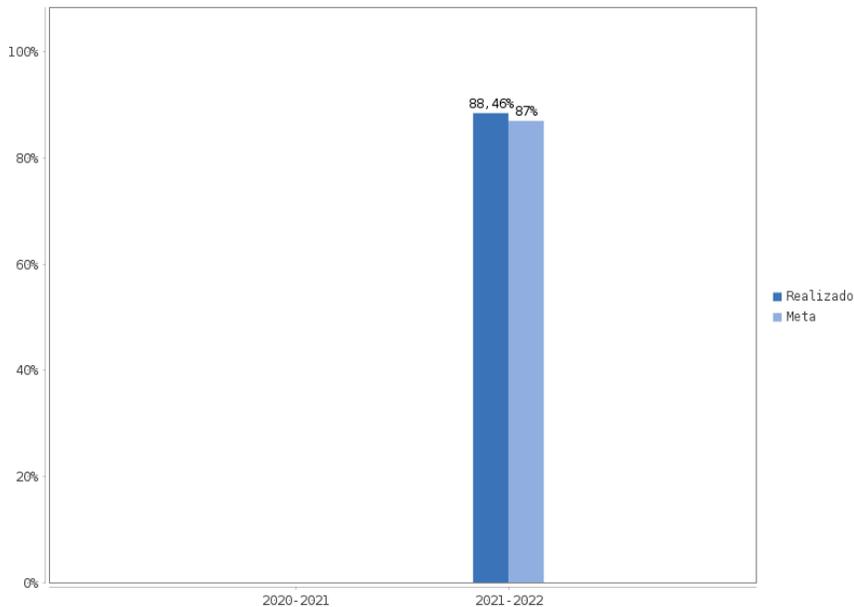
Riscos associados ao objetivo

Seguem alguns riscos que podem contribuir para o baixo desempenho do indicador:

1 – Atraso na execução das tarefas previstas no plano ou na atualização dos seus status no sistema PIE, tendo em vista que no primeiro trimestre do ano não eleitoral as unidades normalmente estão com déficit de pessoal por motivo de afastamentos por motivo de férias e banco de horas acumulados;

2 – Dimensionamento equivocado dos prazos previstos para início e fim das tarefas e entregas do PIE 2022.

3 – Alterações significativas na legislação eleitoral ou nos normativos e/ou na estrutura deste TRE-RJ, que de alguma forma, possam impactar o trabalhos relacionados às eleições municipais;

IE 12 - Taxa de eleitores, com cadastro biométrico, habilitados a votar pela biometria**Ótimo****Desempenho do Período: 101,68%****Resultados Acumulados em 2022****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COSEL.****Análise de contexto**

Este indicador tem o objetivo de medir o índice de reconhecimento biométrico dos eleitores nas urnas eletrônicas. A meta estipulada para o período atual era de 87% e foi atingido o resultado de 88,46% nas Eleições 2022. A adoção da biometria reduz significativamente a intervenção humana no processo de votação, pois a urna só é liberada para votação quando o leitor biométrico identifica as impressões digitais da eleitora ou do eleitor, as quais são verificadas eletronicamente a partir do banco de dados unificado da Justiça Eleitoral. A identificação biométrica foi testada pela primeira vez pela Justiça Eleitoral nas Eleições de 2008, em três municípios do país. Desde então, a quantidade de eleitores com coleta biométrica vem aumentando e a expectativa é de que 100% do eleitorado nacional possua biometria coletada até 2026. O eleitor pode ter sua biometria na base de eleitores da Justiça Eleitoral de duas formas: 1) Coleta realizada pela Justiça Eleitoral, nas zonas eleitorais, centrais de atendimento ou postos temporários de atendimento 2) Biometria proveniente de convênios realizados pela Justiça Eleitoral com órgãos externos, para aproveitamento das coletas realizadas nesses órgãos. Temos como exemplo o DETRAN-RJ e o SENATRAN (antigo DENATRAN). De acordo com o Art. 1º-A da Resolução TSE nº 23.611/2019, incluído pela Resolução TSE nº 23.625/2020, a identificação biométrica foi desabilitada nas eleições 2020. Portanto, em alguns casos de comparação, serão mencionados dados das Eleições de 2018.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

1. Melhoramento contínuo no ambiente informatizado do cartório eleitoral pela STI, propiciando um sistema mais estável e eficiente -

1.1. Velocidade de rede: os links de internet foram aumentados em todos os cartórios, a partir de 2019. Antes os links possuíam de 2Mb a 8Mb de velocidade, agora todos estão na faixa de 8Mb a 20Mb (apenas um cartório se encontra com velocidade de 4 Mb).

1.2. Atualização do parque de computadores: Os computadores dos cartórios eleitorais foram trocados por modelos mais potentes e com sistema operacional atualizado (passou do Windows 7 para Windows 10), conforme previsto no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2021-2023.

1.3. Políticas de grupos e scripts de automatização: As políticas de grupo e os scripts adotados pela STI no domínio dos computadores de zonas eleitorais haviam sido otimizados em 2019, padronizando as configurações necessárias ao pleno funcionamento do kit biométrico e diminuindo a quantidade de erros. Entretanto, como a coleta biométrica está suspensa desde março de 2020 e ainda não retornou no estado do RJ após a reabertura do cadastro eleitoral, em novembro de 2022, o kit biométrico ainda não foi testado de forma contínua no Windows 10. Quando isso ocorrer, poderemos nos deparar com novos problemas e novas soluções deverão ser

encontradas. 2. Normatização do TSE no sentido de não haver aproveitamento das biometrias oriundas de convênios com órgãos externos (Detran-RJ e SENATRAN — antigo DENATRAN) que não foram reconhecidas nas urnas e precisaram ser validadas pelo mesário por meio de código - De acordo com o Manual de ASE, o ASE 485 registra no cadastro do eleitor a informação de que sua biometria não foi validada na urna eletrônica na última eleição. Este procedimento visa evitar que biometrias de má qualidade sejam inseridas no cadastro eleitoral, forçando a necessidade de o eleitor realizar nova coleta biométrica na Justiça Eleitoral.

Nas Eleições 2018, foi verificado no relatório do Sistema ELO que vários eleitores do RJ receberam esse ASE no fim de abril de 2019. Em relação às Eleições 2022, ainda não há ASE desta natureza lançado para qualquer eleitor.

3. Utilização de modelos de urnas mais recentes – para as eleições 2022, grande parte do parque de urnas do TRE-RJ foi atualizado pelo TSE com equipamentos Modelo 2020 (UE2020), que garantem um maior índice de aceitação no reconhecimento biométrico. Perto de 40% das urnas deste modelo foram utilizados na última eleição. Mas merece destaque o fato de que a UE2020 ficou concentrada na capital e em alguns municípios da região metropolitana, onde, teoricamente, as digitais dos eleitores são menos desgastadas e ajudam na elevação do índice de reconhecimento biométrico. Conforme relatório extraído do BI do TSE, o índice de reconhecimento biométrico deste modelo de urna ficou em torno de 93% no estado do RJ, contra pouco mais de 89% no modelo 2015 e 80% no modelo 2010, por exemplo. As estatísticas completas encontram-se no quadro abaixo:

Modelo de Urna / Turno / Percentual de eleitores com biometria habilitados por digital
2009 - 1º Turno - 81,00%
2009 - 2º Turno - 80,90%
2010 - 1º Turno - 80,42%
2010 - 2º Turno - 80,48%
2011 - 1º Turno - 86,61%
2011 - 2º Turno - 86,96%
2013 - 1º Turno - 86,98%
2013 - 2º Turno - 88,51%
2015 - 1º Turno - 89,68%
2015 - 2º Turno - 89,92%
2020 - 1º Turno - 93,31%
2020 - 2º Turno - 93,68%

Deste modo, em tese, considerando que o TRE-RJ receberá novas urnas nas próximas eleições em substituição às antigas, a tendência é de que o percentual de reconhecimento biométrico seja maior nesses modelos. Porém, deve-se considerar a deterioração natural dos equipamentos de informática, podendo causar a diminuição do índice de reconhecimento biométrico em relação à última eleição nas urnas de modelos anteriores. Em razão disso, a evolução da meta também depende da quantidade de novas urnas que o RJ receberá nas próximas eleições.

4. Treinamento de mesários com foco na identificação biométrica – Em todas as eleições o TSE realiza Testes em Campo para testes de Sistemas Eleitorais com a participação de servidores e funcionários do TSE e de todos os TRES e, nesta eleição, pela primeira vez, foi criado um cenário específico para o Fluxo da Seção Eleitoral, com todas as peculiaridades existentes na seção eleitoral no dia da eleição, inclusive o reconhecimento biométrico. Com os resultados obtidos nestes testes, explicações detalhadas sobre o procedimento a ser adotado foram inseridas nos treinamentos de mesários (EAD e Manual).

5. Troca de modelo de urna entre os dois turnos — Entre os dois turnos, o TSE enviou aos regionais um relatório de alerta contendo seções que tiveram baixo índice de reconhecimento biométrico (abaixo de 10%). No caso do TRE-RJ, foram 35 seções em 11 zonas eleitorais. Este baixo percentual pode ser devido a algumas causas:

- * Má qualidade das digitais dos eleitores
- * Orientação inadequada dos mesários aos eleitores sobre a correta forma de posicionar o dedo no sensor biométrico da urna
- * Problema no sensor biométrico das urnas

Para tentar mitigar o problema, o Tribunal solicitou à VPCRE que verificasse a questão dos mesários e coube à STI o envio de urnas de modelo diverso para serem utilizadas nestas seções no 2º turno.

O TSE não enviou novo relatório sobre os resultados do 2º turno e infelizmente o BI do TSE que está servindo de fonte para esta análise não traz o detalhamento a nível de seção (só de zona), mas como 2 das 11 zonas possuíam apenas uma seção nesta situação, foi possível verificar no BI de 2º turno os dados da urna de modelo diferente que foi utilizada no pleito. Nestas 2 seções, podemos perceber uma significativa melhora:

- * A seção 23 da zona 34 (Santo Antonio de Pádua) saltou de 7% de reconhecimento biométrico, no 1º turno, para 67% no 2º turno.
- * A seção 193 da zona 26 (Nova Friburgo) saltou de 1% de reconhecimento biométrico, no 1º

turno, para 68% no 2º turno

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O atendimento biométrico nos cartórios eleitorais e nas centrais de atendimento deverá ser retomado nos próximos meses no estado do Rio de Janeiro. A grande incógnita será em relação ao funcionamento do kit biométrico no Windows 10, pois foram necessários alguns meses para estabilizá-lo, ainda que de forma insuficiente, nos computadores com Windows 7. Além disso, deverá haver também neste período o processamento, pelo TSE, dos dados biométricos de eleitores oriundos de convênios externos, que foram validados nas Eleições 2022, aumentando o percentual de eleitores biometrizados no estado. Com isto, a quantidade de eleitores com pendência de coleta de biometria diminui e, teoricamente, os cartórios coletarão as biometrias pendentes com mais precisão, por haver menos filas e menos eleitores agendados. Também existe nos próximos meses a expectativa quanto à aquisição de novos modelos de kits biométricos pelo TSE, que esperamos que seja mais estável que o atual kit.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

1. Melhoramento contínuo no ambiente informatizado do cartório eleitoral pela STI, propiciando um sistema mais estável e eficiente
2. Contato contínuo com o TSE e com outros regionais em busca das melhores práticas para funcionamento do kit e da coleta de biometria
3. Utilização majoritária de modelos de urnas mais recentes - depende de aquisição de novas urnas pelo TSE
4. Treinamento de mesários dedicando atenção especial às informações sobre eleitores com biometria

Riscos associados ao objetivo

Podemos encontrar alguns riscos associados ao objetivo, como a qualidade das coletas de digitais, convênio realizado com órgãos externos para aproveitamento da biometria, operação incorreta do mesário e modelos de urnas defasados utilizados na votação. O procedimento de coleta de digitais requer habilidade e paciência do operador, pois é necessário capturar os dez dedos do eleitor. Muitos fatores colaboram para um resultado ineficaz nesta operação: eleitor com dedos danificados ou em idade avançada, inexperiência ou falta de treinamento do operador, que pode ser servidor da Justiça Eleitoral ou contratado, e instabilidade do sistema, que obriga a repetição da operação por diversas vezes. Felizmente, esse último fator diminuiu consideravelmente nos últimos anos, devido a atualizações de sistema disponibilizadas pelo TSE que melhoraram seu desempenho, além de políticas de grupo adotadas pela SEPREL no domínio dos computadores de zonas eleitorais, padronizando as configurações necessárias ao pleno funcionamento do kit biométrico. Outro fator que merece destaque é o aproveitamento dos dados biométricos de órgãos externos, como o Detran-RJ e Senatran (antigo Denatran). Com esse convênio, caso todas as biometrias importadas sejam aproveitadas no cadastro eleitoral, o percentual do eleitorado do estado do Rio de Janeiro com dados biométricos subiria de 56% para cerca de 70%. Entretanto, para que as biometrias sejam aproveitadas, elas precisam ter sido validadas durante a votação nas Eleições 2022. O TSE informará nos próximos meses quantos eleitores oriundos destes órgãos tiveram a biometria validada. O convênio, extremamente benéfico ao TRE-RJ, trouxe, em contrapartida, alguns pontos que podem ter diminuído o percentual de identificação biométrica:

1. As dificuldades que geram má qualidade na coleta de digitais ocorridas na Justiça Eleitoral podem ter se repetido naquele órgão.
2. A resolução TSE 23.659/2021, em seu Art. 8º, §1º, indica que novas digitais devem ser coletadas a cada 10 anos, para garantir os requisitos de qualidade. Esse prazo foi recomendado pela Polícia Federal à Justiça Eleitoral, em 2009. Muitas digitais importadas dos órgãos externos podem ter vindo com coletas ocorridas há mais tempo. Prosseguindo na análise, a operação incorreta do mesário no momento da habilitação do eleitor também pode ter tido influência nesta meta, como um posicionamento incorreto no sensor ou a repetição de dedos nas quatro tentativas, em vez de haver alternância entre os dedos, conforme orientação do Manual do Mesário. Certamente o treinamento aos mesários foi de excelência, como é habitual na Justiça Eleitoral. Entretanto, a biometria é uma novidade que costuma causar muitas dificuldades e o aprimoramento costuma ocorrer com a prática, nas eleições posteriores. Por fim, apesar de mais de 40% das urnas do Estado nas Eleições 2022 terem sido do modelo mais recente (UE2020), ainda tivemos mais de 30% de urnas com mais de 10 de anos de utilização (modelos UE2009, UE2010 e UE2011), ocasionando uma redução no índice de eleitores habilitados biometricamente, já que o desempenho do hardware tende a cair com o passar do tempo. Abaixo segue tabela com o percentual utilizado de cada modelo. Modelo de urna / Percentual de utilização nas Eleições 2022

UE2009	9,81%
UE2010	18,74%
UE2011	2,50%
UE2013	5,32%
UE2015	21,85%
UE2020	41,79%

OE 04 - Garantir agilidade e efetividade na prestação jurisdicional**Ótimo****Desempenho do Período: 86,59%****Responsável: SGPR.**

Análise de contexto O OE 04 é composto por quatro indicadores estratégicos, a saber, IE 13 - Taxa de atendimento à demanda - 1º Grau; IE 14 - Taxa de atendimento à demanda - 2º Grau; IE 15 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais - 1º Grau; e IE 16 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais - 2º Grau.

Os IEs 13 e 15 obtiveram excelente desempenho ao longo do ano de 2022, ambos superando a meta estabelecida, especialmente em virtude dos esforços empreendidos com vistas ao processamento e julgamento das Prestações de Contas relativas ao pleito de 2020, então pendentes de julgamento em 1ª Instância.

Nesse sentido, releva destacar o acompanhamento constante da VPCRE junto aos cartórios eleitorais, bem assim o auxílio prestado por servidores do TCM, TCE e Casa da Moeda.

O desempenho do IE 14, que mede a taxa de atendimento à demanda no 2º grau, sofreu profunda oscilação ao longo do ano de 2022. No primeiro semestre do ano, o número de processos baixados superou o número de novos casos. Já no 3º trimestre, o desempenho alcançado foi insatisfatório, haja vista o grande volume de processos de registro de candidatura e prestações de contas decorrentes do período eleitoral.

No último trimestre do ano, conforme informação prestada pela Secretaria Judiciária, foi iniciado plano de ação com vistas à baixa dos processos de Registro de Candidatura. Assim, o indicador estratégico encerrou o ano de 2022 com índice satisfatório de desempenho.

Por fim, o IE 16 concluiu o ano de 2022 com índice de desempenho satisfatório.

Segundo informado pela Secretaria Judiciária, as Prestações de Contas de Campanha representam 77% dos processos pendentes de baixa. Deve-se destacar, contudo, que os referidos processos são inaugurados ainda no curso do processo eleitoral, não havendo prazo normativo para sua conclusão.

O desempenho dos indicadores estratégicos que compõem o OE 04 foi positivamente impactado pela implementação do Sistema Atena, que permite a extração de dados mais fidedignos sobre a situação dos processos, além de possibilitar a extração de variáveis e a consulta das zonas e classes processuais envolvidas.

O acompanhamento mensal dos processos pendentes de julgamento em ambos os graus de jurisdição conferiu maior agilidade na adoção das medidas necessárias ao bom desempenho alcançado, dentre as quais pode-se destacar o incremento da força de trabalho para auxílio às unidades com maior acúmulo de processos, a exemplo das zonas eleitorais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos- Implementação do Sistema Atena e elaboração de Metabase

- Acompanhamento mensal dos processos pendentes de julgamento junto às Zonas Eleitorais e gabinetes dos desembargadores eleitorais.

- Elaboração de plano de ação visando as baixas processuais.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)- Melhora nos indicadores estratégicos que compõem o OE 04 com o julgamento das PCEs relativas ao ano de 2020 e 2022

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas- Monitoramento contínuo junto aos órgãos judicantes, com vistas a evitar o acúmulo de novas demandas.

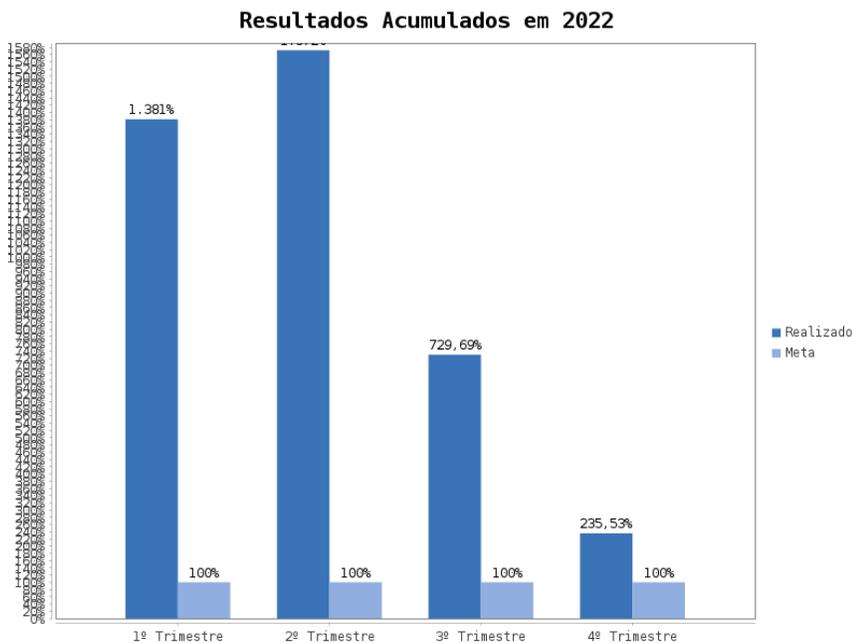
- Elaboração de normativo que estabeleça prazo para julgamento das Prestações de Contas Eleitorais dos candidatos não eleitos, nos moldes adotados pelo TRE-BA.

Riscos associados ao objetivo- Prejuízo à celeridade processual e, no caso específico de prestação de contas, à fiscalização dos gastos feitos com recursos públicos.

IE 13 - Taxa de atendimento à demanda – 1º grau

Ótimo

Desempenho do Período: 235,53%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SVPCRE.

Análise de contexto

Em análise ao desempenho do último trimestre, conclui-se que a meta foi alcançada em 235,53%, tendo um ótimo resultado no referido indicador.

Vale ressaltar que, mesmo em período eleitoral intenso (outubro a dezembro), a meta foi alcançada.

As ferramentas de auxílio à gestão processual, como Qlik e Metabase, são fundamentais para que este indicador continue apresentando um ótimo desempenho.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A classe processual que permanece impactando na variável T BaixCNCrim1º é a de prestação de contas eleitorais. Dos 903 processos baixados em dezembro do referido ano, 522 foram de PCE.

O trabalho de monitoramento junto aos cartórios, notadamente quanto às PCE, havia sido suspenso nos meses de outubro e novembro devido à priorização às atividades eleitorais. No entanto, foi retomado em dezembro através de contatos com as zonas eleitorais, seja por meio de ofícios, e-mails ou ligações.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é acabar com o passivo das PCEs, que é o que mais tem impactado nos processos pendentes.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Continuar monitorando o julgamento dos processos, conversando pessoalmente com o chefe de cartório e ou com o magistrado titular, a fim de identificar eventuais dificuldades enfrentadas e solucioná-las.

Riscos associados ao objetivo

Prejuízo à celeridade processual e, no caso específico de prestação de contas, à fiscalização dos gastos feitos com recursos públicos.

IE 14 - Taxa de atendimento à demanda – 2º grau

Satisfatório

Desempenho do Período: 60,43%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SJD.

Análise de contexto

Este indicador verifica se o tribunal foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos, sendo que o ideal é que ele permaneça superior a 100% para evitar aumento dos casos pendentes. Conforme informado na análise do 3º trimestre, a partir de outubro foi iniciado um plano de ação visando à baixa processual com foco na classe RCand. Em virtude disso, o valor atingido no 4º trimestre foi de 99,5%, o que contribuiu positivamente para a sua performance em 2022. Dessa forma, foi possível reverter o seu desempenho, anteriormente de insatisfatório, para satisfatório. Cumpre ressaltar, entretanto, que essa taxa sofre com variações relevantes em função das sazonalidades eleitorais e devemos experimentar isso no próximo exercício.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Plano de ação visando às baixas processuais com foco na classe RCand.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência para 2023 é de melhora significativa deste indicador.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Recomendação: recomenda-se, s.m.j., a adoção de um normativo interno visando ao estabelecimento de um prazo para julgamento de todas as PCEs das eleições de 2022 até o último dia útil de novembro de 2023. Tal iniciativa foi apresentada em 2022 pela Secretária Judiciária após a visita institucional empreendida pelo Presidente deste Regional ao TRE da Bahia quando, na ocasião, verificou-se “in loco” a existência dessa espécie de normativo o qual corrobora com o sucesso daquele Tribunal nos Prêmios de Qualidade do CNJ.

Riscos associados ao objetivo

Espera-se, no médio prazo, uma redução na taxa deste indicador.

IE 15 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais – 1º grau

Ótimo

Desempenho do Período: 121,95%



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SVPCRE.

Análise de contexto

O desempenho do indicador permanece com resultado ótimo, tendo alcançado 121,95% da meta.

A implementação do Atena – Indicadores e Temis – foi crucial para se ter um espelho mais fidedigno da real situação processual deste tribunal. Com o auxílio deste novo sistema juntamente com ferramentas de gestão processual, foi possível verificar em quais zonas eleitorais estava concentrada a maior parte dos processos pendentes de julgamento.

Vale ressaltar que a classe processual que mais se avoluma sem decisão é a de prestação de contas eleitorais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foi iniciado, em meados de 2022, uma atuação de cobrança e monitoramento mais efetiva nas zonas eleitorais em relação aos processos pendentes de julgamento e baixa, principalmente os processos de PCE, que apresentam maior quantidade.

Tal ação surtiu efeito, resultando no melhoramento do desempenho deste indicador.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é que tenhamos um passivo processual cada vez menor. Há muito trabalho a se fazer em relação a monitoramento processual das zonas eleitorais, mas com a criação da Assessoria de Monitoramento, este desafio será enfrentado com maior planejamento e estrutura operacional.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Continuar monitorando o julgamento e a baixa dos processos, conversando pessoalmente com os chefes de cartório ou com o magistrado titular, a fim de identificar eventuais dificuldades enfrentadas e solucioná-las.

Riscos associados ao objetivo

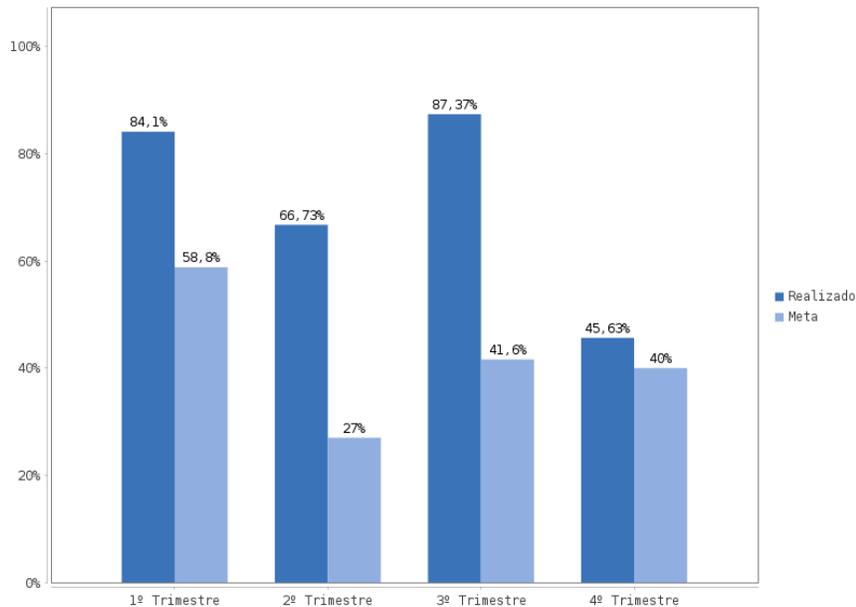
Prejuízo à celeridade processual e, no caso específico de prestação de contas, à fiscalização dos gastos feitos com recursos públicos.

IE 16 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais - 2º grau

Satisfatório

Desempenho do Período: 85,93%

Resultados Acumulados em 2022



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SJD.

Análise de contexto

O índice apresentou uma melhora no desempenho no último trimestre devido ao esforço empreendido por meio do plano de ação da SJD acerca das baixas processuais, o que permitiu reduzir para 45,63% a TCL. Entretanto, cabe reforçar que a meta adotada pela Cplan foi objeto de diversos questionamentos ao longo de 2022 acerca da sua factibilidade. Informo abaixo as metas que foram apresentadas pela SJD e, ao lado, as adotadas pela Cplan. Metas SJD Cplan TCL alcançada

1ºTrim2022: 95% 58,80% 84,10%
 2ºTrim2022: 80% 27% 66,73%
 3ºTrim2022: 65% 41,60% 87,37%
 4ºTrim2022: 40% 40% 45,63%

O valor alcançado ao final de 2022 ficou 14,075% acima da meta adotada, desempenhando de forma satisfatório. Encerramos o exercício de 2022 com 3.467 processos pendentes de baixa, conforme quadro apresentados abaixo:

PROCESSOS PENDENTES DE BAIXA QUE IMPACTAM SOBRE A TCL

Classes Processuais que mais impactam - TOP 5	Acervo	Pendentes de Decisão	Processos com Decisão	Qtde	Total	% (sobre Total de Cp*)	Pendentes de Decisão % (sobre Total da Classe)	Com Decisão	Pendentes de Baixa**	Com Decisão	Pendentes de Baixa (% sobre Total)		
PC	112	3,2%	109	97,3%	3	2,7%	PCE	2668	77,0%	2637	98,8%	31	1,2%
PC-PP	76	2,2%	74	97,4%	2	2,6%	REI	451	13,0%	448	99,3%	3	0,7%
Rp	56	1,6%	53	94,6%	3	5,4%	TOTAL	3363	97,0%	3321	98,8%	42	1,2%*

Cp - Casos pendentes de baixa ** - Contém processos que foram baixados, mas posteriormente reativados *** - Considerando somente o acervo de processos pendentes de baixa que ainda não tiveram um movimento de decisão. Nota-se que a classe PCE representa o maior acervo dentre os pendentes de baixa. Entretanto, como já é sabido nesta Justiça Eleitoral, trata-se de processos que possuem uma relação direta com as eleições de 2022 e, portanto, o seu grande volume. Contudo, as classes PC (antiga prestação de contas), bem como PC-PP, apesar de um volume inferior, são classes que possuem processos com maior tempo de tramitação neste Tribunal, alguns atingindo um tempo superior a 1.500 dias sem um movimento de decisão até a presente data. Convém observar, também, que este TRE possui 102 processos pendentes de decisão que impactaram negativamente sobre a Meta 2 do CNJ, fazendo com ficássemos abaixo da percentual estabelecido por aquele Órgão ao atingir 91,62%. Desses 102 processos, 101 pertencem às classes PC, PCE e PC-PP, sendo que há ainda 18 processos autuados desde 2018 ainda sem movimento decisório.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Processo de trabalho adotado para o monitoramento rotineiro do acervo processual sob a competência desta Secretaria, agindo de forma pró ativa sempre que necessário.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Desafio: Julgamento das PCEs ainda neste exercício.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Recomendação: recomenda-se, s.m.j., a adoção de um prazo normativo visando ao estabelecimento de um prazo para julgamento de todas as PCEs das eleições de 2022 até o último dia útil de novembro de 2023. Desta forma, poderemos assegurar que esses processos não causarão impactos sobre a taxa de congestionamento em 2024, ano de eleições municipais. Tal iniciativa foi apresentada em 2022 pela Secretária Judiciária após a visita institucional empreendida pelo Presidente deste Regional ao TRE da Bahia quando, na ocasião, verificou-se “in loco” a existência dessa espécie de normativo o qual corrobora com o sucesso daquele Tribunal nos Prêmios de Qualidade do CNJ.

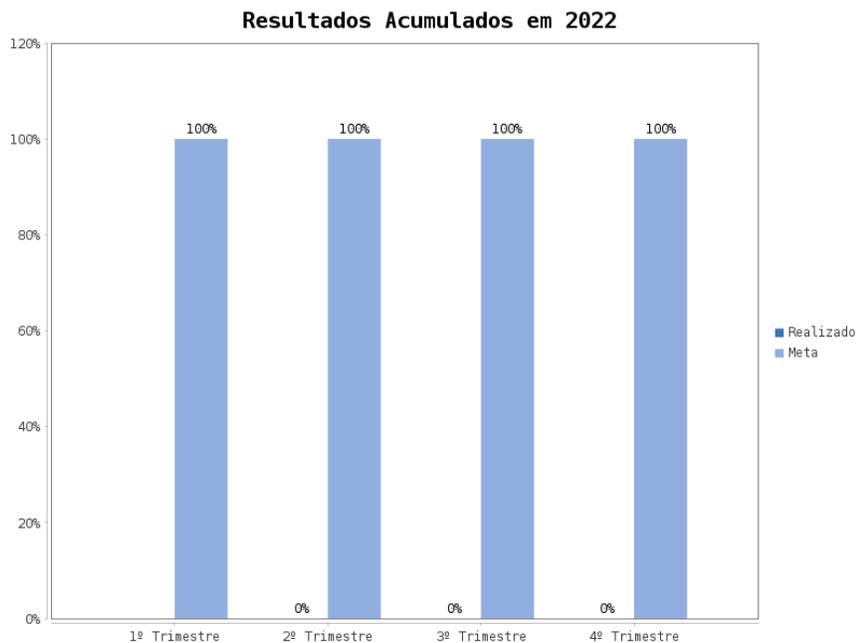
Riscos associados ao objetivo

PCEs não serem julgadas neste exercício de 2022, podendo causar um acúmulo de processos para o exercício seguinte, além de impactar sobre a meta 1 do CNJ.

OE 05 - Combater os ilícitos eleitorais

Não realizado

Desempenho do Período: 0,00%



Responsável: SGPR.

Análise de contextoO OE 05 é composto por dois indicadores estratégicos, a saber: IE 17 - Taxa de Julgamento no Tempo Médio Razoável - 1º grau e IE 18 - Taxa de Julgamento no Tempo Médio Razoável - 2º grau, cuja medição busca fortalecer os instrumentos de fiscalização do processo eleitoral e da arrecadação e aplicação de recursos de campanha, favorecendo a celeridade e efetividade na prevenção e repressão aos ilícitos eleitorais. Tendo em vista a necessidade de definição do tempo médio razoável de tramitação por classes processuais, os indicadores ora em análise permaneceram sem medição no 4º trimestre de 2022, impactando negativamente o desempenho geral da estratégia. No que toca ao IE 18, a questão segue em análise no Processo SEI nº 2021.0.000005367-2, no qual definiu-se a adoção da mediana do “Tempo de Baixa por classe/variável” utilizando-se os dados de 2020 e 2021. Desta feita, considerando os esforços empreendidos com vistas à melhoria do desempenho deste TRE-RJ no exercício de sua função jurisdicional, é esperada a breve definição das variáveis para medição dos indicadores estratégicos que compõem o presente OE 05.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos..

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)..

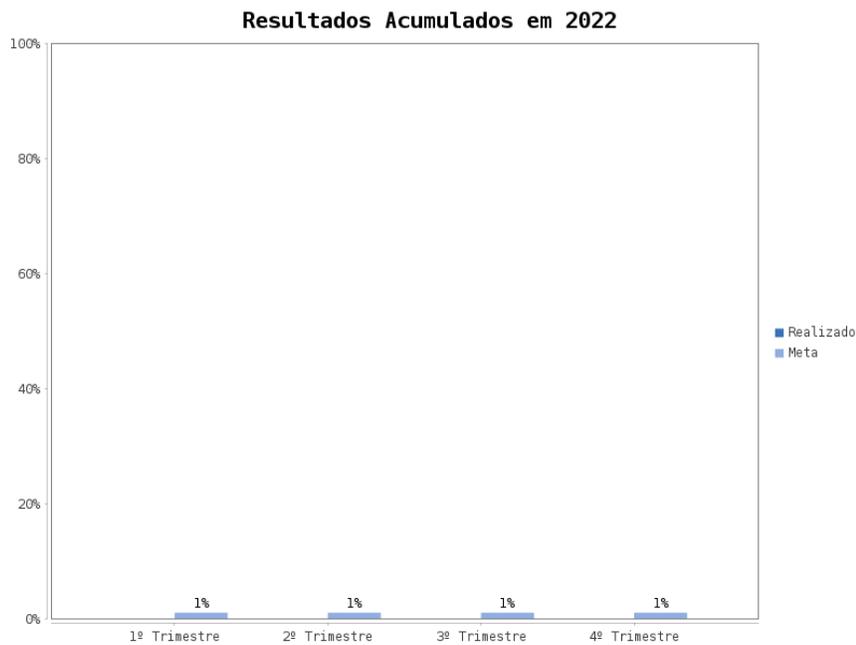
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas..

Riscos associados ao objetivo..

IE 17 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 1º Grau

Não realizado

Desempenho do Período:



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SVPCRE.

Análise de contexto

Medição ainda não disponível. A medição está sendo tratada no processo SEI No 2021.0.000005367-2

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

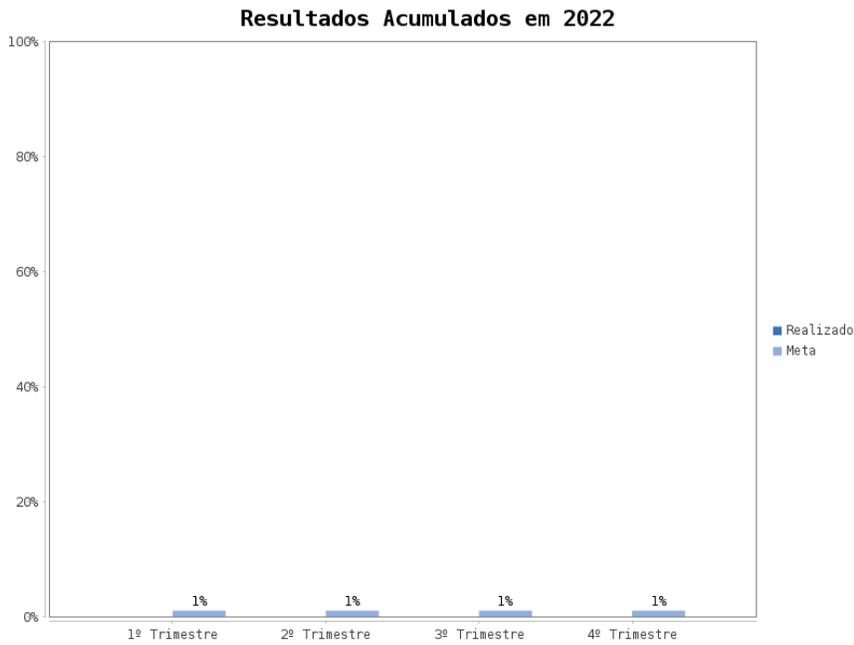
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo

IE 18 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 2º Grau

Não realizado

Desempenho do Período:



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASJUPR.

Análise de contexto

Medição ainda não disponível. A medição está sendo tratada no processo SEI No 2021.0.000005367-2

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo

OE 06 - Promover a educação eleitoral e a participação cidadã**Ótimo****Desempenho do Período: 100,00%****Responsável: EJE.**

Análise de contexto No segundo semestre do exercício de 2022 houve uma redução do número total de alunos alcançados pelos programas de ação socioeducativa da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-RJ, a saber, 10.188 alunos, uma vez que tais números foram fortemente influenciados pelos dados da parceria entre a EJE, representada pela Doutora Kátia Junqueira, e a PRE-RJ, representada pela Procuradora Neide Cardoso, cujas ações se deram no formato virtual para o “TRE vai a Escola” (112 ações) e já se encerraram enquanto programa aplicado nos meses passados de março e abril de 2022. Por outro lado, comparativamente ao primeiro semestre, houve aumento do quantitativo de ações socioeducativas realizadas diretamente pela EJE no formato presencial. Calcula-se que durante o primeiro semestre foi realizada somente 1 ação “TRE vai à Escola” e 10 ações “Eleitor do Futuro”, ao passo que no segundo semestre as ações subiram para 7 “TRE vai à Escola” e 47 “Eleitor do Futuro”, além de 1 ação de cidadania realizada no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE). Cabe salientar que ao contrário do que se esperava com a proximidade das eleições em outubro, não houve queda na adesão dos servidores voluntários do Eleitor do Futuro nem dos juízes ao programa TRE vai a Escola, como sempre se registrou nos últimos anos dessas ações no formato presencial. Pode-se atribuir este fato à grande atenção que as eleições presidenciais e a Justiça Eleitoral como um todo receberam da grande mídia e da população em geral, em razão de ataques a sua legitimidade e confiabilidade, o que resultou no aumento da demanda por parte das escolas em receber os projetos socioeducativos, incentivando a reflexão crítica das (futuros) cidadãs e dos cidadãos sobre o voto consciente e ao estímulo à participação como protagonistas do processo democrático, e da ampla disseminação de informações e da construção do diálogo sobre o processo e a memória eleitorais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Foram realizadas no total 55 ações socioeducativas por parte desta EJE diretamente, no formato presencial, totalizando cerca de 4.000 alunos alcançados nesse segundo semestre. A saber:

- 1 ação de cidadania para unidade feminina de internação de adolescentes em conflito com a lei do DEGASE, tendo atingido cerca de 25 internas;
- 7 ações do programa TRE vai a Escola no formato presencial para 1.781 alunos do Ensino Médio;
- 47 ações do Programa Eleitor do Futuro no formato presencial para 2.191 alunos do Ensino Fundamental.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Uma tendência que se avizinha para os próximos seis meses é a forte redução de ações sob formato virtual, seja para qual programa for, a saber TRE vai a Escola e/ou Eleitor do Futuro, uma vez que excluindo o Programa Meu

Primeiro Voto que fora concebido no formato virtual, em nenhuma solicitação de ação recebida por parte desta escola judiciária, houve manifestação no sentido de receber a versão virtual (através de zoom) no programa. Justifica-se tal tendência pela normalização das atividades escolares já sob a realidade pós-pandemia e por algum desconhecimento do formato, em que pese a prévia divulgação nos atos de inscrição.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas - Um melhor planejamento das ações presenciais, de modo a serem diluídas mais proporcionalmente ao longo dos meses;

- Uma maior divulgação do formato virtual das ações socioeducativas;

- Uma sensibilização maior dos magistrados com a divulgação do programa TRE vai a Escola nos cursos direcionados aos magistrados;

- Nova rodada de divulgação do Programa Eleitor nos Futuro nas escolas.

Riscos associados ao objetivo Como riscos principais ao alcance de tais objetivos temos:

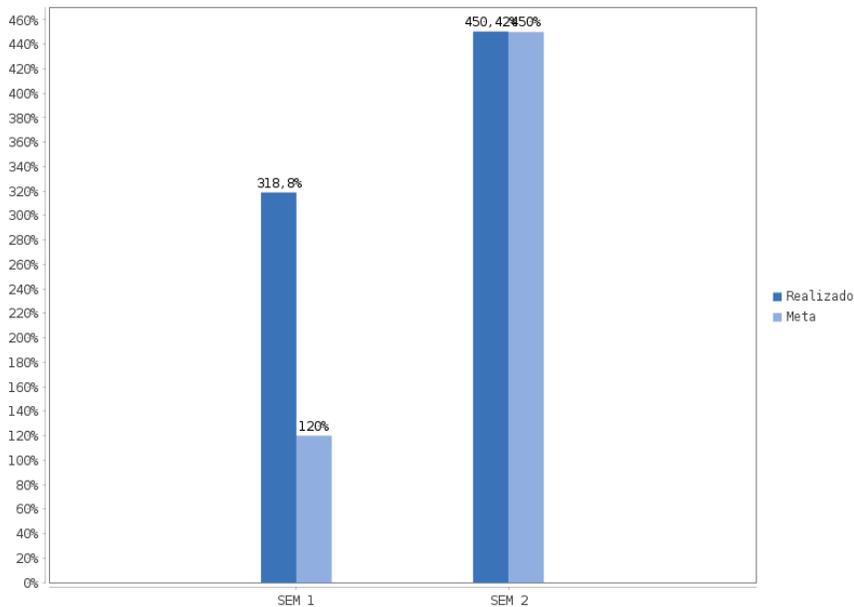
O recrudescimento da pandemia, ou ainda ato administrativo que de alguma forma inviabilize a realização das ações.

IE 19 - Taxa de estudantes atendidos em ações socioeducativas

Ótimo

Desempenho do Período: 100,09%

Resultados Acumulados em 2022



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: EJE.

Análise de contexto

No segundo semestre do exercício de 2022 houve uma redução do número total de alunos alcançados pelos programas de ação socioeducativa da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-RJ, a saber, 10.188 alunos, uma vez que tais números foram fortemente influenciados pelos dados da parceria entre a EJE, representada pela Doutora Kátia Junqueira, e a PRE-RJ, representada pela Procuradora Neide Cardoso, cujas ações se deram no formato virtual para o “TRE vai a Escola” (112 ações) e já se encerraram enquanto programa aplicado nos meses passados de março e abril de 2022. Por outro lado, comparativamente ao primeiro semestre, houve aumento do quantitativo de ações socioeducativas realizadas diretamente pela EJE no formato presencial. Calcula-se que durante o primeiro semestre foi realizada somente 1 ação “TRE vai à Escola” e 10 ações “Eleitor do Futuro”, ao passo que no segundo semestre as ações subiram para 7 “TRE vai à Escola” e 47 “Eleitor do Futuro”, além de 1 ação de cidadania realizada no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE). Cabe salientar que ao contrário do que se esperava com a proximidade das eleições em outubro, não houve queda na adesão dos servidores voluntários do Eleitor do Futuro nem dos juízes ao programa TRE vai a Escola, como sempre se registrou nos últimos anos dessas ações no formato presencial. Pode-se atribuir este fato à grande atenção que as eleições presidenciais e a Justiça Eleitoral como um todo receberam da grande mídia e da população em geral, em razão de ataques a sua legitimidade e confiabilidade, o que resultou no aumento da demanda por parte das escolas em receber os projetos socioeducativos, incentivando a reflexão crítica das (futuros) cidadãs e dos cidadãos sobre o voto consciente e ao estímulo à participação como protagonistas do processo democrático, e da ampla disseminação de informações e da construção do diálogo sobre o processo e a memória eleitorais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foram realizadas no total 55 ações socioeducativas por parte desta EJE diretamente, no formato presencial, totalizando cerca de 4.000 alunos alcançados nesse segundo semestre, a saber:

- 1 ação de cidadania para unidade feminina de internação de adolescentes em conflito com a lei do DEGASE, tendo atingido cerca de 25 internas;

- 7 ações do programa TRE vai a Escola no formato presencial para 1.781 alunos do Ensino Médio;

- 47 ações do Programa Eleitor do Futuro no formato presencial para 2.191 alunos do Ensino Fundamental.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Uma tendência que se avizinha para os próximos seis meses é a forte redução de ações sob formato virtual, seja para qual programa for, a saber TRE vai a Escola e/ou Eleitor do Futuro, uma vez que excluindo o Programa Meu Primeiro Voto que fora concebido no formato virtual, em nenhuma solicitação de ação recebida por parte desta escola judiciária, houve manifestação no sentido de receber a versão virtual (através de zoom) no programa. Justifica-se tal tendência pela normalização das atividades escolares já sob a realidade pós-pandemia e por algum desconhecimento do formato, em que pese a prévia divulgação nos atos de inscrição.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Como Proposta de melhora de desempenho das ações no segundo semestre promoveremos:

- Um melhor planejamento das ações presenciais, de modo a serem diluídas mais proporcionalmente ao longo dos meses;
- Uma maior divulgação do formato virtual das ações socioeducativas;
- Uma sensibilização maior dos magistrados com a divulgação do programa TRE vai a Escola nos cursos direcionados aos magistrados;
- Nova rodada de divulgação do Programa Eleitor nos Futuro nas escolas;

Riscos associados ao objetivo

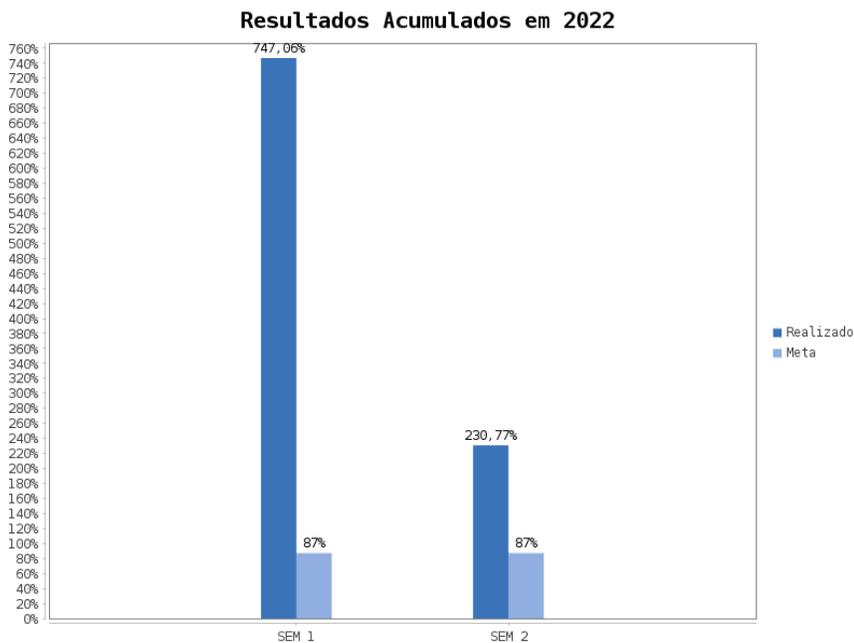
Como riscos principais ao alcance de tais objetivos temos:

O recrudescimento da pandemia, ou ainda ato administrativo que de alguma forma inviabilize a realização das ações.

IE 20 - Taxa de atendimento a demanda de ações socioeducativas

Ótimo

Desempenho do Período: 265,25%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: EJE.

Análise de contexto

No segundo semestre do exercício de 2022 houve uma redução do número total de alunos alcançados pelos programas de ação socioeducativa da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-RJ, a saber, 10.188 alunos, uma vez que tais números foram fortemente influenciados pelos dados da parceria entre a EJE, representada pela Doutora Kátia Junqueira, e a PRE-RJ, representada pela Procuradora Neide Cardoso, cujas ações se deram no formato virtual para o “TRE vai a Escola” (112 ações) e já se encerraram enquanto programa aplicado nos meses passados de março e abril de 2022. Por outro lado, comparativamente ao primeiro semestre, houve aumento das ações socioeducativas realizadas diretamente pela EJE no formato presencial. Calcula-se que durante o primeiro semestre foi realizada somente 1 ação “TRE vai à Escola” e 10 ações “Eleitor do Futuro”, ao passo que no segundo semestre as ações subiram para 7 “TRE vai à Escola” e 47 “Eleitor do Futuro”, além de 1 ação de cidadania realizada no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE). Cabe salientar que ao contrário do que se esperava com a proximidade das eleições em outubro, não houve queda na adesão dos servidores voluntários do Eleitor do Futuro nem dos juízes ao programa TRE vai a Escola, como sempre se registrou nos últimos anos dessa ação no formato presencial. Pode-se atribuir este fato à grande atenção que as eleições presidenciais e a Justiça Eleitoral como um todo receberam da grande mídia e da população em geral, em razão de ataques à sua legitimidade, o que resultou no aumento da demanda por parte das escolas em receber os projetos socioeducativos, incentivando a reflexão crítica das (futuros) cidadãs e dos cidadãos sobre o voto consciente e ao estímulo à participação como protagonistas do processo democrático, e da ampla disseminação de informações e da construção do diálogo sobre o processo e a memória eleitorais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foram realizadas no total 55 ações socioeducativas por parte desta EJE diretamente, no formato presencial, totalizando cerca de 4.000 alunos alcançados nesse segundo semestre. A saber:

- 1 ação de cidadania para unidade feminina de internação de adolescentes em conflito com a lei do DEGASE, tendo atingido cerca de 25 internas,
- 7 ações do programa TRE vai a Escola no formato presencial para 1.781 alunos do Ensino Médio,
- 47 ações do Programa Eleitor do Futuro no formato presencial para 2.191 alunos do Ensino Fundamental.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Para os próximos seis meses, vislumbra-se a tendência a uma estabilidade na taxa de atendimento à demanda de ações socioeducativas, em especial comparada aos últimos 6 meses, uma vez que os números crescentes do exercício passado foram fortemente influenciados pelos dados da parceria entre a Escola Judiciária do TRE-RJ, representada pela Doutora Kátia Junqueira, e a PRE-RJ, representada pela Procuradora Neide Cardoso, cujas ações se deram no formato virtual para o “TRE vai a Escola” e já se encerraram enquanto programa aplicado nos meses passados de março e abril. O Programa Meu Primeiro Voto fora concebido no formato virtual, e nenhuma solicitação de ação nesse formato fora recebida por parte desta escola judiciária até o momento.

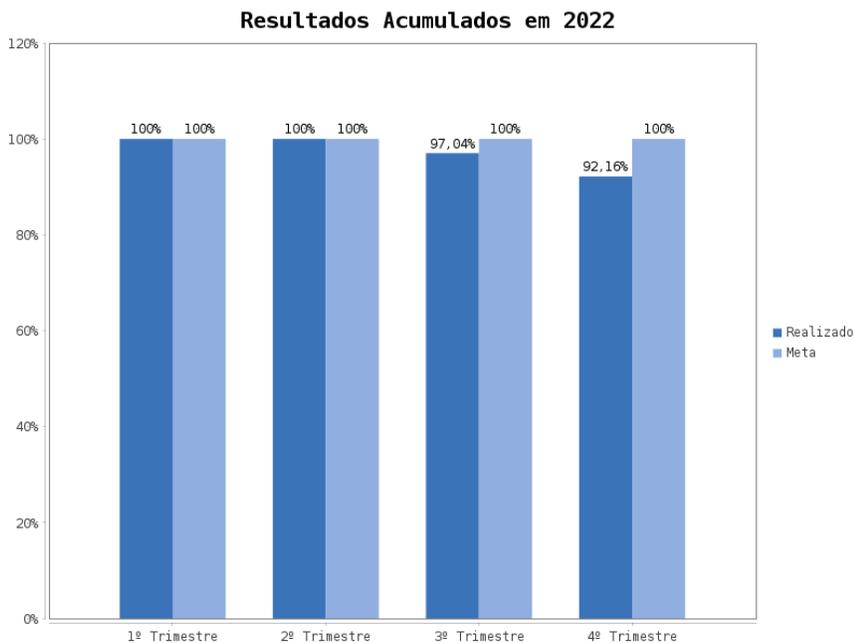
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Como Proposta de melhora de desempenho das ações no segundo semestre promoveremos:

- Um melhor planejamento das ações presenciais, de modo a serem diluídas mais proporcionalmente ao longo dos meses;
- Uma maior divulgação do formato virtual das ações socioeducativas;
- Uma sensibilização maior dos magistrados com a divulgação do programa TRE vai a Escola nos cursos direcionados aos magistrados;
- Nova rodada de divulgação do Programa Eleitor nos Futuro nas escolas.

Riscos associados ao objetivo

O recrudescimento da pandemia, ou ainda ato administrativo que de alguma forma inviabilize a realização das ações.

OE 07 - Aprimorar a gestão da comunicação e do relacionamento institucional**Ótimo****Desempenho do Período: 92,16%****Responsável: COSOC.**

Análise de contextoO objetivo estratégico 07 alcançou desempenho classificado como ótimo no ano de 2022. Todos os indicadores que compõem o objetivo também alcançaram desempenho ótimo,

OBS: quanto ao IE 25 foi identificada necessidade de ajuste na forma do cálculo do indicador. Por isso, tanto a forma de cálculo quanto as metas serão alteradas já no ano de 2023, conforme acordado com a Sedest

Ações realizadas no último período e resultados obtidosO atendimento à imprensa tem seguido os protocolos habituais (monitoramento das mensagens recebidas frequentemente para ter acesso às demandas de imprensa tão logo elas são enviadas; publicação das notas jornalísticas no site, o envio das mesmas para o mailing (lista de email da imprensa), assim como a resposta, sempre que possível dentro do prazo sugerido, das demandas de imprensa.

Nas Redes Sociais do Tribunal, publicações de cards sobre temas como combate às fake news e orientações para o dia da votação, dentre outros. Destacam-se o alcance obtido pela transmissão ao vivo, no Facebook, do sorteio das urnas que passariam por auditoria e os cards com esclarecimentos sobre notícias falsas relacionadas às eleições, bem como a publicação com informações sobre como denunciar o assédio eleitoral no ambiente de trabalho.

Durante o período foram também foram elaboradas e executadas ações para a divulgação das campanhas “Saiba já o seu local de votação” e “Desinformação nas eleições, uma ameaça à democracia”, ambas relacionadas às Eleições 2022.

A campanha “Saiba já o seu local de votação” teve por objetivo “antecipar” a divulgação da consulta ao local de votação, especialmente junto à grande Imprensa, para diminuir a procura do eleitorado pelos endereços de seus locais de votação, de forma concentrada, nos últimos dias ou até mesmo no dia do pleito.

Também foram apresentadas à Imprensa pela Cosoc, ao longo do ano de 2022, cerca de 100 pautas de ações institucionais do Tribunal, tendo grande parte deste número sido revertida em publicações em grandes veículos, contribuindo para a disseminação do conhecimento eleitoral e no acesso a informações sobre a instituição e suas ações.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Em que pese o resultado favorável do objetivo, faz-se necessário alguns importantes apontamentos. Conforme pontuado na análise dos indicadores referente ao 2º semestre de 2022, a Cosoc vem avaliando a pertinência do formato de medição dos indicadores desde o início de sua primeira aferição.

Após um ano decorrido, percebe-se que para aferir a repercussão positiva de pautas e campanhas de iniciativa do Tribunal (IE 22 - Taxa de repercussão positiva de pautas e campanhas de iniciativa do Tribunal), que incluem mídias online e offline, são necessárias ferramentas que ultrapassam os limites de releases enviados à Imprensa e esforço de relações públicas com o intuito de promover a iniciativa ou campanha do Tribunal. Também foi considerado que parte da medição do sucesso das iniciativas/campanhas são abarcados por outro indicador, de responsabilidade da Seção de Jornalismo, que afere o percentual de matérias positivas sobre o TRE-RJ veiculadas na imprensa.

Quanto ao IE 25 (Taxa de alcance das notícias institucionais internas) a Seção de Jornalismo, em consonância com a Cosoc, acredita que esses dados são interessantes para aferição em termos operacionais, mas não são estratégicos, uma vez que as notas jornalísticas, pela sua própria natureza, não tem o caráter de leitura compulsória que os avisos possuem. Os assuntos mais acessados variam bastante e a grande maioria das notas publicadas são originárias de determinação da Administração, por meio do SEI, do planejamento das eleições, e demais planos de divulgação dos projetos.

Ademais, considerando que a descrição do objetivo estratégico é “refere-se à promoção da interlocução entre o público externo e o TRE-RJ e à atuação transparente na disseminação do conhecimento eleitoral e no acesso a informações sobre a instituição e suas ações...”, vincular a medição de um indicador exclusivamente voltado para o público interno ao objetivo 07 não parece ser pertinente.

Após a análise durante um ano de mensuração, a Cosoc irá solicitar a exclusão dos indicadores, pois entende que os mesmos não refletem com fidedignidade a real mensuração devida para comporem o objetivo estratégico.

Registramos um alerta quanto à resposta à Imprensa no prazo. Mesmo o indicador tendo performado com desempenho ótimo, não pode ser considerado um bom resultado atender cerca de 40% de demandas jornalísticas fora do prazo no período de maior demanda (trimestre setembro a novembro), a despeito dos esforços da Cosoc em mitigar o problema, com o deslocamento temporário de servidores da Secamp e da própria coordenadoria para atuarem em funções afetas à Seção de Jornalismo. Os dados comprovam a imperiosa necessidade de incremento na força de trabalho da Seção de Jornalismo, sobretudo em períodos eleitorais, quando as atividades aumentam exponencialmente de volume, padrão e abrangência. É importante salientar que o fenômeno da Desinformação tem imposto mudanças frequentes no fluxo de trabalho da Seção de Jornalismo - e da própria Cosoc -, que foram intensamente sobrecarregadas pelo aumento do atendimento às demandas de imprensa, de agências de checagem e do TSE, voltadas ao esclarecimento de notícias falsas relacionadas ao pleito. Sobretudo nos meses de outubro e mesmo em novembro, já após as eleições.

Conclui-se que o planejamento deve considerar como parâmetro mínimo o período de maior demanda da unidade, quando ela desempenha propriamente ações mais afeitas à natureza da atividade fim do Tribunal.

As ações relacionadas aos demais indicadores que compõem o objetivo tendem à estabilidade nos resultados. Em uma rápida retrospectiva, as inserções positivas na imprensa têm alcançado a meta há anos, com constante tratamento e monitoramento de possíveis assuntos com potencial de risco à imagem do Tribunal. O atendimento à Imprensa no prazo tende a estabilidade em virtude do término do período eleitoral e conseqüente queda no número de demandas da Imprensa

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas- Identificação de posts/temas que obtiveram bom alcance junto ao público, de modo a nortear a elaboração/publicação de posts no futuro.

- Pesquisa junto a outros tribunais e órgãos públicos para identificar iniciativas nas mídias sociais que possam ser replicadas com êxito em nossas redes.

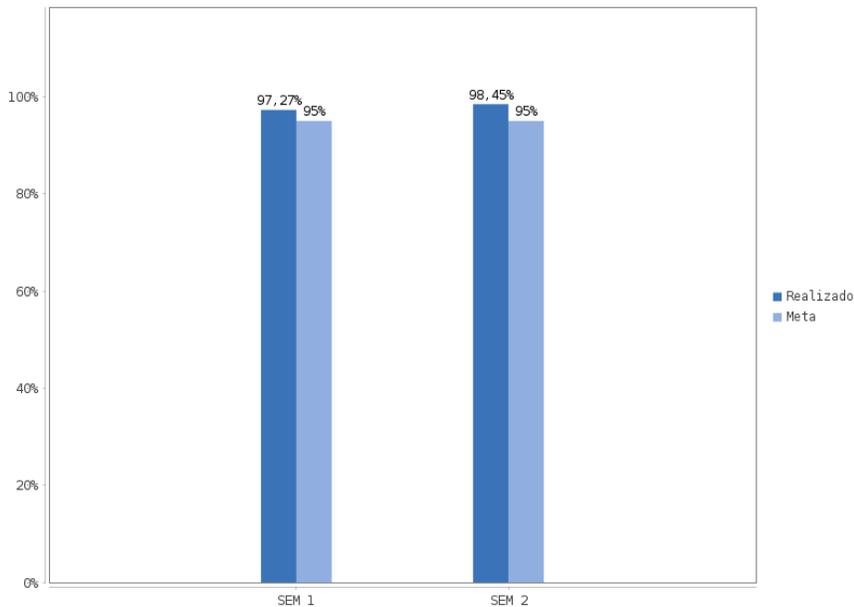
- Aumento do número de servidores da Secjor

Configuração da resposta automática no email aos jornalistas que fizerem demandas fora do horário de expediente

Quanto às ações relacionadas aos indicadores da Cosoc e da Secjor, IE 22 e IE 23, será solicitada a exclusão dos referidos indicadores pelos motivos acima expostos.

Riscos associados ao objetivo Perda de prazos em virtude de sobrecarga de trabalho da Seção de Jornalismo associado ao reduzido quantitativo de servidores lotados no setor

Queda no interesse do público pelas mídias sociais caso o Tribunal não invista em perfis em novas Redes Sociais (destaca-se, neste caso, o Facebook, que sofreu uma queda histórica de usuários em 2022, apontando para novos hábitos de consumo de conteúdo de internet).

IE 21 - Taxa de inserções positivas na imprensa**Ótimo****Desempenho do Período: 103,63%****Resultados Acumulados em 2022****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECIOR.****Análise de contexto**

Praticamente todas as notícias negativas no período são relacionadas à data do pleito, em especial o 1º turno, por conta das filas que se formaram nos locais de votação. Ainda que o mês de outubro tenha registrado o pior índice em todo o ano, manteve-se dentro da meta de 95%. No 2º semestre, o valor acumulado foi ótimo, ficando em 98,45%.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em especial durante o período eleitoral, o setor tem como rotina buscar identificar — seja por meio das demandas de jornalistas, seja por análise interna — assunto com potencial de risco de matérias negativas, hipóteses em que a Administração é alertada, para que medidas cabíveis possam ser tomadas a tempo.

Outra iniciativa protocolar do setor é a produção de notas com conteúdo de interesse público, publicadas no site, e envio das mesmas para o mailing (lista de email da imprensa), o que contribui para a publicação de matérias nos veículos de imprensa. Além disso, o setor busca oferecer pautas diretamente a jornalistas, bem como prestar esclarecimentos solicitados, da maneira mais célere possível.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é que a taxa continue se apresentando de forma satisfatória. Nos próximos seis meses deve haver uma diminuição de notícias sobre o Tribunal, tendo em vista o período não-eleitoral, com menos eventos envolvendo o Tribunal, e, portanto menor risco, em geral.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Não há nenhuma proposta prevista já que a taxa apresenta percentual bem próximo dos 100%. No entanto, tendo em vista as matérias negativas em torno das filas e o desconforto que isso causa aos eleitores, sugere-se que a Administração trabalhe no sentido de que tais filas não se repitam, o que comprometeria a imagem da instituição.

Riscos associados ao objetivo

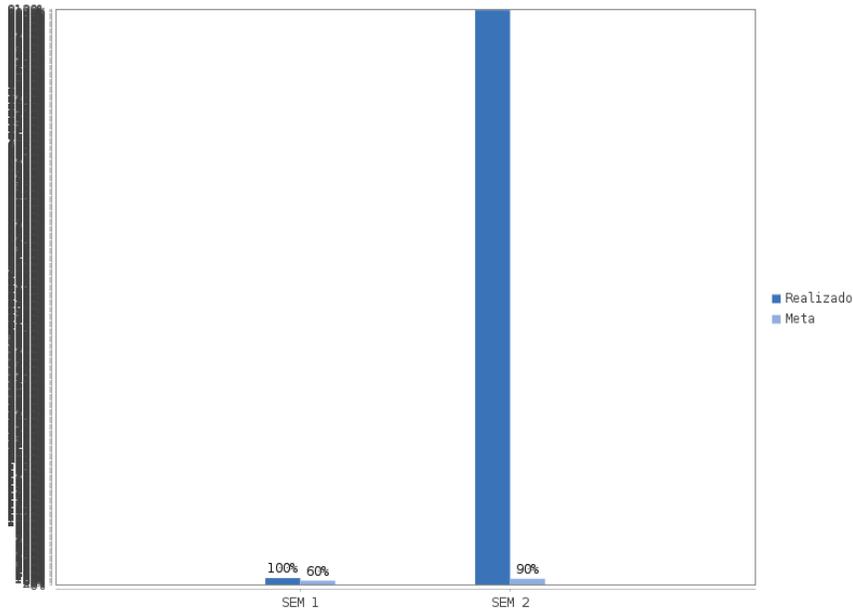
É importante que a Administração sempre trabalhe com planejamento e gerenciamento de riscos para evitar crises, que costumam ter repercussão negativa na imprensa, maculando a imagem da instituição.

IE 22 - Taxa de repercussão positiva de pautas e campanhas de iniciativa do Tribunal

Ótimo

Desempenho do Período: 10.122,22%

Resultados Acumulados em 2022



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COSOC.

Análise de contexto

No segundo semestre de 2022, a taxa alcançou desempenho classificado como ótimo, acima da meta de 90% estipulada para o período. A repercussão positiva de pautas e campanhas de iniciativa do Tribunal começou a ser mensurada em 2022, com a aprovação do novo Plano Estratégico TRE-RJ 2021-2026.

Conforme definido no glossário do Plano, quanto ao IE 22, "Será definido, no mínimo, um tema por semestre, que será escolhido pela Coordenadoria de Comunicação Social. Após a definição do tema, será feito um Plano de divulgação, onde serão estabelecidas as estratégias e mídias de comunicação. O referido Plano, com o tema e pontuação, será registrado em processo SEI).

No 2º semestre, a Cosoc elaborou dois planos de divulgação, com os seguintes temas: "Saiba já o seu local de votação" e "Desinformação nas eleições, uma ameaça à democracia".

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foram elaboradas e executadas ações para a divulgação das campanhas "Saiba já o seu local de votação" e "Desinformação nas eleições, uma ameaça à democracia".

A campanha "Saiba já o seu local de votação" teve por objetivo "antecipar" a divulgação da consulta ao local de votação, especialmente junto à grande imprensa, para diminuir a procura do eleitorado pelos endereços de seus locais de votação, de forma concentrada, nos últimos dias ou até mesmo no dia do pleito.

O ponto alto da campanha foi a divulgação em veículos de grande porte no estado (TVs Record e Globo) o que auxiliou na antecipação da consulta ao local de votação.

Quanto à campanha de combate à desinformação, foram previstas publicações de notas e posts nas Redes Sociais, tendo a meta de publicação sido ultrapassada. Algumas dessas notas foram divulgadas na página Fato ou Boato, gerenciada pelo TSE, o que contribuiu com a viralização dos esclarecimentos prestados pelo TRE-RJ em combate às notícias falsas.

Outro destaque da campanha foi a palestra "Entendendo a segurança do processo eletrônico de votação", ministrada pelo secretário de Informática do TRE-RJ. O objetivo do evento virtual era fornecer argumentos aos servidores do TRE-RJ, para a defesa do processo eletrônico de votação. A palestra contou com duas edições, devido a grande procura pelos servidores (cerca de 400 servidores participantes) e explicou minuciosamente o funcionamento da urna eletrônica e do processo eletrônico de votação.

As ações previstas no Plano de Divulgação “Saiba já o seu local de votação” foram executadas quase em sua totalidade, tendo alcançado 83% de aderência. As ações previstas no Plano de Divulgação “Desinformação nas eleições, uma ameaça à democracia” também foram executadas quase em sua totalidade, tendo alcançado 90% de aderência.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A Cosoc vem avaliando a pertinência do formato de medição do indicador desde o início de sua primeira aferição. Após um ano decorrido, percebe-se que para aferir a repercussão positiva de pautas e campanhas de iniciativa do Tribunal, que incluem mídias online e offline, são necessárias ferramentas que ultrapassam os limites de releases enviados à Imprensa e esforço de relações públicas com o intuito de “vender” a iniciativa ou campanha do Tribunal. Também foi considerado que parte da medição do sucesso das iniciativas/campanhas são abarcados por outro indicador, de responsabilidade da Seção de Jornalismo, que afere o percentual de matérias positivas sobre o TRE-RJ veiculadas na imprensa.

A Cosoc considera solicitar mudanças na medição ou até mesmo a exclusão do indicador, caso firme entendimento de que o mesmo não reflete com fidedignidade a real mensuração do sucesso de iniciativas e campanhas emplacadas por este Regional. Não obstante, a Coordenadoria já planeja o tema que será alvo do plano de divulgação do 1º semestre 2023, sobre o qual aguarda deliberação da alta administração.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Por se tratar de um novo indicador, e tendo este alcançado excelente desempenho no 1º semestre de 2022, não foram vislumbradas propostas de melhoria dos resultados. Estão em análise propostas com relação à melhora da eficácia da proposta.

Riscos associados ao objetivo

Não foram identificados no momento.

IE 23 - Taxa de resposta à imprensa no prazo

Ótimo

Desempenho do Período: 84,48%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECIOR.

Análise de contexto

O resultado de 62,30% alcançado no período é pouco maior que o registrado no trimestre anterior (59,01%). Embora ambos os períodos apresentem desempenho ótimo, entendemos que está aquém do desejado, principalmente porque se trata de uma época (principalmente os meses de agosto, setembro e outubro) em que o interesse da imprensa aumenta consideravelmente tendo em vista as eleições, o que torna ainda mais imperioso a prestação desse serviço jornalístico com agilidade. Cabe destacar que o período do 4º trimestre alcança demandas jornalísticas recebidas na data do primeiro turno das eleições (2 de outubro), quando somente neste dia foram registradas 37 demandas não atendidas no prazo, o que corresponde a 22% do total (não respondidas) no período.

O volume de demandas relacionadas às fake news no domingo do pleito é um fator que deve ser levado em consideração. Trata-se de um fenômeno novo, que vem acontecendo em grande escala a cada pleito, por meio das redes sociais, com repercussão na imprensa e agências de checagem em tempo real, as quais demandam bastante o setor, que produz notas de esclarecimento sobre a desinformação. Esse contexto implicou a mobilização de servidores quase que integralmente na apuração, principalmente junto às zonas eleitorais, das fake news que chegaram em maior destaque nas datas do pleito e nos dias que sucederam as eleições.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

O setor mantém os mesmos protocolos, como a caixa do correio eletrônico sempre aberta durante o horário de expediente e monitoramento das mensagens recebidas frequentemente para ter acesso às demandas de imprensa tão logo elas são enviadas. No entanto, essas práticas não são suficientes tendo em vista que o setor de jornalismo só possui três servidores, o que torna inviável atender todas as demandas, produzir notas jornalísticas e ainda acompanhar as entrevistas com porta-voz do Tribunal, que se intensificam muito nesse período.

Vale ressaltar que várias demandas de imprensa foram respondidas pelas(os) servidoras(es) via WhatsApp, que se dispuseram a fazer isso fora do expediente. Ainda assim, 14% das demandas não respondidas no prazo correspondem àquelas recebidas fora do horário de funcionamento. Essa é uma realidade difícil de contornar, afinal várias vezes dependemos de outros setores para poder apurar as demandas jornalísticas.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência natural é que haja uma diminuição das demandas jornalísticas, como já foi percebido nos últimos dois meses do ano. No entanto, essa taxa, que teve o seu primeiro ano de medição, demonstra que é necessário aumentar o quadro permanente de servidores da unidade, para se ter condições de apresentar um resultado efetivamente satisfatório.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Além do aumento do número de servidores, outra medida é a configuração da resposta automática aos jornalistas que nos demandarem por email fora do horário de expediente. Com essa mensagem daremos o recado que vamos atendê-lo quando do retorno do expediente, o que acreditamos que irá reduzir o número daquelas demandas não respondidas porque chegaram fora do horário do expediente. Tínhamos feito o pedido na época em que era usado o Zimbra, correio eletrônico que não permite tal funcionalidade, e vamos retornar o pedido agora no início do ano.

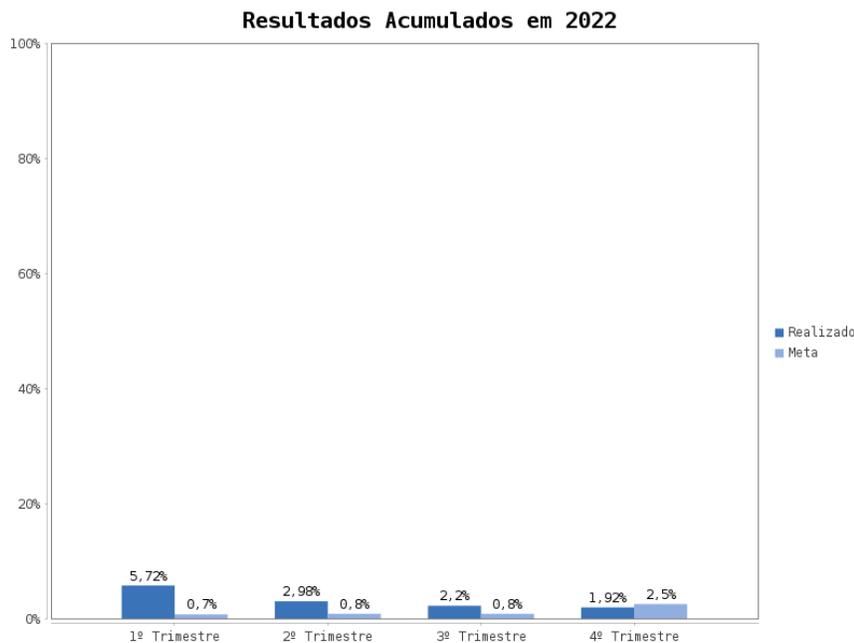
Riscos associados ao objetivo

É fundamental que tenhamos mais estrutura de pessoal para atendermos no prazo os jornalistas. As informações são veiculadas de forma cada vez mais rápida e precisamos combater, por exemplo, a desinformação relacionada ao processo eleitoral com agilidade, que é um dos principais desafios na atualidade da Justiça Eleitoral.

IE 24 - Taxa de alcance das mídias sociais

Satisfatório

Desempenho do Período: 76,94%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECAMP.

Análise de contexto

As ações realizadas neste quarto trimestre inserem-se num contexto de grande interesse do público pelo tema das eleições, uma vez que inclui o mês de outubro, quando são realizados os dois turnos do pleito. Contudo, o interesse pelo tema tende a diminuir nos meses de novembro e dezembro, este último sendo impactado ainda pelas festas de fim de ano. OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Identificou-se um erro na fórmula de cálculo do indicador. Em vez de fazer uma média do eleitorado por trimestre, a fórmula realiza a soma dos eleitorados nos três meses, o que gera um erro. Sendo assim, caso se considere a média do eleitorado nos últimos três meses, verifica-se que o resultado no 4º trimestre foi superior a 2,5% do eleitorado, portanto, superior à meta estabelecida. Da mesma forma, tal erro no cálculo verifica-se nos trimestres anteriores, de modo que todos os resultados foram bastante superiores aos números apontados. Será enviado e-mail à Sedest para correção da fórmula.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Publicações de cards sobre temas como combate às fake news e orientações para o dia da votação tiveram bom desempenho nos perfis do Tribunal nas mídias sociais. Vale destacar o alcance obtido pela transmissão ao vivo, no Facebook, do sorteio das urnas que passariam por auditoria. Também merecem menção os cards com esclarecimentos sobre notícias falsas relacionadas às eleições, bem como a publicação com informações sobre como denunciar o assédio eleitoral no ambiente de trabalho.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é de estabilidade nos índices, uma vez que, no próximo semestre, embora não haja realização de eleições, há previsão de retomada da campanha do cadastramento biométrico, tema que costuma despertar grande interesse do público nas mídias sociais.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

- Criação de posts utilizando os personagens da biometria - "dedeoches" - de forma bem-humorada e aproveitando datas comemorativas.

- Identificação de posts/temas que obtiveram bom alcance junto ao público, de modo a nortear a elaboração/publicação de posts no futuro.

- Pesquisa junto a outros tribunais e órgãos públicos para identificar iniciativas nas mídias sociais que possam ser replicadas com êxito em nossas redes.

Riscos associados ao objetivo

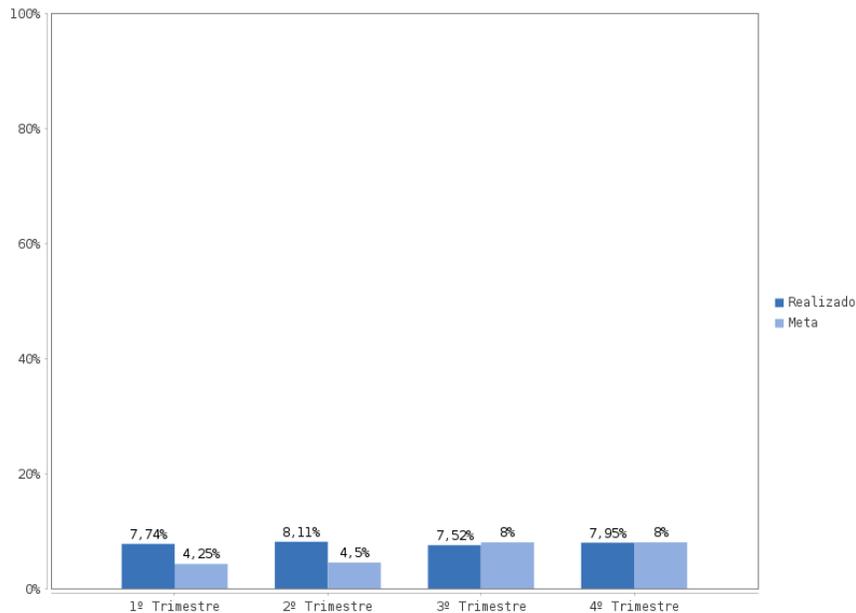
Queda no interesse do público pelas mídias sociais.

IE 25 - Taxa de alcance das notícias institucionais internas

Ótimo

Desempenho do Período: 99,40%

Resultados Acumulados em 2022



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECJOR.

Análise de contexto

No 4º trimestre percebe-se um considerável aumento dos índices mensais (cerca de 50%) em relação ao trimestre anterior. O desempenho permaneceu ótimo nesse trimestre, assim como nos anteriores. Cabe lembrar que esse último trimestre do ano abrange notícias relacionadas ao 1º turno, que aconteceu em 2 de outubro (as mais acessadas foram sobre esclarecimento de desinformação sobre o processo de votação) bem como sobre preparativos do 2º turno.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

As notas mais acessadas no período estão relacionadas a pautas propostas pelo setor, como temas relacionados diretamente à organização/resultados do pleito (fake news, reunião de juízes, auditoria das urnas, treinamento de mesários, prestação de contas, locais de votação) bem como pautas sugeridas pelos demais setores/gestores/servidores, além daquelas protocolares (despedida de membro da Corte/ posse de novos servidores)

Segue relação das 3 mais acessadas por mês:

OUT

“TRE-RJ esclarece relatos de eleitores que disseram ter sido impedidos de votar porque outros votaram no lugar” (684 acessos) / “É falso que carros com adesivo de Lula e credenciais de acesso livre sejam do TRE-RJ” (530) / “Desembargador eleitoral Tiago Santos despede-se do TRE-RJ” (367)

NOV

“TRE-RJ terá expediente especial nos dias de jogos do Brasil” (538 acessos) / “VPCRE apresenta projeto de elaboração e atualização de Rotinas Cartorárias e outros materiais” (313) / “TRE-RJ sobe três posições no ranking do Prêmio CNJ de Qualidade 2022” (250)

DEZ

“Justiça Eleitoral fluminense recebe novas servidoras e servidores” (646 acessos) / “Servidora Mariana Musse lança livro sobre pós-democracia no TRE-RJ” (268) / “Presidente do TRE-RJ é condecorado pelo Corpo de Bombeiros” (199)

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Acreditamos que os índices mantenham-se estáveis. Cabe ressaltar que este indicador foi criado em 2022, portanto não temos parâmetro de comparação com ano não-eleitoral.

Cabe reiterar análise feita em relatórios anteriores acerca da dificuldade para identificar as motivações que levam os servidores a ler determinada notícia, tendo em vista que isso varia muito de mês a mês. Não só os temas, mas o número de acessos como um todo varia bastante. O desafio é sempre buscar temas e enfoques que atendam ao interesse do público interno, no âmbito da comunicação social.

Com a conclusão de um ano de medição desse indicador, o setor acredita que esses dados são interessantes em termos operacionais, mas não são estratégicos, uma vez que as notas jornalísticas, pela sua própria natureza, não tem o caráter obrigatório como os avisos possuem, os assuntos mais acessadas variam bastante e a grande maioria das notas publicadas são originárias de determinação da Administração, por meio do SEI, do planejamento das eleições, e demais planos de divulgação dos projetos.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Deve-se buscar temas e enfoques que atendam ao interesse do público interno, e que sejam publicadas notas nesse espaço quando efetivamente necessárias e de interesse para grande parte dos servidores.

Riscos associados ao objetivo

Alguns fatores podem ser apontados como possíveis causas que dificultam o aumento de acessos é a publicação de notas que tem interesse a um número restrito de servidores, notas cujos conteúdos já foram divulgados em outros canais, como nos Avisos, e notas sobre divulgação de eventos de outros órgãos (seminários, palestras..)

OE 08 - Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional**Ótimo****Desempenho do Período: 85,55%****Responsável: SGPR.**

Análise de contextoAnálise de contextoO OE 08 é inovação do Plano Estratégico 2021-2026 e busca mensurar o aperfeiçoamento dos mecanismosde liderança, estratégia e controle, bem como as boas práticas de governança institucional.O referido objetivo estratégico é composto por nove indicadores estratégicos, a saber:1. IE 26 - Índice de aprimoramento da governança institucional, que atingiu 95,27% da meta propostae obteve desempenho satisfatório;2. IE 27 - Taxa de maturidade da execução da estratégia, com ótimo desempenho, superando a metaestipulada;3. IE 28 - Taxa de processos críticos com riscos geridos, ainda não medido;4. IE 29 - Taxa de aprimoramento da gestão de riscos e controles internos, que alcançou 92,86% dameta e obteve desempenho ótimo;5. IE 30 - Taxa de auditorias que alcançaram o padrão mínimo de qualidade, com desempenho ótimo,superando a meta estipulada em 66,67%;6. IE 31 - Taxa de implementação das recomendações da auditoria interna destinadas aoaprimoramento da gestão de controles internos, igualmente superando a meta proposta;7. IE 32 - Taxa de implementação das recomendações da auditoria interna, com ótimo desempenho,que superou a meta em 11,54%;8. IE 33 - Índice de gestão e governança das contratações, com 81,85% da meta alcançada; e9. IE 34 - Taxa de aderência das contratações ao Plano de Contratações Anual (PCA), que superou ameta proposta em 1,32%.Conforme destacado pela Coordenadoria de Planejamento - CPLAN, trata-se da primeira medição dos IEs26 e 27, de modo que o desempenho alcançado não reflete apenas o resultado das ações ocorridas no anode 2022, mas o resultado global do conjunto de ações institucionais desempenhadas até o presentemomento. Desta feita, para os próximos períodos de medição será possível criar comparativos e uma linhade crescimento.O IE 28, que mede a taxa de processos críticos com riscos geridos, não teve sua medição iniciada, tendo emvista a não definição do rol de processos críticos. Segundo informado pela unidade responsável pelaanálise, a expectativa é de aprovação do rol de processos críticos ainda no primeiro trimestre de 2023.O IE 29 atingiu 92,86% da meta estipulada, alcançando ótimo desempenho. Conforme informaçõesprestadas pela Assessoria de Gestão de Riscos, o bom desempenho do indicador reflete o esforçoempreendido na identificação e avaliação dos riscos críticos, considerados estes os riscos estratégicos, namedida em que, neste primeiro momento de implementação da gestão de riscos no Tribunal, serão osprincipais riscos monitorados e norteadores para o gerenciamento dos riscos no âmbito dos processos eatividades.Destaca a necessidade de maior empenho para o envolvimento da instituição na utilização das informaçõesde gestão de riscos nas tomadas de decisão, bem como para a implantação do plano de continuidade denegócio do Tribunal.Destaca-se, ainda, que, apesar de não se encontrarem previstas dentre as práticas que compõem oindicador, há um clamor para que os órgãos da Administração Pública instituem um programa deintegridade e

adotem práticas voltadas à segurança da informação. Ambos os temas guardam forte relação com a gestão de riscos, impactando na implementação das práticas previstas no indicador. Atualmente, no âmbito do TRE-RJ, medidas relacionadas à segurança da informação estão sendo adotadas, circunscritas em sua maioria à Tecnologia da Informação. O indicador estratégico IE 30, medido anualmente, apresentou índice de desempenho com status ótimo, alcançando 166,67% da meta estabelecida de 60% de auditorias realizadas que alcançaram o padrão mínimo de qualidade estabelecido no Programa de Qualidade da Auditoria Interna (PQAI). Tendo em vista que o indicador teve sua primeira medição em 2022 não é possível a comparação de desempenho com outros exercícios. Registre-se que o PQAI foi instituído em 4 de maio de 2022, por meio da Portaria SAU 1/2022, tendo sido aplicado somente aos trabalhos de avaliação iniciados após sua vigência. Sendo assim, houve medição quanto às seguintes auditorias: Auditoria sobre a Análise das Demonstrações Contábeis; Auditoria Integrada do TSE - Gestão da Segurança da Informação; e Auditoria de Avaliação da Maturidade da Gestão de Riscos. Nesse sentido apurou-se o Índice de Percepção de Qualidade do Trabalho Individual (IPQTrabInd) de 96,14%, 92,26% e 95% respectivamente, em que 100% dos trabalhos realizados alcançaram o padrão mínimo de qualidade estabelecido no PQAI (entre 40% e 60% de respostas positivas). O indicador estratégico IE 31, medido anualmente, apresentou índice de desempenho com status ótimo, tendo sido implementadas 53,97% das recomendações monitoradas destinadas ao aprimoramento da gestão de controles internos, o que se traduz no alcance de 134,92% da meta estabelecida de 40% de implementação das recomendações monitoradas. No ano de 2022, foram realizados 11 trabalhos de monitoramento, sendo 8 por meio de Relatórios de Monitoramento, 1 em sede da Auditoria de Contas 2021, em que se verificou a implementação das recomendações do exercício anterior (2020), e 2 por intermédio de nova metodologia de trabalho de monitoramento de recomendações (acompanhamento dos planos de ação elaborados pela administração, com análises sucintas periódicas pela SAU dos reportes trimestrais). Já o indicador estratégico IE 32, medido anualmente, apresentou índice de desempenho com status ótimo, tendo sido implementadas 61,54% das recomendações monitoradas, o que se traduz no alcance de 123,08% da meta estabelecida de 50% de implementação das recomendações monitoradas. O referido indicador tem origem no indicador de apoio IA 68A que compunha o planejamento estratégico 2016-2021. Sendo assim, é possível observar que o indicador manteve o ótimo desempenho, tendo em vista que, no ano anterior, apresentou desempenho satisfatório (o que guarda correlação com o status de desempenho ótimo do atual plano), e implementação de 69,70% das recomendações monitoradas no período. Importa salientar que, tal como ocorreu com o IE 30, não é possível a comparação de desempenho com outros exercícios, uma vez que teve sua primeira medição no ano de 2022. Importa destacar, a pretexto dos IEs 31 e 32, que foram monitoradas 124 recomendações exaradas pela Secretaria de Auditoria Interna, das quais 65 destinadas ao aprimoramento dos controles internos, desconsideradas no cômputo 2 recomendações não mais aplicáveis. Constatou-se que, do total de recomendações consideradas no cômputo (63 recomendações), 53,9% foram implementadas, 15,1% foram parcialmente implementadas, 19% estão em implementação e 11,1% não foram implementadas. O resultado dos indicadores demonstra o esforço da administração na busca pela melhoria dos processos de trabalho e a observação das recomendações expedidas como forma de agregar valor aos processos de trabalho. Registre-se que a atuação da Assessoria de Gerenciamento de Riscos e Controle Interno (ASGERI) tem sido um vetor no alcance dos resultados aferidos, haja vista sua interlocução com áreas para elaboração e atualização dos planos de ação e seu envio periódico para análise da SAU. A mensuração do IE 33 no ano de 2022 adotou as respostas do Comitê de Governança de Contratações (CGovCon) ao último questionário do I GovContrat disponível, referente ao ano de 2021. O CGovCon reúne-se, anualmente, para responder ao questionário exigido pelo TCU. Contudo, o questionário referente ao ano de 2022 ainda não foi enviado para este Tribunal pelo TCU, portanto ainda não há a informação do índice. Por fim, o IE 34 obteve ótimo desempenho e superou a meta proposta para o período de medição. A meta para o ano de 2022 foi alcançada devido, principalmente, ao esforço de servidores do Gabinete da SAD no acompanhamento da execução do PCA 2022, avaliando ativamente a situação de cada contratação planejada e entrando em contato com as unidades responsáveis pela contratação para solicitar informações e atualizações do plano. O desempenho foi influenciado pela existência de contratações que são canceladas por ausência de interesse ou por serem atendidas por outras contratações. Verificou-se, também, a inclusão de um quantitativo superior ao permitido por lei para contratações por dispensa de licitação, o que gerou cancelamentos. Como estas contratações ainda constavam no PCA, foram contabilizadas para a composição do indicador. Outro aspecto de extrema relevância foram as falhas identificadas na instrução dos processos, relativas à fase de planejamento da contratação, que provocaram atraso nas respectivas conclusões, impactando nas fases intermediárias. Ações realizadas no último período:

1. IE 27: foram realizadas ações estruturantes para as questões sobretudo atinentes à temática de Gestão de Projetos, Gestão de Processos e Sustentabilidade, entretanto, os resultados obtidos ainda foram tímidos considerando que a conclusão de algumas frentes de trabalho não ocorreram. Como exemplo é possível citar a não aprovação institucional da Matriz de Processos Críticos.
2. IE 28: Identificação e avaliação, pelo Comitê de Gestão de Riscos, dos riscos estratégicos e do rol de processos a eles associados.
3. IE 29: Identificação e Avaliação dos riscos estratégicos pelo Comitê de

Gestão de Riscos.- Identificação dos controles existentes e sugestões de controles a implementar para os riscos estratégicos identificados.- Realização de auditoria para avaliação da maturidade de gestão de riscos, com a aprovação do Relatório Final nº 6/2022 em 07/12/2022, contemplando a sugestão de 54 ações de melhoria.- Término do desenvolvimento do Portal de Riscos.4. IE 30: Em 2022, relativamente ao indicador ora analisado, a auditoria interna dedicou-se a finalizar a elaboração e instituição do PQAI e a observar os critérios de qualidade nele estabelecidos na realização dos trabalhos iniciados após sua vigência.5. IEs 31 e 32: A fim de buscar monitorar e alavancar o resultado dos indicadores, elaborou-se plano de ação, por ocasião da primeira Reunião de Análise Crítica da Secretaria de Auditoria Interna, realizada em 23/03/2022, com ações que objetivaram auxiliar a administração no alcance das metas de implementação definidas, com foco na interlocução com a administração e as unidades auditadas e na comunicação institucional. Dentre as ações estabelecidas com foco na melhoria da comunicação, temos o informativo mensal SAUINFORMA, a elaboração e publicação de fichas síntese ao final dos trabalhos de auditoria e monitoramentos e a reformulação do Portal SAU. Para fins de monitorar de forma mais eficaz e tempestiva a implementação das recomendações, além de desburocratizar o processo de trabalho, o que tende a alavancar o alcance das metas de implementação das recomendações de auditoria com a consequente melhoria da governança institucional, foi estabelecido o monitoramento das recomendações por meio de planos de ação elaborados pela administração, com análises sucintas periódicas pela SAU de reportes trimestrais, com prazos de implementação integral acordado previamente. Ademais, está em processo de finalização o plano de tratamento consolidado das recomendações pendentes de implementação pela Gestão, e que já foram objeto de monitoramento anterior. O plano visa conferir maior efetividade à atividade de monitoramento e melhor auxiliar a gestão na solução dos problemas, deficiências e inconformidades que ensejaram sua expedição, otimizando recursos e tornando mais célere o processo de acompanhamento da implementação das recomendações remanescentes por meio de planos de ação com reportes periódicos.6. IE 33: Adoção das respostas do Comitê de Governança de Contratações (CGovCon) ao último questionário do I Gov Contrat disponível, referente ao ano de 2021. Elaborou-se um plano de ação para o segundo semestre de 2022, com base nas lacunas identificadas, visando a alavancar os índices e elevar o resultado final no próximo questionário oficial. Dentre as ações propostas, focou-se na capacitação dos gestores e colaboradores da área de contratações, no monitoramento do plano de gerenciamento de riscos do macroprocesso de contratações e na gestão de contratos.7. IE 34: O processo de monitoramento do Plano de Contratações Anual (PCA) passou a ser exercido dentro do Gabinete da Secretaria por dois servidores designados para esta tarefa de forma específica, havendo um responsável direto e um supervisor. Houve, também, a edição e publicação do Ato GP 155/2022, que regulamentou a elaboração e o monitoramento do PCA. Tais ações impactaram positivamente o desempenho do indicador, tendo alcançado a meta estipulada para o ano de 2022. Análise de tendências A tendência é de melhora no desempenho do objetivo estratégico como um todo, considerando a maturidade já alcançada. Especificamente no tocante ao IE 28, espera-se que, com a avaliação dos riscos estratégicos e a definição dos processos críticos, possa ser iniciada a implementação da gestão de riscos de forma coordenada nos processos, vislumbrando-se que tal ocorra a partir do segundo trimestre de 2023, considerando a mudança da gestão em meados de março. Ainda assim, não há uma expectativa no resultado satisfatório do indicador nos próximos meses, tendo em vista que há uma tendência a se considerar um quantitativo em torno de 35 processos críticos, envolvendo diversas áreas, o que demandará a mobilização de diversos servidores, os quais podem não estar disponíveis para a realização das atividades necessárias. Por outro lado, não há expectativa de muito avanço no resultado do IE 29 nos próximos meses, em razão da mudança da gestão do Tribunal em meados de março, que usualmente requer um período para internalização das práticas e ações em vigor pela nova administração. Uma vez que as práticas previstas no indicador são estruturantes, o que demanda maior envolvimento da administração superior, nos próximos meses as medidas para impulsionamento da gestão de riscos, estarão mais concentradas na implementação no âmbito do processo e na estruturação das ações necessárias às práticas mais complexas, o que não se refletirá no resultado do indicador. No entanto, ainda que o desempenho do indicador possa permanecer estável ou pior nos próximos meses, espera-se um avanço com relação à utilização da gestão de riscos no apoio aos processos decisórios, com a realização de reuniões regulares do comitê de gestão de riscos e com a inclusão do tema na pauta ordinária do comitê de governança das contratações. Também há uma expectativa positiva com relação à divulgação das informações sobre gestão de riscos, a partir da inauguração do Portal de Riscos, e um maior acultamento da gestão de riscos a partir de trabalhos realizados no âmbito de determinados processos. Quanto ao IE 34, o principal desafio é o real conhecimento da necessidade de contratação das unidades do Tribunal. Principalmente no que diz respeito ao excesso de desistências de contratações, exigindo que, no futuro próximo, seja diagnosticada a causa do afastamento do planejamento e da efetiva contratação levada a termo pelo Tribunal. A concretização de uma cultura de planejamento das contratações tende a se intensificar, tendo em vista as diversas atividades de treinamentos e aperfeiçoamentos a que os envolvidos se submetem. Ademais, a inclusão da data de início do planejamento no PCA de 2023 passará a elevar o PCA como instrumento de gestão, servindo, além de uma ferramenta de controle, como uma efetiva ferramenta de planejamento. Propostas IEs 26 e 27-

Definição de calendário anual de reuniões do Conselho de Governança

IE 28- Concentração de esforço das áreas afetas aos processos que serão priorizados na implantação do gerenciamento de riscos, mediante uma estratégia de implantação suportada pela ASGERI, que demande o menor esforço das áreas e os maiores ganhos para os resultados institucionais.

IE 29- Apresentar à nova gestão o planejamento das ações para impulsionamento da gestão de riscos.- Aperfeiçoar a estrutura e atribuições da Assessoria de Gerenciamento de Riscos e Controle Interno.

IE 34- Exigência de prévia existência de termo de referência aprovado como condição para inclusão da contratação na proposta final do plano de contratação.- Capacitação de servidores.

Riscos

IE 28- Indisponibilidade de recursos que atrasem ou impeçam o gerenciamento de riscos dos processos priorizados;- Insuficiência/inadequação das ferramentas atualmente utilizadas no gerenciamento de riscos para um número grande de processos, prejudicando a integração da gestão de riscos- Demora na aprovação do rol de processos críticos em virtude da mudança de gestão em março de 2023.

IE 29- Indisponibilidade de recursos que atrasem ou impeçam a implantação do gerenciamento de riscos críticos;- Prioridades estabelecidas pela alta administração que atrasem ou impeçam a implementação das ações planejadas para impulsionamento do indicador.

IEs 31 e 32- Possíveis dificuldades quanto à análise e acompanhamento tempestivo dos planos de ação, na medida em que forem sendo realizadas novas e sucessivas auditorias, com a consequente elaboração dos correspondentes planos de ação, o que ocasionará concomitantes análises dos reportes periódicos pela Secretaria de Auditoria Interna.- Dificuldade no cumprimento das demandas próprias da função de auditoria interna, assim como na realização de outras ações que agreguem valor à instituição em razão do reduzido quantitativo do quadro de pessoal da Secretaria de Auditoria Interna.

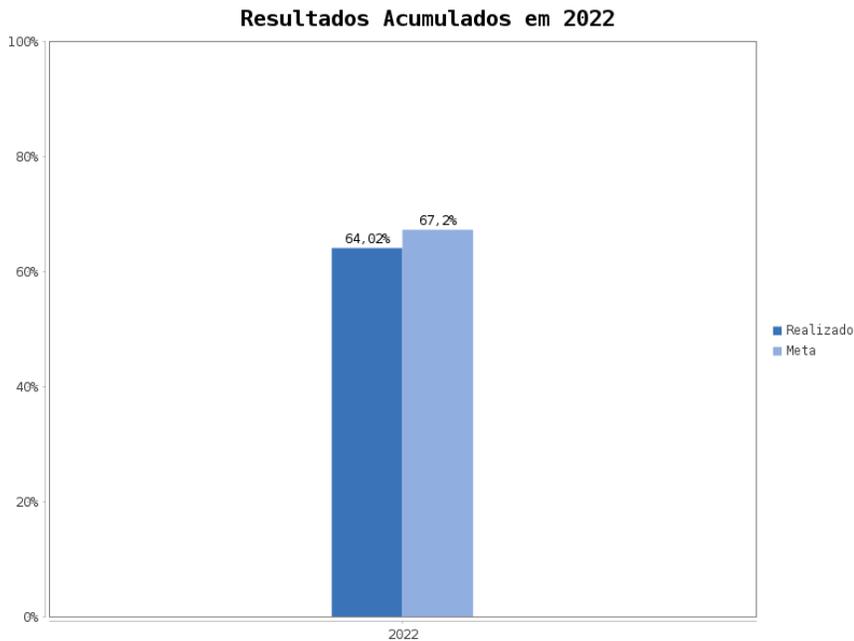
IE 34 Os riscos do macroprocesso de contratações foram mapeados e tratados pela ASGERI, com apoio da SAD, sendo monitorados bimestralmente, publicados no Portal de Compras e Contratações e acompanhados em processo SEI.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos..

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)..

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas..

Riscos associados ao objetivo..

IE 26 - Índice de aprimoramento da governança institucional**Satisfatório****Desempenho do Período: 95,27%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CPLAN.****Análise de contexto**

Trata-se de indicador que objetiva aprimorar o sistema de governança no TRE-RJ, para tanto, é utilizado o questionário presente no levantamento de Governança e Gestão realizado pelo TCU - IGG TCU. Considerando tratar-se de primeira medição do indicador, cabe destacar que o resultado obtido não representa o resultado das ações ocorridas ao longo do ano de 2022 e sim, um resultado global do esforço institucional até aqui. Para os próximos períodos de medição já será possível criar comparativos e um linha de crescimento. Por fim, importante destacar que no ano de 2022 não foi realizado o levantamento pelo TCU sendo consignado neste indicador o resultado obtido na última medição realizado pelo órgão de controle em 2021.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

As ações implementadas nos anos de 2021 e 2022 só poderão ter seus resultados aferidos no próximo levantamento realizado pelo órgão externo.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

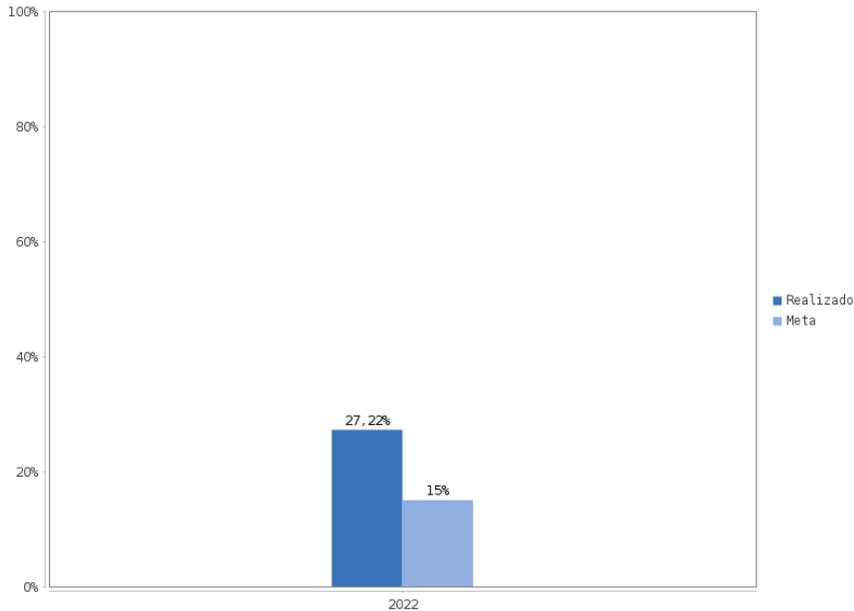
Ações de aprimoramento do sistema de governança têm sido implementadas no TRE-RJ podendo citar a implementação de comitês de apoio, além da instrumentalização de processos de trabalho, tendo este cenário como base é possível identificar tendência de elevação da performance do Tribunal.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Definir calendário anual de reuniões do Conselho de Governança.

Riscos associados ao objetivo

1 - Recusos de pessoal restritos que limitam a implementação e ampliação do sistema de governada, gerando o risco de não priorização dessas ações.

IE 27 - Taxa de Maturidade da Execução da Estratégia**Ótimo****Desempenho do Período: 181,48%****Resultados Acumulados em 2022****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CPLAN.****Análise de contexto**

Trata-se de indicador que objetiva alavancar a maturidade na execução da estratégia no TRE-RJ, para tanto, foi estruturado questionário embasado em boas práticas de gestão por vezes monitorados por órgãos de controle. Considerando tratar-se de primeira medição do indicador, não é possível afirmar que o excelente resultado obtido refere-se, somente, ao resultado das ações ocorridas ao longo do ano de 2022 e sim, um resultado globaldo esforço institucional até aqui. Para os próximos períodos de medição já será possível criar comparativos e um linha de crescimento.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foram realizadas ações estruturantes para as questões sobretudo atinentes à temática de Gestão de Projetos, Gestão de Processos e Sustentabilidade, entretanto, os resultados obtidos ainda foram tímidos considerando que a conclusão de algumas fretes de trabalho não ocorreram. Como exemplo é possível citar a não aprovação institucional da Matriz de Processos Críticos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Tendência de melhoria no desempenho, considerando a possibilidade de finalização de frentes de trabalho ligadas diretamente à questões presentes no questionário aplicado.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo

1 - Não aprovação institucional de frentes de trabalho, que impactam diretamente o questionário aplicado.2 - Recursos de Pessoal insuficientes para implementação de novas frentes de trabalho, considerando que a cada entrega que se realiza é necessária sua manutenção.3 - Priorização pela Alta Administração de novas frentes de trabalho diretamente ligadas ao questionário aplicado.

IE 28 - Taxa de processos críticos com riscos geridos**Não realizado****Desempenho do Período:****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASGERI.****Análise de contexto**

A medição do indicador permanece impossibilitada, aguardando a definição do rol de processos críticos. No último trimestre, porém, o Comitê de Gestão de Riscos identificou e avaliou os riscos estratégicos e o rol de processos a eles associados, o que servirá de subsídio para a priorização dos processos para a implantação da gestão de riscos.

De acordo com o planejamento da CPLAN, há uma expectativa de aprovação do rol de processos críticos ainda no primeiro trimestre de 2023, o que pode sofrer alguma interferência, em vista da mudança de gestão que ocorrerá em março de 2023.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Identificação e avaliação, pelo Comitê de Gestão de Riscos, dos riscos estratégicos e do rol de processos a eles associados

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Espera-se que, com a avaliação dos riscos estratégicos e a definição dos processos críticos, possa ser iniciada a implementação da gestão de riscos de forma coordenada nos processos, vislumbrando-se que tal ocorra a partir do segundo trimestre de 2023, considerando a mudança da gestão em meados de março.

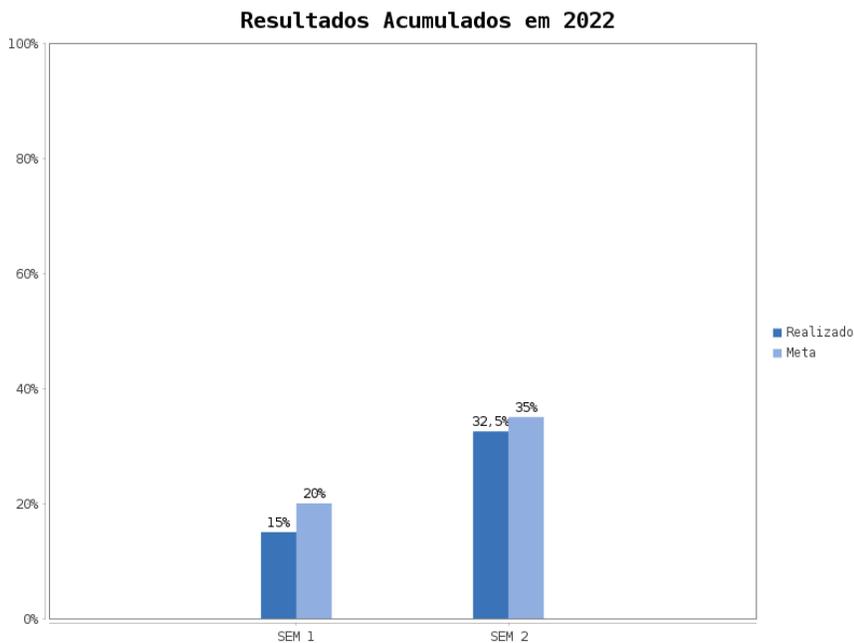
Ainda assim, não há uma expectativa no resultado satisfatório do indicador nos próximos meses, tendo em vista que há uma tendência a se considerar um quantitativo em torno de 35 processos críticos, envolvendo diversas áreas, o que demandará a mobilização de diversos servidores, os quais podem não estar disponíveis para a realização das atividades necessárias.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Para que o desempenho do indicador se restabeleça da forma mais rápida possível, sugere-se que haja um esforço concentrado das áreas afetas aos processos que serão priorizados, na implantação do gerenciamento de riscos, mediante uma estratégia de implantação suportada pela ASGERI, que demande o menor esforço das áreas e os maiores ganhos para os resultados institucionais.

Riscos associados ao objetivo

1. Indisponibilidade de recursos que atrasem ou impeçam o gerenciamento de riscos dos processos priorizados;
2. Insuficiência/inadequação das ferramentas atualmente utilizadas no gerenciamento de riscos para um número grande de processos, prejudicando a integração da gestão de riscos

IE 29 - Taxa de aprimoramento da gestão de riscos e controles internos**Ótimo****Desempenho do Período: 92,86%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASGERI.****Análise de contexto**

O indicador busca demonstrar o aprimoramento da gestão de riscos no TRE-RJ a partir da avaliação da adoção de práticas a ela vinculadas. Atualmente, a gestão de riscos no Tribunal está regulamentada pela Política de Gerenciamento de Riscos do TRE-RJ (Resolução nº 1.101/2019) e a metodologia adotada para sua aplicação encontra-se prevista no Manual de Gerenciamento de Riscos, aprovado pelo Ato GP nº 462/2019.

A Assessoria de Gerenciamento de Riscos e Controle Interno - ASGERI, criada em junho de 2021, assumiu a responsabilidade pela estruturação das atividades relacionadas a gestão de riscos do Tribunal. As práticas contempladas no indicador direcionam as ações necessárias a essa estruturação.

O bom desempenho do indicador reflete o esforço empreendido na identificação e avaliação dos riscos críticos, considerados estes os riscos estratégicos, na medida em que, neste primeiro momento de implementação da gestão de riscos no Tribunal, serão os principais riscos monitorados e norteadores para o gerenciamento dos riscos no âmbito dos processos e atividades.

No entanto, percebe-se necessário, ainda, maior empenho para o envolvimento da instituição na utilização das informações de gestão de riscos nas tomadas de decisão, bem como para a implantação do plano de continuidade de negócios do Tribunal.

Destaca-se, ainda, que, apesar de não se encontrarem previstas dentre as práticas que compõem o indicador, há um clamor para que os órgãos da Administração Pública instituam um programa de integridade e adotem práticas voltadas à segurança da informação. Ambos os temas guardam forte relação com a gestão de riscos, impactando na implementação das práticas previstas no indicador. Atualmente, no âmbito do TRE-RJ, medidas relacionadas à segurança da informação estão sendo adotadas, circunscritas em sua maioria à Tecnologia da Informação.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No último período, as principais ações realizadas foram:

1. Identificação e Avaliação dos riscos estratégicos pelo Comitê de Gestão de Riscos.
2. Identificação dos controles existentes e sugestões de controles a implementar para os riscos estratégicos identificados.

3. Realização de auditoria para avaliação da maturidade de gestão de riscos, com a aprovação do Relatório Final nº 6/2022 em 07/12/2022, contemplando a sugestão de 54 ações de melhoria.

4. Término do desenvolvimento do Portal de Riscos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Não há expectativa de muito avanço no resultado do indicador nos próximos meses, em razão da mudança da gestão do Tribunal em meados de março, que usualmente requer um período para internalização das práticas e ações em vigor pela nova administração. Uma vez que as práticas previstas no indicador são estruturantes, o que demanda maior envolvimento da administração superior, nos próximos meses as medidas para impulsionamento da gestão de riscos, estarão mais concentradas na implementação no âmbito do processo e na estruturação das ações necessárias às práticas mais complexas, o que não se refletirá no resultado do indicador.

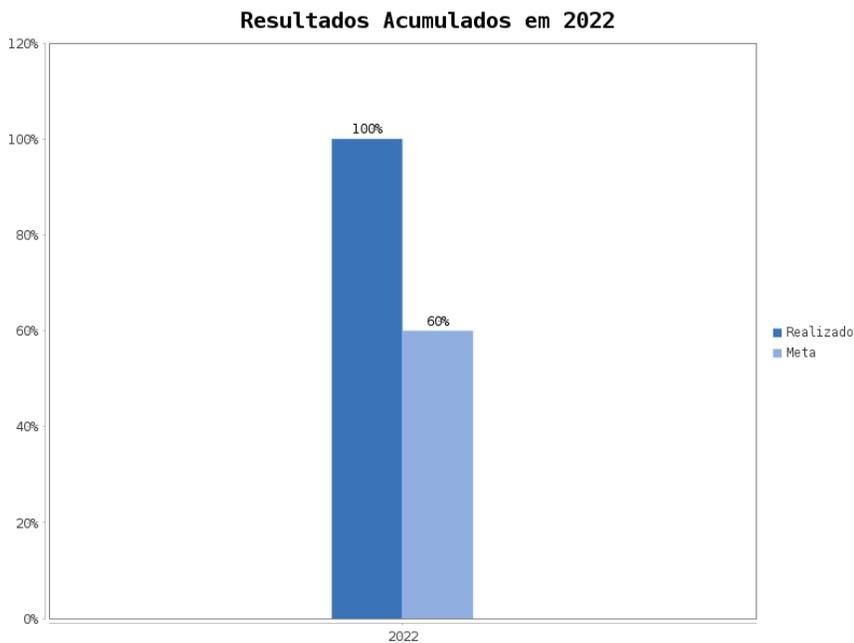
No entanto, ainda que o desempenho do indicador possa permanecer estável ou piore nos próximos meses, espera-se um avanço com relação à utilização da gestão de riscos no apoio aos processos decisórios, com a realização de reuniões regulares do comitê de gestão de riscos e com a inclusão do tema na pauta ordinária do comitê de governança das contratações. Também há uma expectativa positiva com relação à divulgação das informações sobre gestão de riscos, a partir da inauguração do Portal de Riscos, e um maior acultramento da gestão de riscos a partir de trabalhos realizados no âmbito de determinados processos.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

1. Apresentar à nova gestão o planejamento das ações para impulsionamento da gestão de riscos.
2. Aperfeiçoar a estrutura e atribuições da Assessoria de Gerenciamento de Riscos e Controle Interno.

Riscos associados ao objetivo

Indisponibilidade de recursos que atrasem ou impeçam a implantação do gerenciamento de riscos críticos; Prioridades estabelecidas pela alta administração que atrasem ou impeçam a implementação das ações planejadas para impulsionamento do indicador.

IE 30 - Taxa de auditorias que alcançaram o padrão mínimo de qualidade**Ótimo****Desempenho do Período: 166,67%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: GABSAU.****Análise de contexto**

O indicador estratégico IE30, medido anualmente, apresentou índice de desempenho com status ótimo, alcançando 166,67% da meta estabelecida de 60% de auditorias realizadas que alcançaram o padrão mínimo de qualidade estabelecido no Programa de Qualidade da Auditoria Interna (PQAI).

O indicador, novidade neste plano estratégico 2021-2026, foi criado com o objetivo de verificar a capacidade de atendimento ao Programa de Qualidade da Auditoria Interna, relativamente aos seguintes aspectos aplicados aos trabalhos de auditoria interna: planejamento, execução, comunicação dos resultados, relacionamento com a unidade auditada e preparo da equipe de auditoria.

Tendo em vista que o indicador teve sua primeira medição em 2022 não é possível a comparação de desempenho com outros exercícios.

Registre-se que o PQAI foi instituído em 4 de maio de 2022, por meio da Portaria SAU 1/2022, tendo sido aplicado somente aos trabalhos de avaliação iniciados após sua vigência. Sendo assim, houve medição quanto às seguintes auditorias: Auditoria sobre a Análise das Demonstrações Contábeis; Auditoria Integrada do TSE - Gestão da Segurança da Informação; e Auditoria de Avaliação da Maturidade da Gestão de Riscos.

Nesse sentido apurou-se o Índice de Percepção de Qualidade do Trabalho Individual (IPQTrabInd) de 96,14%, 92,26% e 95% respectivamente, em que 100% dos trabalhos realizados alcançaram o padrão mínimo de qualidade estabelecido no PQAI (entre 40% e 60% de respostas positivas).

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em 2022, relativamente ao indicador ora analisado, a auditoria interna dedicou-se a finalizar a elaboração e instituição do PQAI e a observar os critérios de qualidade nele estabelecidos na realização dos trabalhos iniciados após sua vigência.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O indicador estratégico está em seu primeiro ciclo de medição.

Conforme explicitado na análise de contexto, a avaliação de qualidade prevista no PQAI não foi aplicada a todos os trabalhos de auditoria realizados no exercício de 2022, mas apenas àqueles iniciados após a vigência do referido Programa.

Apesar disso, os primeiros resultados apurados indicam um viés de manutenção do desempenho aferido, em que se verifica haver uma elevada aderência dos trabalhos de auditoria avaliados aos critérios de qualidade estabelecidos no PQAI.

Impende registrar que não houve medição da aderência aos critérios de qualidade estabelecidos no PQAI em relação à Auditoria de Contas Anuais, trabalho que por envolver diversas unidades e processos organizacionais (realizado anualmente por força do determinado pelo Tribunal de Contas da União na Instrução Normativa 84/2020), tem impacto relevante no indicador.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Em razão de não ter sido possível a aplicação do PQAI a todos os trabalhos realizados dentro de um exercício, pelas razões já expostas, e de os resultados obtidos até o momento terem sido muito satisfatórios, não se vislumbra por ora a necessidade de propor ações para melhoria de desempenho futuro.

Registre-se, entretanto, que encontra previsão no próprio PQAI a análise quanto a necessidade de se estabelecer medidas que deverão ser implementadas ao longo do exercício em curso para correção de fragilidades significativas eventualmente identificadas no último ciclo de obtenção de feedback sobre a qualidade dos trabalhos, a ser realizada pela SAU na forma do subitem 4.1.1.3. do referido Programa.

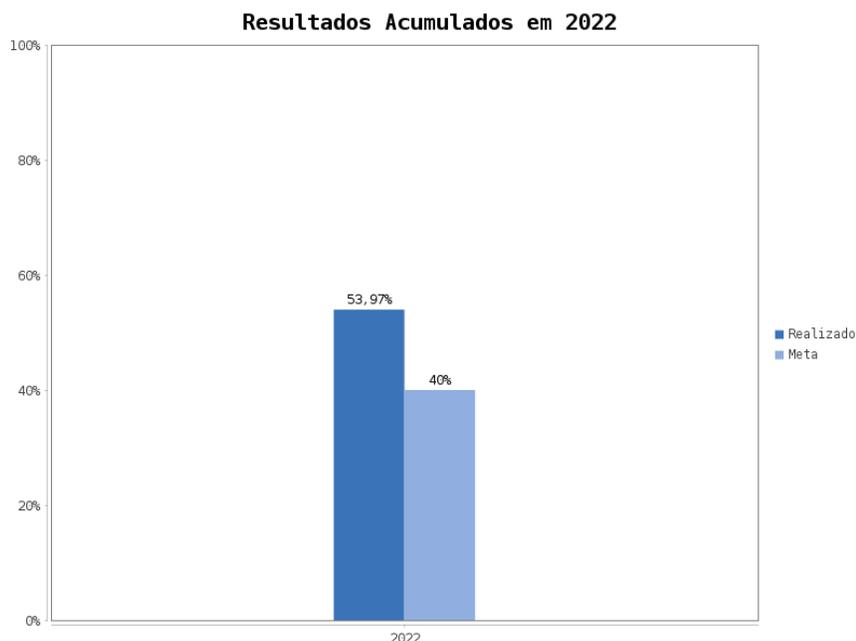
Riscos associados ao objetivo

Quanto aos riscos, ressalte-se apenas a iminente aplicação dos critérios de qualidade previstos no PQAI à Auditoria de Contas Anuais do exercício de 2022, a ser finalizada em março de 2023, trabalho que envolve diversas unidades e processos organizacionais e que ainda não foi objeto de avaliação de qualidade.

IE 31 - Taxa de implementação das recomendações da auditoria interna destinadas ao aprimoramento da gestão de controles internos

Ótimo

Desempenho do Período: 134,92%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: GABSAU.

Análise de contexto

O indicador estratégico IE31, medido anualmente, apresentou índice de desempenho com status ótimo, tendo sido implementadas 53,97% das recomendações monitoradas destinadas ao aprimoramento da gestão de controles internos, o que se traduz no alcance de 134,92% da meta estabelecida de 40% de implementação das recomendações monitoradas.

O referido indicador, novidade neste plano estratégico 2021-2026, compõe o Objetivo Estratégico OE08 – Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional, que busca aperfeiçoar os mecanismos de liderança, estratégia e controle, bem como a adoção de boas práticas de governança institucional, tendo sido criado com o objetivo de aferir a implementação de recomendações diretamente relacionadas ao aprimoramento da gestão de controles internos, cujos impactos positivos na organização tendem a ser mais significativos que os produzidos por recomendações destinadas a sanarem inconformidades ou inconsistências pontuais nos processos avaliados.

Tendo em vista que o indicador teve sua primeira medição em 2022, não é possível a comparação de desempenho com outros exercícios, o que será possível na próxima medição, quanto ao exercício de 2023, a ser realizado em janeiro de 2024.

No ano de 2022, foram realizados 11 trabalhos de monitoramento, sendo 8 por meio de Relatórios de Monitoramento, 1 em sede da Auditoria de Contas 2021, em que se verificou a implementação das recomendações do exercício anterior (2020), e 2 por intermédio de nova metodologia de trabalho de monitoramento de recomendações (acompanhamento dos planos de ação elaborados pela administração, com análises sucintas periódicas pela SAU dos reportes trimestrais).

Foram monitoradas 124 recomendações exaradas por esta Secretaria de Auditoria Interna, das quais 65 destinadas ao aprimoramento dos controles internos, desconsideradas no cômputo 2 recomendações não mais aplicáveis.

Constatou-se que, do total de recomendações consideradas no cômputo (63 recomendações), 53,9% foram implementadas, 15,1% foram parcialmente implementadas, 19% estão em implementação e 11,1% não foram implementadas.

O resultado do indicador demonstra o esforço da administração na busca pela melhoria dos processos de trabalho e a observação das recomendações expedidas como forma de agregar valor aos processos de trabalho.

Registre-se que a atuação da Assessoria de Gerenciamento de Riscos e Controle Interno (ASGERI) tem sido um vetor no alcance dos resultados aferidos, haja vista sua interlocução com áreas para elaboração e atualização dos planos de ação e seu envio periódico para análise da SAU.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A fim de buscar monitorar e alavancar o resultado dos indicadores, elaborou-se plano de ação, por ocasião da primeira Reunião de Análise Crítica desta SAU, realizada em 23/03/2022, com ações que objetivaram auxiliar a administração no alcance das metas de implementação definidas, com foco na interlocução com a administração e as unidades auditadas e na comunicação institucional.

Dentre as ações estabelecidas com foco na melhoria da comunicação, temos o informativo mensal SAU INFORMA, a elaboração e publicação de fichas síntese ao final dos trabalhos de auditoria e monitoramentos e a reformulação do Portal SAU.

Para fins de monitorar de forma mais eficaz e tempestiva a implementação das recomendações, além de desburocratizar o processo de trabalho, o que tende a alavancar o alcance das metas de implementação das recomendações de auditoria com a consequente melhoria da governança institucional, foi estabelecido o monitoramento das recomendações por meio de planos de ação elaborados pela administração, com análises sucintas periódicas pela SAU de reportes trimestrais, com prazos de implementação integral acordado previamente.

Ademais, está em processo de finalização o plano de tratamento consolidado das recomendações pendentes de implementação pela Gestão, e que já foram objeto de monitoramento anterior. O plano visa conferir maior efetividade à atividade de monitoramento e melhor auxiliar a gestão na solução dos problemas, deficiências e inconformidades que ensejaram sua expedição, otimizando recursos e tornando mais célere o processo de acompanhamento da implementação das recomendações remanescentes por meio de planos de ação com reportes periódicos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A despeito de ser o primeiro ano de medição do indicador, seus resultados são um recorte do indicador estratégico IE32, que mede a taxa de implementação das recomendações da auditoria interna e considera todo o universo das recomendações monitoradas.

Sendo assim, em razão de que aquele indicador apresentou nos últimos dois períodos de medição (2021 e 2022) resultados satisfatórios, com o alcance e superação das metas estabelecidas, há uma tendência de manutenção ou melhoria dos resultados

Ademais, espera-se tais resultados em razão da nova metodologia de trabalho, iniciada no exercício de 2022, com o monitoramento de todas as recomendações por meio da elaboração de planos de ação pela administração, coordenados pela ASGERI, a qual monitora o cumprimento e atualização dos planos de ação para envio de reportes periódicos à Secretaria de Auditoria Interna.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

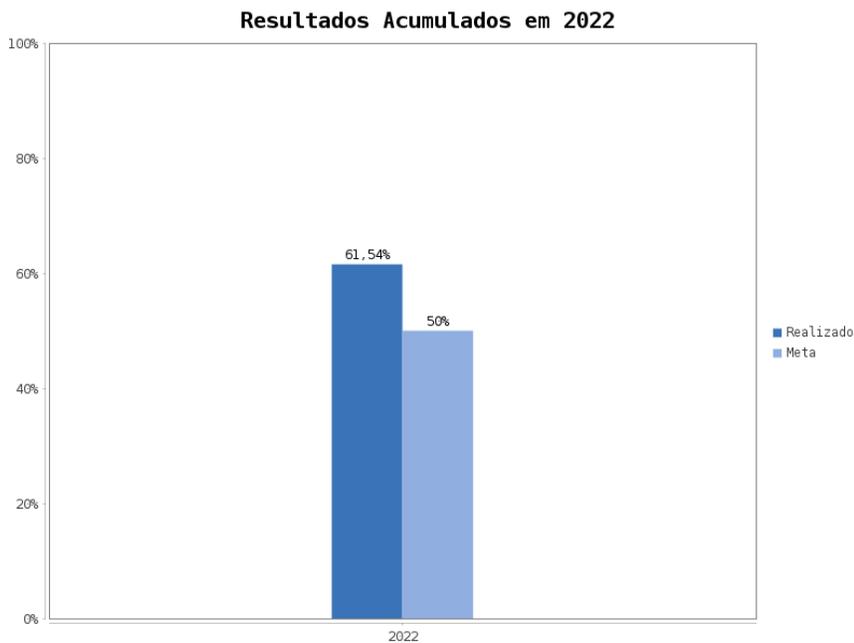
Tendo em vista o alcance satisfatório de resultados e a recente dinâmica de trabalho estabelecida quanto ao monitoramento das recomendações, não há propostas de melhoria neste momento.

Vislumbra-se uma melhor base para proposição de melhorias na próxima medição, tendo sido estabelecido e executado a totalidade do acompanhamento da implementação das recomendações por meio dos reportes periódicos pela administração, com análise sucinta do seu atendimento pela SAU.

Riscos associados ao objetivo

1. Possíveis dificuldades quanto à análise e acompanhamento tempestivo dos planos de ação, na medida em que forem sendo realizadas novas e sucessivas auditorias, com a consequente elaboração dos correspondentes planos de ação, o que ocasionará concomitantes análises dos reportes periódicos pela Secretaria de Auditoria Interna.

2. Dificuldade no cumprimento das demandas próprias da função de auditoria interna, assim como na realização de outras ações que agreguem valor à instituição em razão do reduzido quantitativo do quadro de pessoal da Secretaria de Auditoria Interna.

IE 32 - Taxa de implementação das recomendações da auditoria interna**Ótimo****Desempenho do Período: 123,08%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: GABSAU.****Análise de contexto**

O indicador estratégico IE32, medido anualmente, apresentou índice de desempenho com status ótimo, tendo sido implementadas 61,54% das recomendações monitoradas, o que se traduz no alcance de 123,08% da meta estabelecida de 50% de implementação das recomendações monitoradas.

O referido indicador compõe o Objetivo Estratégico OE08 – Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional, que busca aperfeiçoar os mecanismos de liderança, estratégia e controle, bem como a adoção de boas práticas de governança institucional, tendo origem no indicador de apoio IA68A que compunha o planejamento estratégico 2016-2021.

Sendo assim, é possível observar que o indicador manteve o ótimo desempenho, tendo em vista que, no ano anterior, apresentou desempenho satisfatório (o que guarda correlação com o status de desempenho ótimo do atual plano), e implementação de 69,70% das recomendações monitoradas no período.

No ano de 2022, foram realizados 11 trabalhos de monitoramento, sendo 8 por meio de Relatórios de Monitoramento, 1 em sede da Auditoria de Contas 2021, em que se verificou a implementação das recomendações do exercício anterior (2020), e 2 por intermédio da nova metodologia de trabalho de monitoramento de recomendações (acompanhamento dos planos de ação elaborados pela administração, com análises sucintas periódicas pela SAU dos reportes trimestrais).

Foram monitoradas 124 recomendações em 2022, sendo desconsideradas no cômputo 7 recomendações, consideradas não mais aplicáveis, constatando-se que, das 117 recomendações: 61,5% foram implementadas, 15,4% foram parcialmente implementadas, 12% estão em implementação e 11,1% não foram implementadas.

A manutenção do bom desempenho do indicador demonstra o esforço da administração na busca pela melhoria dos processos de trabalho e a observação das recomendações expedidas como forma de agregar valor aos processos de trabalho.

Registre-se que a atuação da Assessoria de Gerenciamento de Riscos e Controle Interno (ASGERI) tem sido um vetor no alcance dos resultados aferidos, haja vista sua interlocução com áreas para elaboração e atualização dos planos de ação e seu envio periódico para análise da SAU.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A fim de buscar monitorar e alavancar o resultado dos indicadores elaborou-se plano de ação, por ocasião da primeira Reunião de Análise Crítica desta SAU, realizada em 23/03/2022, com ações que objetivaram auxiliar a administração no alcance das metas de implementação definidas, com foco na interlocução com a administração e as unidades auditadas e na comunicação institucional.

Dentre as ações estabelecidas com foco na melhoria da comunicação, temos o informativo mensal SAU INFORMA, a elaboração e publicação de fichas síntese ao final dos trabalhos de auditoria e monitoramentos e a reformulação do Portal SAU.

Para fins de monitorar de forma mais eficaz e tempestiva a implementação das recomendações, além de desburocratizar o processo de trabalho, o que tende a alavancar o alcance das metas de implementação das recomendações de auditoria com a consequente melhoria da governança institucional, foi estabelecido o monitoramento das recomendações por meio de planos de ação elaborados pela administração, com análises sucintas periódicas pela SAU de reportes trimestrais, com prazos de implementação integral acordado previamente.

Ademais, está em processo de finalização o plano de tratamento consolidado das recomendações pendentes de implementação pela Gestão, e que já foram objeto de monitoramento anterior. O plano visa conferir maior efetividade à atividade de monitoramento e melhor auxiliar a gestão na solução dos problemas, deficiências e inconformidades que ensejaram sua expedição, otimizando recursos e tornando mais célere o processo de acompanhamento da implementação das recomendações remanescentes por meio de planos de ação com reportes periódicos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Em razão do indicador em tela ter performado de forma satisfatória nos últimos dois exercícios (2021 e 2022), com o alcance e superação das metas estabelecidas, há uma tendência de manutenção ou melhoria dos resultados

Ademais, espera-se tais resultados em razão da nova metodologia de trabalho, iniciada no exercício de 2022, com o monitoramento de todas as recomendações por meio da elaboração de planos de ação pela administração, coordenados pela ASGERI, a qual monitora o cumprimento e atualização dos planos de ação e encaminha reportes periódicos à Secretaria de Auditoria Interna.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Tendo em vista o alcance satisfatório de resultados e a recente dinâmica de trabalho estabelecida quanto ao monitoramento das recomendações, não há propostas de melhoria neste momento.

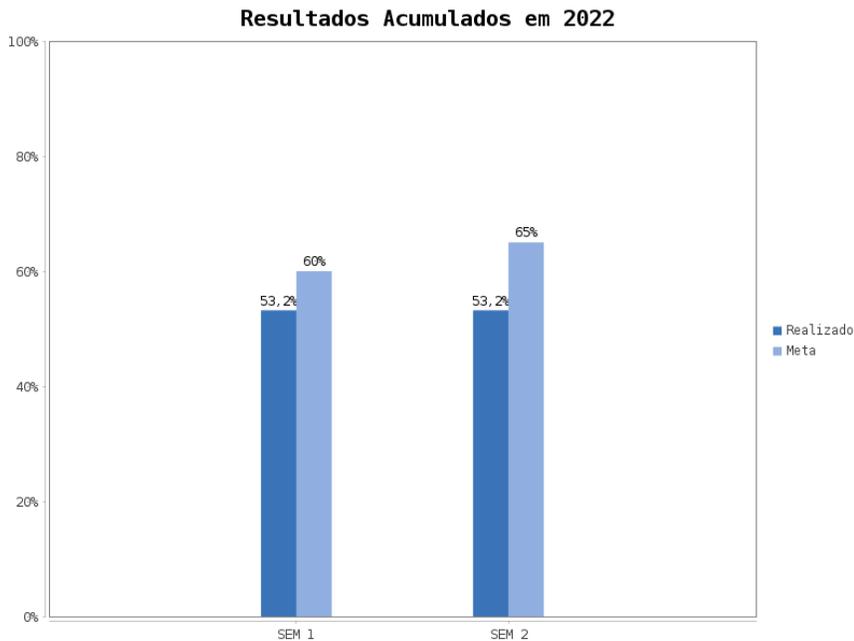
Vislumbra-se uma melhor base para proposição de melhorias na próxima medição, após ter sido executada a totalidade do acompanhamento da implementação das recomendações por meio dos reportes periódicos dos planos de ação pela administração, com análise sucinta do seu atendimento pela SAU e cumprimento integral conforme prazo acordado previamente.

Riscos associados ao objetivo

Reitera-se os riscos apontados na análise do IE31, quais sejam:

1. Possíveis dificuldades quanto à análise e acompanhamento tempestivo dos planos de ação, na medida em que forem sendo realizadas novas e sucessivas auditorias, com a consequente elaboração dos correspondentes planos de ação, o que ocasionará concomitantes análises dos reportes periódicos pela Secretaria de Auditoria Interna.

2. Dificuldade no cumprimento das demandas próprias da função de auditoria interna, assim como na realização de outras ações que agreguem valor à instituição em razão do reduzido quantitativo do quadro de pessoal da Secretaria de Auditoria Interna.

IE 33 - Índice de gestão e governança das contratações**Ótimo****Desempenho do Período: 81,85%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SAD.****Análise de contexto**

A mensuração do indicador no ano de 2022 adotou as respostas do Comitê de Governança de Contratações (CGovCon) ao último questionário do IGovContrat disponível, referente ao ano de 2021. O CGovCon reúne-se, anualmente, para responder ao questionário exigido pelo TCU. Contudo, o questionário referente ao ano de 2022 ainda não foi enviado para este Tribunal pelo TCU, portanto ainda não há a informação do índice.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Adotou as respostas do Comitê de Governança de Contratações (CGovCon) ao último questionário do IGovContrat disponível, referente ao ano de 2021.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Foi feito um estudo sobre os principais pontos do questionário em que o Tribunal obteve desempenho insatisfatório e identificaram-se lacunas na capacitação dos gestores e colaboradores da área de contratações, gestão de contratos e gestão de riscos. A tendência é de melhora no resultado em 2022, quando comparado ao ano anterior, tendo em vista os avanços alcançados, principalmente na área de gestão de riscos e de contratos do Tribunal.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Elaborou-se um plano de ação para o segundo semestre de 2022, com base nas lacunas identificadas, visando a alavancar os índices e elevar o resultado final no próximo questionário oficial. Dentre as ações propostas, focou-se na capacitação dos gestores e colaboradores da área de contratações, no monitoramento do plano de gerenciamento de riscos do macroprocesso de contratações e na gestão de contratos.

Riscos associados ao objetivo

IE 34 - Taxa de aderência das contratações ao Plano de Contratações Anual (PCA)**Ótimo****Desempenho do Período: 102,20%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SAD.****Análise de contexto**

A meta para o ano de 2022 foi alcançada devido, principalmente, ao esforço de servidores do Gabinete da SAD no acompanhamento da execução do PCA 2022, avaliando ativamente a situação de cada contratação planejada e entrando em contato com as unidades responsáveis pela contratação para solicitar informações e atualizações do plano.

O desempenho foi influenciado pela existência de contratações que são canceladas por ausência de interesse ou por serem atendidas por outras contratações. Verificou-se, também, a inclusão de um quantitativo superior ao permitido por lei para contratações por dispensa de licitação, o que gerou cancelamentos. Como estas contratações ainda constavam no PCA, foram contabilizadas para a composição do indicador.

Outro aspecto de extrema relevância foram as falhas identificadas na instrução dos processos, relativas à fase de planejamento da contratação, que provocaram atraso nas respectivas conclusões, impactando nas fases intermediárias.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

O processo de monitoramento do Plano de Contratações Anual (PCA) passou a ser exercido dentro do Gabinete da Secretaria por dois servidores designados para esta tarefa de forma específica, havendo um responsável direto e um supervisor. Houve, também, a edição e publicação do Ato GP 155/2022, que regulamentou a elaboração e o monitoramento do PCA. Tais ações impactaram positivamente o desempenho do indicador, tendo alcançado a meta estipulada para o ano de 2022.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O principal desafio é o real conhecimento da necessidade de contratação das unidades do tribunal. Principalmente no que diz respeito ao excesso de desistências de contratações, exigindo que, no futuro próximo, diagnostiquemos a causa do afastamento do planejamento e da efetiva contratação levada a termo pelo Tribunal. A concretização de uma cultura de planejamento das contratações tende a se intensificar, tendo em vista as diversas atividades de treinamentos e aperfeiçoamentos a que os envolvidos se submetem. Ademais, a inclusão de data de início do planejamento no PCA de 2023 passará a elevar o PCA como instrumento de gestão, servindo, além de uma ferramenta de controle, como uma efetiva ferramenta de planejamento.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Para a inclusão de novas propostas de contratação, a exigência de que já exista termo de referência aprovado antes da inclusão da contratação na proposta final do plano de contratações. Capacitação de servidores.

Riscos associados ao objetivo

Os riscos do macroprocesso de contratações foram mapeados e tratados pela ASGERI, com apoio da SAD, sendo monitorados bimestralmente, publicados no Portal de Compras e Contratações e acompanhados em processo SEI.

OE 09 - Promover a gestão de informações de forma padronizada, segura e transparente**Insatisfatório****Desempenho do Período: 48,85%****Responsável: SAD.**

Análise de contexto O desempenho do Objetivo Estratégico 09, que visa a promoção da gestão de informações de forma padronizada, segura e transparente, foi considerado "Insatisfatório", para o ano de 2022, devido a não possibilidade de medição de dois dos quatro indicadores que o compõem. Contudo, os indicadores que tiveram medição apresentaram resultados com desempenho "Ótimo". Apesar do resultado numérico insatisfatório, conseguiu-se observar um aumento expressivo na maturidade da gestão de informação do Tribunal, além de um grande empenho e dedicação das unidades envolvidas em atividades preparatórias da gestão, que demandam tempo e são necessárias para o alcance da meta de médio prazo.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos O IE 35 (Taxa de ativos de informação avaliados quanto à existência de dados pessoais - LGPD) não teve sua medição iniciada no ano de 2022 devido aos trâmites de contratação da ferramenta informatizada para realização do levantamento e avaliação dos ativos de informação. Segundo a SECGIM, a ferramenta foi implantada em dezembro de 2022, com fase de uso experimental e testes prevista para finalização em final de janeiro de 2023 e treinamento dos usuários a partir de fevereiro de 2023. Somente após a entrega da ferramenta, treinamento dos servidores envolvidos e contratação da capacitação, prevista para iniciar em abril de 2023, será possível dar andamento às atividades e ações que impactam mensuração da variáveis previstas no indicador.

O IE 38 (Índice de serviços críticos com gestão de risco de segurança da informação) foi outro que não foi possível realizar a medição no ano de 2022 por ainda não haver índice disponível. Segundo a ASINFO, a criação do índice depende do estabelecimento, pela alta gestão, dos serviços considerados críticos para o negócio, seguido da análise, pela STI, de quais ativos de TI suportam esses serviços. Paralelamente, é preciso criar um sistema de gestão de riscos de segurança da informação e incorporá-lo ao sistema de gestão de riscos institucional, o que demandará esforços conjuntos da área de segurança da informação e gestão de riscos. Contudo, a primeira etapa deste esforço já foi concluída com a realização da capacitação "Gestão de Segurança da Informação", concluída no final de julho de 2022.

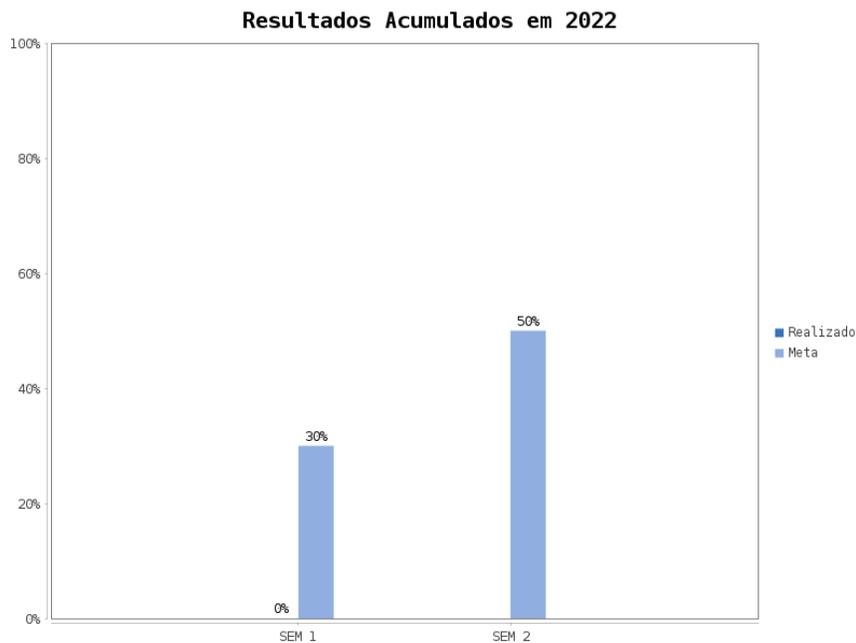
Já os indicadores IE 36 (Taxa de assentamentos funcionais de servidores ativos e inativos digitalizados) e IE 37 (Índice de aprimoramento do processo administrativo eletrônico) alcançaram a meta estabelecida para o ano de 2022, com desempenho considerado "Ótimo". Quanto ao IE 36, a SEPRES destaca que foi possível o alcance da meta devido a disponibilidade de pessoal e equipamentos adequados à demanda. Já o IE 37, segundo a SEGDOC, obteve os resultados devido à sensibilização e preparação para início de mudança de cultura em relação à identificação de tipos documentais, agora aplicados de forma prática, no sistema SEI!, à

produção desses tipos de documentos e de processos nesse sistema eletrônico, estruturados a partir das Bases de Conhecimento, orientando todos os usuários internos do TRE (servidores e magistrados) quanto à estruturação de fluxo processual 'ideal' para a produção de processos administrativos digitais no SEII.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)A tendência é de expressiva melhora no OE09 para o ano de 2023, tendo em vista que os indicadores que apresentaram resultado como "Não Medidos" em 2022 não devem repetir esse comportamento no corrente ano. As ações preparatórias nas unidades responsáveis pelos indicadores encontram-se bem avançadas e indicam um efetivo início de medição das variáveis em breve.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasAcompanhamento ativo das unidades envolvidas para acelerar processos burocráticos e que envolvam instâncias superiores de decisão, além de proporcionar adequada capacitação dos servidores e disponibilização de maquinário/software necessários.

Riscos associados ao objetivoPara o IE 35, identificam-se nesse momento os riscos associados às ações para contratação da capacitação e a adequação da ferramenta, após sua implantação, para realização do Inventário de Dados, especialmente quanto aos prazos previstos. Para o IE 36, fica mantido o principal fator de risco ao alcance do objetivo, qual seja, a cessão de digitalizadores a outras unidades administrativas. Deve ser adicionada a possibilidade de atraso na remessa de documentos pela unidade administrativa responsável por sua guarda.Para o IE 37,a produção e pesquisa inadequada por tipos de documentos produzidos no SEII, além do uso inadequado e, também, da própria ausência de Bases de Conhecimento no SEII, que tem impacto sobre parcela significativa de trabalho posterior de preservação digital a ser melhor estruturado neste Tribunal, visto que a produção e tramitação de processos necessariamente antecedem à preservação destes, inclusive em meio digital.Para o IE38, destaca-se a demanda por esforços conjuntos da área de segurança da informação e gestão de riscos, além do envolvimento da alta administração para definições normativas.

IE 35 - Taxa de ativos de informação avaliados quanto à existência de dados pessoais - LGPD**Não realizado****Desempenho do Período:****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECGIM.****Análise de contexto****Ações realizadas no último período e resultados obtidos**

No segundo semestre de 2022 foi contratada a ferramenta informatizada para realização do levantamento e avaliação dos ativos de informação quanto à LGPD, conforme processo 2020.0.000054284-7. A ferramenta foi implantada em dezembro de 2022, com fase de uso experimental e testes prevista para finalização em final de janeiro de 2023 e treinamento dos usuários a partir de fevereiro de 2023. Somente após a entrega da ferramenta, treinamento dos servidores envolvidos e contratação da capacitação, prevista para iniciar em abril de 2023, será possível dar andamento às atividades e ações que impactam mensuração da variáveis previstas no indicador. Registro ainda que no 2º semestre de 2022 foram realizadas diversas ações preparatórias para realização do Inventário de Dados, conforme registrado no Processo SEI 2022.0.000054194-0, de forma que sua realização possa ocorrer em 2023 nos termos do Plano de Ação aprovado id. 2827595 pela Diretoria Geral. Importante ressaltar que o levantamento e análise dos dados que impactam o indicador estão previstos para início e conclusão em dezembro de 2023.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Variáveis sem medição no segundo semestre de 2022.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Variáveis sem medição no segundo semestre de 2022.

Riscos associados ao objetivo

Identifica-se nesse momento os risco associados com as ações para contratação da capacitação e a adequação da ferramenta, após sua implantação, para realização do Inventário de Dados, especialmente os prazos previstos.

IE 36 - Taxa de assentamentos funcionais de servidores ativos e inativos digitalizados**Ótimo****Desempenho do Período: 95,42%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEPRES.****Análise de contexto**

Repetiu-se o ocorrido no período anterior (out/dez2022): a produtividade da seção foi afetada pela cessão de um dos operadores de escâner a outra unidade administrativa. Novamente constatada a fragilidade dos documentos, haja vista que inúmeras vezes foi necessária a atuação de arquivistas para reparar documentação danificada, colocando-a em condições para digitalização.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

1. Dado prosseguimento na tarefa de digitalizar o acervo documental de servidores inativos e pensionistas sob a guarda da SECINP (50 metros lineares de documentos);
2. O desempenho novamente ficou aquém do previsto, confirmando a tendência de redução da produtividade causada pela fragilidade dos documentos manuseados, bem como a cessão de um dos digitalizadores a uma das unidades administrativas da Sede do Tribunal.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

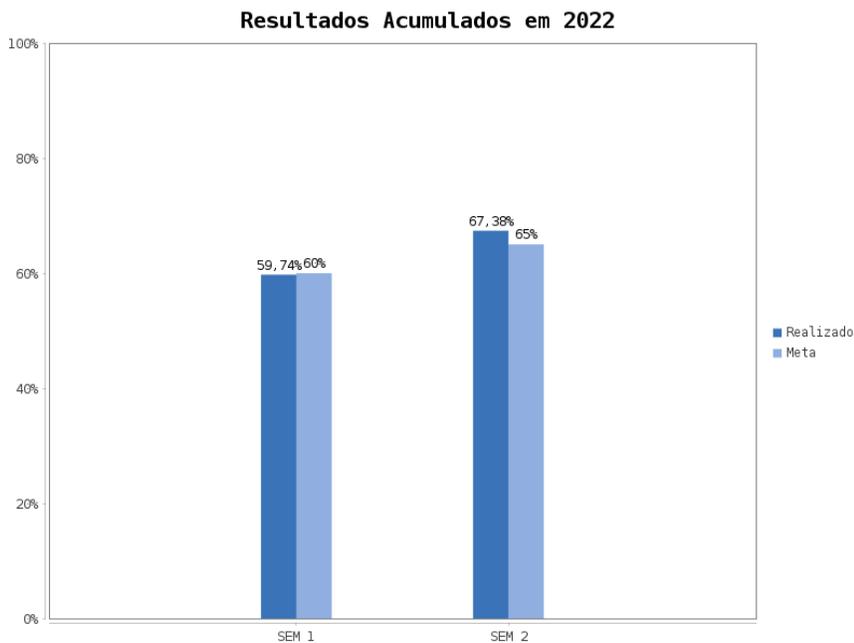
Espera-se aumento na quantidade de documentação digitalizada referente às pastas funcionais de servidores inativos e pensionistas em face da redução de cessão de operadores de escâner para outras unidades administrativas determinada pelo Secretário de Administração.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Atuação exclusiva de arquivistas e digitalizadores nas tarefas de digitalização de pasta funcionais de servidores inativos e pensionistas e tarefas de apoio às atividades inerentes ao setor de protocolo. Contratação de mais um operador de escâner.

Riscos associados ao objetivo

Mantido o principal fator de risco ao alcance do objetivo, qual seja, a cessão de digitalizadores a outras unidades administrativas deve ser adicionada a possibilidade de atraso na remessa de documentos pela unidade administrativa responsável por sua guarda.

IE 37 - Índice de aprimoramento do processo administrativo eletrônico**Ótimo****Desempenho do Período: 103,66%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEGDOC.****Análise de contexto**

Trata-se de nova fase de trabalho que envolveu anteriormente sensibilização e preparação para início de mudança de cultura em relação à identificação de tipos documentais (aqui, caracterizados no sistema SEI! como tipos de documentos e de processos), agora aplicados de forma prática, no sistema SEI!, à produção desses tipos de documentos e de processos nesse sistema eletrônico, estruturados a partir das Bases de Conhecimento, orientando todos os usuários internos do TRE (servidores e magistrados) quanto à estruturação de fluxo processual 'ideal' para a produção de processos administrativos digitais no SEI!.

O início da medição desse indicador tem como objetivo subsidiar a percepção da SEGDOC (Unidade Gestora do SEI! no TRE/RJ) quanto à adequada utilização de milhares de tipos documentais reconhecidos pelas próprias Unidades do Tribunal quanto à especificidade de seus objetivos de produção para apoio às suas atividades cotidianas, permitindo aferir o grau de maturidade em relação ao uso estruturado do SEI! no Tribunal, como ferramenta associada à adoção do Processo Administrativo Eletrônico neste Tribunal.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foi criado processo específico no SEI (Processo para análise do uso da Base de Conhecimento no SEI) para operacionalizar a aferição do uso adequado das Bases de Conhecimento no SEI! para cada grupo de tipos processuais. Para seleção dos processos críticos objeto da medição do indicador estratégico, utilizou-se, no início do 2º semestre/2022, o critério relacionado aos 20% de processos mais produzidos no SEI!, por Competência (Pessoas, Infraestrutura, Eleições, Documentação e Informação etc.). De acordo com a quantidade dos tipos de processos críticos selecionados pela SEGDOC, adotou-se porcentagem específica de processos de cada tipo processual a ser analisado pela SEGDOC, mediante estratos específicos por quantidade. Para a análise, adotou-se como critério de análise para cada tipo de processo crítico selecionado o início da data de implantação da 1ª versão da Base de Conhecimento deste tipo processual no SEI! (ou seja, 14/01/2019 - data da implantação geral do SEI! no Tribunal - ou data posterior).

A partir dessa medição, adotou-se no segundo semestre de 2022, para continuidade do trabalho iniciado no semestre anterior pela SEGDOC (e inteiramente novo no Tribunal), os tipos processuais ligados a todas as competências (exceto "Pessoas", já trabalhadas no semestre anterior) pela percepção de que constituem parcela significativa dos tipos processuais atualmente

implantados no SEI! e por possuírem volume de produção também muito significativo, com impactos relevantes sobre a produção estruturada de documentos e processos no geral, no sistema SEI!.

O resultado quanto à implantação das Bases de Conhecimento no SEI! pode ser considerado excelente, posto que se possui mais de 90% das Bases com tipos processuais ativos neste sistema já implantadas no SEI!. Por outro lado, ainda houve resultado ruim quanto à análise do uso das Bases de Conhecimento realizadas, pouco acima de 40%, o que, embora esperado para o momento, teve impacto decisivo no desempenho geral do IE37 para o 2º semestre/2022. Observou-se que poucas áreas contribuíram para um impacto positivo na análise do uso das Bases de Conhecimento no SEI! (especialmente VPCRE/Zonas Eleitorais, SOF e parte da SAD e DG).

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Percebeu-se, em relação às Bases de Conhecimento, um trabalho que já vem com indícios de maior consolidação de implantação no Tribunal, vez que a SEGDOC já percebe haver uma internalização crescente do uso das Bases de Conhecimento pelos usuários internos do Tribunal a partir de suas atividades cotidianas de suporte ao SEI!, como medida de eficácia da produção de processos administrativos digitais no SEI!.

Quanto à análise do uso da Base de Conhecimento no SEI!, observou-se ainda haver uma adesão relativamente baixa ao uso de Bases de Conhecimento, o que possivelmente pode ser associada, além da necessidade de maior consolidação de cultura organizacional quanto à produção estruturada de documentos e processos administrativos digitais no Tribunal, talvez possa estar também associada a eventuais dificuldades no uso de sistemas eletrônicos em acesso remoto e em uma nova realidade com o uso massivo de sistemas eletrônicos (inclusive, durante o período eleitoral), o que pode ter tido algum impacto na observação do uso adequado das Bases de Conhecimento no SEI!.

Pelo observado na SEGDOC, indica-se a possibilidade de haver no mínimo estabilidade ou, ao menos, uma leve melhora do desempenho do indicador à medida que cria-se maior consciência no Tribunal em relação ao uso adequado das Bases de Conhecimento pelas Unidades.

Pretende-se observar melhor essas tendências nas próximas análises do indicador estratégico IE37.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Quanto à análise do uso das Bases de Conhecimento, pretende-se em princípio continuar com a estratégia atualmente adotada, da sensibilização já verificada e, sempre que verificada a necessidade, de roteiro reforçando a sensibilização dos impactos quanto ao uso adequado das Bases de Conhecimento no SEI! para as Unidades Gestoras do processo e, como normalmente a maioria dos processos implantados no SEI! são transversais, podem atingir potencialmente as demais unidades operadoras desses processos com eventuais inconformidades verificadas no uso prático das Bases de Conhecimento no SEI!.

Vislumbra-se a possibilidade de ação (ações) de comunicação a ser(em) realizada(s) junto à COSOC para o ano de 2023 (ou, também, como parte de um Plano de Comunicação Social), reforçando a importância e os impactos futuros para a adequada utilização das Bases de Conhecimento implantadas no SEI!.

Riscos associados ao objetivo

Produção e pesquisa inadequada por tipos de documentos produzidos no SEI!, quando há uso inadequado dos tipos de documentos e processos já implantados no SEI! e estruturados através do uso de Bases de Conhecimento (isso, quando as Bases de Conhecimento estão efetivamente implantadas no SEI!, o que ainda apresenta desafios especialmente envolvendo algumas Unidades da SGP, embora essa situação venha melhorando progressivamente, inclusive, dentro do último período).

O uso inadequado e, também, a própria ausência de Bases de Conhecimento no SEI! tem impacto sobre parcela significativa de trabalho posterior de preservação digital a ser melhor estruturado neste Tribunal, visto que a produção e tramitação de processos necessariamente antecedem à preservação destes, inclusive em meio digital.

IE 38 - Índice de serviços críticos com gestão de risco de segurança da informação**Não realizado****Desempenho do Período:****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASINFO.****Análise de contexto**

A respeito da medição do indicador estratégico IE 38 - Índice de serviços críticos com gestão de risco de segurança da informação, comunico que ainda não há índices disponíveis. A criação do índice depende do estabelecimento, pela alta gestão, dos serviços considerados críticos para o negócio, seguido da análise, pela STI, de quais ativos de TI suportam esses serviços.

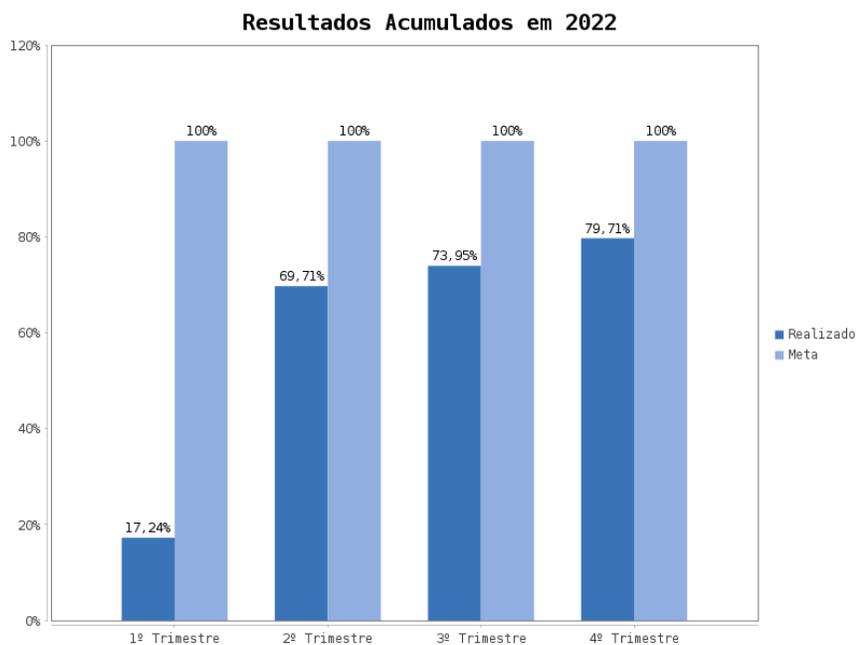
Paralelamente, é preciso criar um sistema de gestão de riscos de segurança da informação e incorporá-lo ao sistema de gestão de riscos institucional, o que demandará esforços conjuntos da área de segurança da informação e gestão de riscos. A primeira etapa deste esforço já foi concluída com a realização da capacitação "Gestão de Segurança da Informação", concluída no final de julho de 2022.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo

OE 10 - Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação**Satisfatório****Desempenho do Período: 79,71%****Responsável: SGP.****Análise de contexto**

O atual Plano Estratégico, sob a perspectiva de Gestão de Pessoas, encontra-se direcionado para os seguintes temas:

1. Clima organizacional
2. Exames periódicos de saúde
3. Gestão por competências
4. Capacitações

A Secretaria de Gestão de Pessoas conseguiu concentrar seus esforços para essas entregas estratégicas e, não obstante as dificuldades relatadas nas análises dos indicadores, alcançou resultado satisfatório nos 3 últimos trimestres de 2023.

Ressalte-se que, ressalvado o índice de satisfação com o clima organizacional, todos os demais indicadores estratégicos alcançaram desempenho ótimo no último trimestre/semestre.

O contexto é, portanto, diante de um ano não eleitoral, positivo.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em 2022 foram realizadas 70 ações de capacitação e 174 exames periódicos de saúde. Além disso, foi implementada a Gestão por Competências em 2 macrounidades do TRE-RJ. Não foi possível realizar a pesquisa de Clima Organizacional em razão da decisão das dificuldades na contratação da empresa. Realizada a contratação, a perspectiva é de realização da pesquisa no dia 30 de janeiro. Portanto, apesar do impacto no desempenho do indicador, a perspectiva “clima organizacional”, assim como as demais perspectivas estratégicas em gestão de pessoas, está bem encaminhada.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Em primeira análise, pode-se perceber uma tendência de melhora em razão de vários aspectos, tais como:

- a realização da pesquisa de clima (não realizada em 2022);
- a realização dos exames periódicos em unidades da Sede em 2023, ano não eleitoral, uma vez que a Sede já demonstrou abertura ao comparecimento e que a maior preocupação se concentra no comparecimento dos servidores lotados em cartórios; e

— a estruturação da metodologia de gestão por competências e ocupações críticas após a implantação em 2 macrounidades, a tendência poderia ser de melhora.

No entanto, há que se considerar que, em anos não eleitorais, é comum que várias iniciativas sejam implementadas pela Alta Administração, o que leva a análise para uma tendência de estabilidade.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

— Clima: Desenvolver a autonomia da Csint/Secdim para realizar as próximas pesquisas de clima organizacional

— EPS: Avançar com a automação do processamento dos dados dos EPS

— PAC: Contratação de diversos cursos em um só contrato, reduzindo o número de contratos

— GpC: Avançar com a adoção do sistema Coyote

Verificar a possibilidade de aplicar, ainda que de forma incipiente, a metodologia OKR.

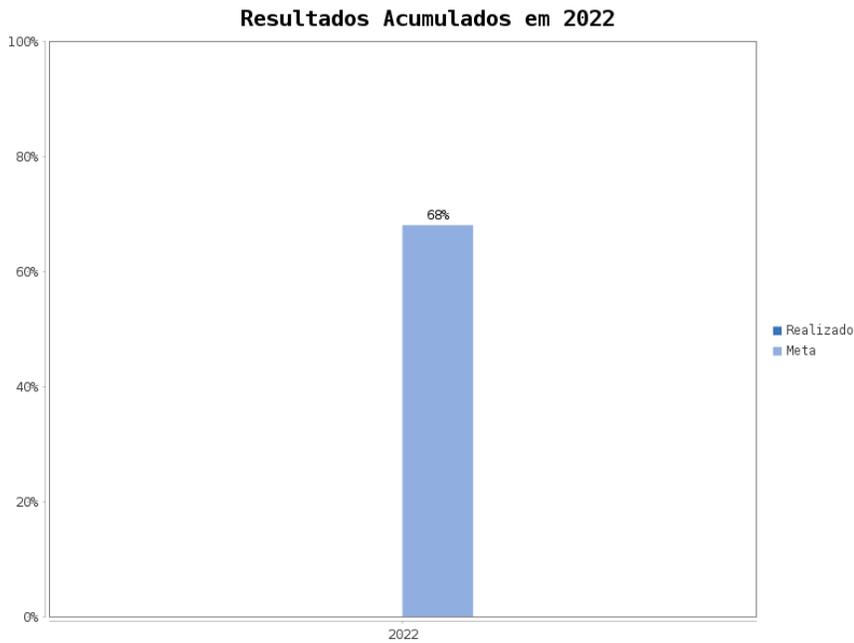
Riscos associados ao objetivo

Concorrência de outras demandas da Alta Administração.

IE 40 - Índice de satisfação com o clima organizacional

Não realizado

Desempenho do Período:



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CSINT.

Análise de contexto

A empresa Numera foi contratada no final de 2022 para capacitação da equipe em realização de pesquisa do clima organizacional.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

As ações serão realizadas após a entrega do relatório.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

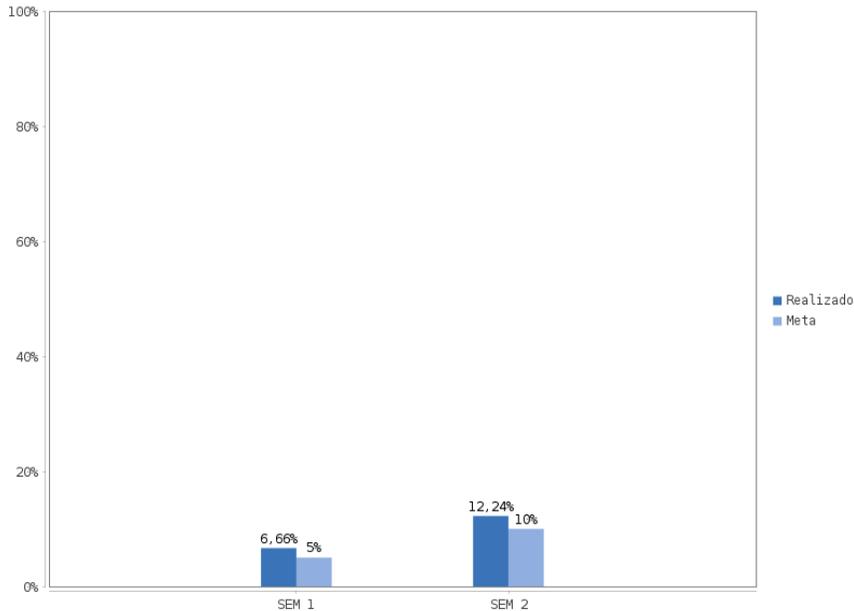
Prevê-se que a nova pesquisa do clima irá promover uma visão mais realista do contexto do Tribunal, proporcionando aplicação de ações de melhoria do clima mais efetivas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

.

Riscos associados ao objetivo

Não haver patrocínio para a aplicação efetiva das ações de melhoria do clima.

IE 41 - Taxa de realização de Exames Periódicos de Saúde (EPS)**Ótimo****Desempenho do Período: 122,36%****Resultados Acumulados em 2022****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEATES.****Análise de contexto**

Os exames periódicos de saúde – EPS - iniciaram-se em 07/07/2022 e foram encerradas em 20/10/2022.

Apesar de haver sido realizado em momento de sistema de trabalho híbrido, e o EPS ser obrigatoriamente presencial, houve grande adesão por parte dos chefes, coordenadores e secretários, os quais foram instados a estimular a participação de suas equipes, tendo em vista a manutenção no segundo semestre de alto percentual de comparecimento, 93% dos servidores convocados, pouco menor do percentual de 100% do primeiro semestre.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foi realizado pela Seates um vídeo motivacional, com a explicação do que é o EPS, seus objetivos e forma de realização. Esse vídeo, além de disponibilizado na intranet e TV da portaria 194, foi encaminhado no e-mail de agendamento, encaminhado pela Seates aos secretários e coordenadores. O e-mail com o vídeo, além do agendamento, encaminha uma tabela com datas e horários disponíveis, para um agendamento centralizado pela coordenadoria e para ciência de todos, evitando-se assim re-agendamentos e atrasos na conclusão dos trabalhos naquela coordenadoria e secretaria.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Como estávamos em período eleitoral, as unidades a serem avaliadas no segundo semestre SSG e SJD foram consultadas acerca da disponibilidade de participação. A SSG manteve o agendamento e a SJD solicitou adiamento para 2023, tendo em vista as demandas do período eleitoral. Ainda assim, a adesão ao EPS foi muito boa, com, apenas 6 servidores ausentes (2 justificáveis por licença médica no período de avaliação). A tendência para 2023 é de melhoria do desempenho.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Considerando que 2023 é um ano não eleitoral, possivelmente não enfrentaremos os desafios de agendamento, entretando, os ajustes e alterações na ordem das unidades a serem avaliadas serão realizadas em conjunto com os gestores.

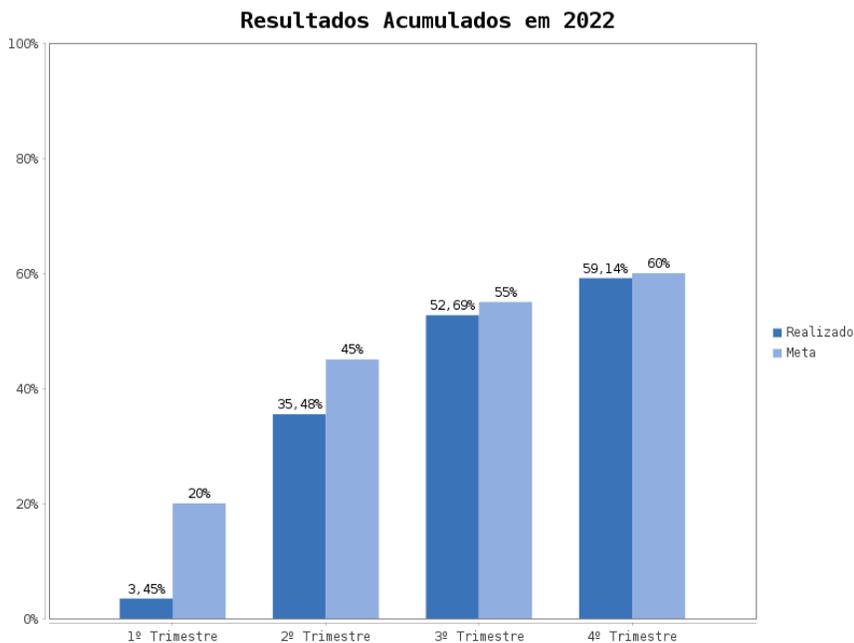
Riscos associados ao objetivo

Em 2023 possivelmente não teremos o envolvimento dos servidores em atividades específicas para a eleição, e consideramos esse o maior risco, que nesse ano será mitigado. Ainda assim, a divulgação do EPS poderá fortalecer ainda mais a adesão.

IE 42 - Taxa de aderência ao PAC

Ótimo

Desempenho do Período: 98,57%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.

Análise de contexto

Período eleitoral que dificultou a realização de cursos, e diversos cancelamentos de contratações previstas em razão da proximidade das Eleições 2022.

A servidora Jucineidy foi designada como membro do Grupo de Treinamento de Mesários e no auxílio aos mesário na internet, junto ao TSE. E após as Eleições, foi designada para a força tarefa de Prestação de Contas.

A servidora Letícia foi designada para ajudar na força tarefa de Registro de Candidatura.

A SEDCOR funcionou com apenas duas servidoras, no período de agosto/outubro.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Automatização do procedimento de Análise e Registro dos Adicionais de Qualificação, que passou a incluir o registro da ação e da finalidade diretamente no sistema de capacitação, reduziu consideravelmente o tempo entre o registro do pedido e o registro da ação no sistema de capacitação.

Desta forma, foi possível focar em outras atividades desenvolvidas pela unidade.

Verificação junto as unidades do tribunal, se os cursos previstos no PAC 2022 seriam realmente realizados. Assim, o orçamento que estaria destinado aos cursos que não seriam mais realizados pode ser destinado a outras áreas do tribunal.

Na elaboração do PAC 2023, as ações que fizeram parte dos eixos foram, em grande parte, retiradas das ações que não puderam ser executadas no exercício, em razão da realização das eleições.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Contratação dos cursos previstos e que foram confirmados pelas unidades, e que estavam represados aguardando liberação de orçamento suplementar. Controle orçamentário realizado pela SEDCOR, a fim de que fossem realizados todos os cursos solicitados pelas unidades.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

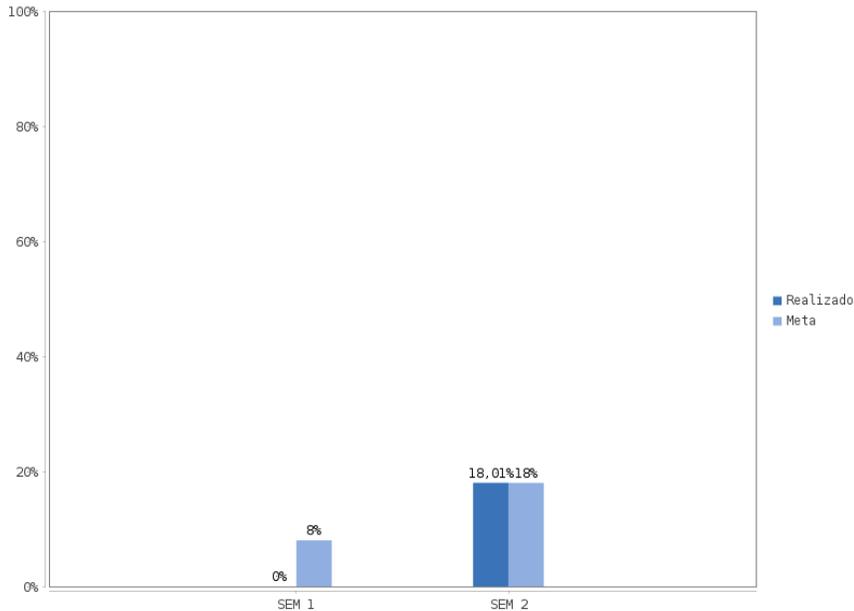
Construção de cronograma de execução do PAC 2023 junto com as unidades solicitante, visando o aprimoramento da execução do plano.

Com base nos cronogramas, e nas empresas que forem escolhidas pelas unidades demandantes, realizar contratação de diversos cursos em um só contrato, o que reduzirá o número de contratos e o tempo gasto na elaboração de informação, projeto básico e minuta de contratos a serem submetidos a apreciação superior.

Riscos associados ao objetivo

Demora de liberação do orçamento de capacitação pelo TSE.

Realização do desdobramento do Plano Estratégico do TRE, em 2023, que poderá demandar esforço das unidades e acarretar dificuldade de execução do PAC, em razão do acúmulo de tarefas.

IE 43 - Taxa de unidades avaliadas por competência**Ótimo****Desempenho do Período: 101,00%****Resultados Acumulados em 2022****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.****Análise de contexto**

Em 31/08/2022 foi concluída a implantação da GPC e Ocupações críticas na STI. Inicialmente, a fim de cumprir o art. 29 da Resolução TSE 23.702/2022, que trata da gestão por competências para atendimento à gestão e governança das contratações, foi proposta a realização da implantação da GPC na SAD e SOF. No entanto, estas macrounidades alegaram que, considerando a realização das Eleições Gerais, não seria possível atender a tal proposta. Assim, após autorização da Senhora Diretora-Geral e anuência da Senhora Assessora da Escola Judiciária Eleitoral iniciou-se a implantação nessa unidade, dentro do escopo do IE e na ASJURI, unidade da DG que tem entre suas atividades relacionamento com o processo de contratações do Tribunal.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foi renovado, em setembro, o contrato com a CKM para a gestão de pessoas por competências. Essa é a última renovação possível que finalizará em setembro de 2023. Desta forma, foi realizado convênio com o TRE/TO para disponibilização do sistema Coyote que é utilizado para gestão de pessoas por competências. Em 19/9/22 foi realizada a reunião de apresentação (kick off) para os servidores da EJE, por videoconferência, e disponibilizada a gravação no ambiente EAD. Foi iniciado o mapeamento das competências técnicas da EJE, no dia 07/10/2022, data prevista no cronograma. Ocorre que, no curso das atividades e oficinas, houve mudanças no quadro funcional da equipe da EJE, inclusive com alteração da titularidade da função gerencial de Oficial de Gabinete e da Diretoria da Escola, o que acarretou dificuldades para cumprimento dos prazos antes estabelecidos, apesar dos esforços de todos os servidores. Por essa razão, fez-se necessária a revisão do cronograma de implementação da GpC na EJE, com redução dos períodos de realização das etapas subsequentes, a fim de viabilizar a conclusão da implementação a tempo de garantir o cumprimento da meta estratégica para o ano de 2022, mensurada por meio do Indicador Estratégico 43. Em 14/10/2022, foi realizada a reunião de kick-off para implantação da GPC na Assessoria Jurídica da DGE. Em 17/11/2022, foram entregues os formulários correspondentes à validação das competências gerenciais e de diagnóstico de competências gerenciais pela então Diretora da EJE. Foi realizado o mapeamento das competências técnicas e ocupações críticas na EJE e ASJURI. Em 30/12/2022 com a conclusão do relatório de implementação e as respectivas instruções processuais, foi concluída a implantação da GPC na EJE.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

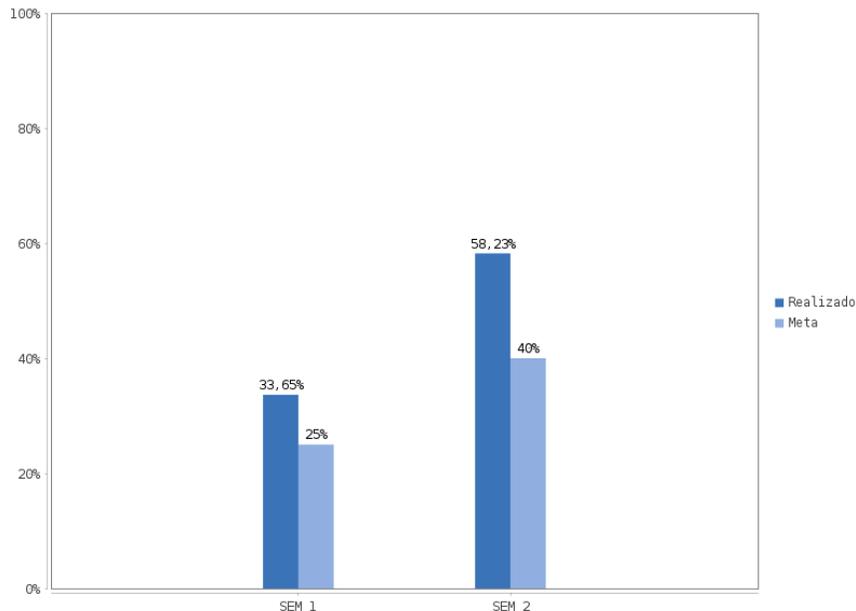
Finalização da Implantação da GPC na ASJURI. Início da Implantação da GPC na SOF, SAD e demais unidades da DG, atendendo o indicador estratégico e extraindo as entregas referente à gestão e governança de contratações, a fim de cumprir a Resolução TSE 23.702/2022. Com os conhecimentos adquiridos na implantação da GPC na STI e EJE espera-se que a implantação na SOF e SAD seja realizada com mais facilidade. A partir de janeiro serão iniciados os procedimentos para importação do sistema Coyote, do TRE/TO, pela STI deste Regional. O sistema deverá ser customizado e pronto para ser utilizado até agosto/2023, visto que em setembro terminará o contrato com a CKM.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Customização do sistema COYOTE, de forma a facilitar o registro das competências e realização da avaliação de competências. Realização das oficinas síncronas de mapeamento de competências técnicas das unidades da SOF e SAD, concomitantemente.

Riscos associados ao objetivo

Não customização do sistema Coyote antes de agosto poderá comprometer o andamento da implantação da GPC no TRE/RJ. Desdobramento da Estratégia nas macrounidades demandando esforço das unidades e prejudicando a implantação da GPC.

IE 44 - Taxa de servidores capacitados**Ótimo****Desempenho do Período: 145,57%****Resultados Acumulados em 2022****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.****Análise de contexto**

Período eleitoral que dificultou a realização de cursos, e diversos cancelamentos de contratações previstas em razão da proximidade das Eleições 2022.

Mas, com a nova estrutura do ambiente virtual de aprendizagem, foi possível aumentar o alcance de participantes e somado ao fato de que houve realização de cursos obrigatórios, como LGPD, Assédio e Acessibilidade, foi possível superar a meta estabelecida.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Alteração no layout do EAD, canal único de treinamento, todos os cursos em um só ambiente. Contratação de estagiários para o EAD. Verificação junto as unidades do tribunal, se os cursos previstos no PAC 2022 seriam realmente realizados. Assim, o orçamento que estaria destinado aos cursos que não seriam mais realizados pode ser destinado a outras áreas do tribunal.

Elaboração do plano anual de capacitação 2023.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Início do ano e do exercício financeiro, muitos servidores de férias, e pouca oferta de cursos no mercado o que poderá comprometer a contratação de cursos e, conseqüentemente, a participação de servidores em treinamentos

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Ofertar cursos na modalidade EAD. Elaborar cronograma de execução do PAC, junto com as unidades demandantes, possibilitando antecipar ao máximo as contratações de cursos.

Riscos associados ao objetivo

Término do contrato de estagiários que exercem atividades no EAD ou a não renovação dos seus contratos.

Demora na liberação de orçamento que possa comprometer as contratações de cursos

OE 11 - Aprimorar a gestão orçamentária e financeira**Satisfatório****Desempenho do Período: 69,24%****Responsável: SOF.**

Análise de contextoO objetivo apresentou desempenho SATISFATÓRIO, com índice de 69,24%, superior ao registrado no 4º trimestre do ano de 2021, que foi de 49,69%.

Ressalto que os índices relacionados ao OE 11, que são de responsabilidade desta Unidade, apresentaram resultado satisfatório (IE 46 - 94,03%) e ótimo (IEs 47 - 100,29% e 49 - 82,93%), o que resultaria em um percentual de 92,32% da meta estipulada, se fossem somente esses os critérios analisados.

Contudo, o resultado do objetivo, de 69,24%, apesar de satisfatório, foi fortemente influenciado pelo desempenho de 0% do IE - 48, que é de responsabilidade de outra unidade, em relação ao qual a SOF não tem qualquer ingerência, pois se refere a efetiva execução de iniciativas estratégicas, visando aferir o alinhamento do orçamento com a estratégia.

Nesse contexto, também nos parece importante registrar, em face da análise feita pela Unidade responsável pelo IE 47, que a última coluna de totalização inserida pela CPLAN na planilha denominada "formulário de acompanhamento de indicadores orçamento - 4º trimestre" (resultado do ano) não deve ser, s.m.j., objeto de análise por esta Secretaria, pois além de não constar no sistema GERIR, não fornece qualquer informação capaz de subsidiar a tomada de decisão por parte dos gestores. Isso ocorre porque a planilha soma os totais parciais de cada trimestre, de forma que o resultado alcançado equivale a 4 vezes o orçamento destinado a este Tribunal. O que não nos parece fazer sentido. Na verdade, parece-nos que o resultado final do exercício corresponde ao consignado para o 4º trimestre.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosAcompanhamento mensal da execução de iniciativas estratégicas na gestão de processos do dia a dia.

Abertura do processo 2022.0.000003303-1 a fim de aprimorar o acompanhamento orçamentário e financeiro do TRE-RJ, bem como cumprir os ditames da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO2022, que estabelece a execução obrigatória das despesas primárias discricionárias.

Implementação do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, cuja vigência deu-se a partir de 01/04/2022, refletindo em uma melhor performance dos níveis de pagamentos.

Em face de tais ações, o resultado do OE - 11 foi satisfatório, mesmo com o impacto negativo refletido pelo IE - 48.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Espera-se uma melhora no processo orçamentário do Tribunal, tornando-o mais transparente e eficiente,

em face das ações acima consignadas, que impactaram positivamente nos resultados obtidos no exercício de 2022. Além das referidas ações, merece destaque a publicação da Instrução Normativa DG nº 01/2023, no DJE de 13/01/2023, que disciplina o procedimento de monitoramento orçamentário anal nesta Corte, cuja aplicação trará mais celeridade, segurança e transparência ao referido processo, impactando, assim, no OE ora analisado.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasIntensificar as reuniões com os Gestores para acompanhamento da execução do orçamento planejado.

Reafirmar junto aos Gestores os conceitos e procedimentos necessários para execução do orçamento impositivo.

Conferir especial atenção na efetiva identificação, de forma cristalina, das iniciativas estratégicas a serem concretizadas.

Aprimorar os processos de planejamento orçamentário para as iniciativas estratégicas que venham a constar do portfólio de projetos do TRE-RJ, com a finalidade de se obter uma execução mais efetiva nesse aspecto.

Intensificar junto às unidades gestoras responsáveis o monitoramento dos contratos a fim de que as sobras orçamentárias sejam identificadas de forma ágil, com o objetivo de aproveitar tais recursos para aquisição de bens ou serviços, ou devolução ao TSE, em tempo hábil, na forma proposta pela IN DG nº 01/2023.

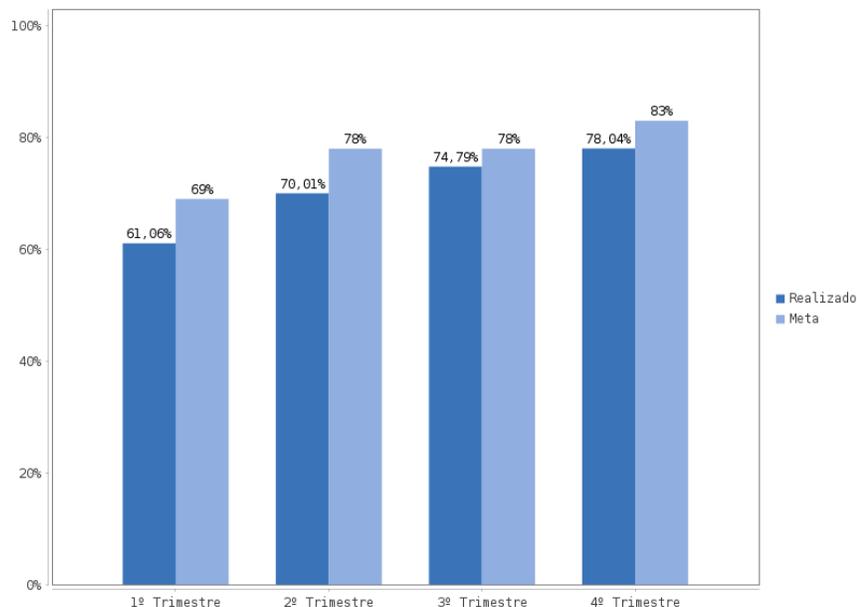
Riscos associados ao objetivoAs ações e despesas não planejadas e/ou orçadas em valores discrepantes, acarretam solicitações de créditos e/ou remanejamentos orçamentários desnecessários, com potencial prejuízo da aderência às despesas agregadas, afetando o desempenho do OE ora analisado.

IE 46 - Taxa da Execução Planejada de Orçamento de Despesas Discricionárias

Satisfatório

Desempenho do Período: 94,03%

Resultados Acumulados em 2022



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEORÇA.

Análise de contexto

A execução planejada do orçamento das despesas discricionárias, após o quarto trimestre de 2022, registrou uma taxa de 78,04%, correspondente a 94,03 % da meta (83%), resultando em um desempenho satisfatório.

O valor da dotação correspondente ao Plano Orçamentário Segurança da Informação não foi contabilizado para fins de análise deste IE, tendo em vista que a despesa não foi objeto de planejamento pela UGR na Proposta Orçamentária 2022.

Houve solicitação de crédito especial para atender à despesa com a reforma do muro do Caju, no valor de R\$ 200.000,00, descentralizado pelo TSE em 23/12/2022, sendo executado R\$ 34.888,00 para obra emergencial de recuperação estrutural do imóvel.

Na 4ª fase de créditos adicionais foi providenciado o remanejamento de R\$ 369.758,00 do Plano Orçamentário "SEGO-Segurança da Informação" do grupo de despesa 3-custeio para 4-investimento, bem como a devolução de R\$ 3.836.498,00, porém, conforme ressaltado, esse PO não faz parte da base de cálculo do indicador.

Ainda na 4ª fase de créditos adicionais, foram disponibilizados ao TSE R\$ 1.359.896,00 da ação Julgamento de Causas e Gestão Administrativa e R\$ 9.000,00 referente às ações de ajuda de custos à servidores e magistrados.

Na 5ª fase de créditos não houve solicitação de remanejamento de recursos. Todavia, foram disponibilizados ao TSE R\$ 886.421,17 do PO "0001-Julgamento de Causas" e R\$ 105.601,23 do PO "0002-Capacitação de RH", ambos da ação 20GP-Julgamento de Causas e Gestão Administrativa e, ainda, R\$ 1.159.642,00 do PO "SEGO-Segurança da Informação", sendo que este último não compõe o indicador.

Os valores disponibilizados visaram otimizar o orçamento corrente com o aproveitamento dos recursos disponíveis para a Justiça Eleitoral, pois não houve a utilização por parte do TRE/RJ, mas não contribuíram para o aumento da aderência e melhoria do indicador.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Abertura do processo 2022.0.000003303-1 a fim de aprimorar o acompanhamento orçamentário e financeiro do TRE-RJ. Disponibilização do Painel de BI de Execução Orçamentária e Financeira para servir aos gestores como ferramenta de acompanhamento e gestão do orçamento.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

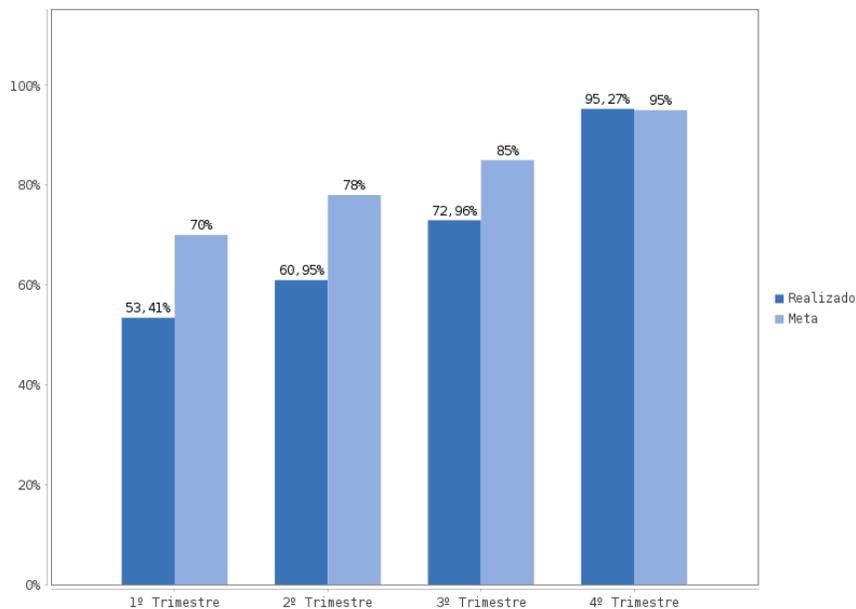
Promover a continuidade no aprimoramento da execução do orçamento planejado, mediante ações alternativas e normativas, em conjunto com as unidades gestoras, impulsionando seus resultados.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Intensificar as reuniões com os Gestores para acompanhamento da execução do orçamento planejado. Reafirmar junto aos Gestores os conceitos e procedimentos necessários para execução do orçamento impositivo.

Riscos associados ao objetivo

As ações e despesas não planejadas e/ou orçadas em valores discrepantes, acarretam em solicitações de créditos e/ou remanejamentos orçamentários que terão potencial prejuízo da aderência às despesas agregadas, traduzindo em desempenho insatisfatório do indicador.

IE 47 - Taxa de execução do orçamento de despesas discricionárias**Ótimo****Desempenho do Período: 100,29%****Resultados Acumulados em 2022****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEORÇA.****Análise de contexto**

A execução orçamentária das despesas discricionárias, após o quarto trimestre, registrou uma taxa de 95,3%, atingindo a meta de 95% proposta inicialmente.

O resultado do IE deste ano (71%) foi inferior ao de 2021 (83%). Porém, cabe registrar que em 2022 houve um acréscimo da ordem de 36% para as despesas empenhadas (DDE) e de 27% para a dotação recebida (DADD), quando comparado aos valores de 2021.

O resultado do ano no percentual de 71%, reflete e confirma o impacto negativo que as devoluções de sobras orçamentárias tem no IE.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Houve solicitação de crédito especial para atender à despesa com a reforma do muro do Caju, no valor de R\$ 200.000,00, descentralizado pelo TSE em 23/12/2022, sendo executado R\$ 34.888,00 para obra emergencial de recuperação estrutural do imóvel.

Na 4ª fase de créditos adicionais foi providenciado o remanejamento de R\$ 369.758,00 do Plano Orçamentário "SEGO-Segurança da Informação" do grupo de despesa 3-custeio para 4-investimento, bem como a devolução de R\$ 3.836.498,00.

Ainda na 4ª fase de créditos adicionais, foram disponibilizados ao TSE R\$ 1.359.896,00 da ação Julgamento de Causas e Gestão Administrativa e R\$ 9.000,00 referente às ações de ajuda de custos à servidores e magistrados.

Na 5ª fase de créditos não houve solicitação de remanejamento de recursos. Todavia, foram disponibilizados ao TSE R\$ 886.421,17 do PO "0001-Julgamento de Causas" e R\$ 105.601,23 do PO "0002-Capacitação de RH", ambos da ação 20GP-Julgamento de Causas e Gestão Administrativa e, ainda, R\$ 1.159.642,00 do PO "SEGO-Segurança da Informação".

Abertura do processo 2022.0.000003303-1 a fim de aprimorar o acompanhamento orçamentário e financeiro do TRE-RJ. Disponibilização do Painel de BI de Execução Orçamentária e Financeira para servir aos gestores como ferramenta de acompanhamento e gestão do orçamento.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Promover a continuidade no aprimoramento da execução orçamentária, mediante ações alternativas em conjunto com as unidades gestoras, impulsionando seus resultados. Confirmada a previsão de piora no resultado do IE, uma vez que a dotação correspondente ao Plano Orçamentário Segurança da Informação não foi objeto de planejamento pela UGR na proposta orçamentária 2022, pois foi incluída na fase final da elaboração da proposta (extrateto).

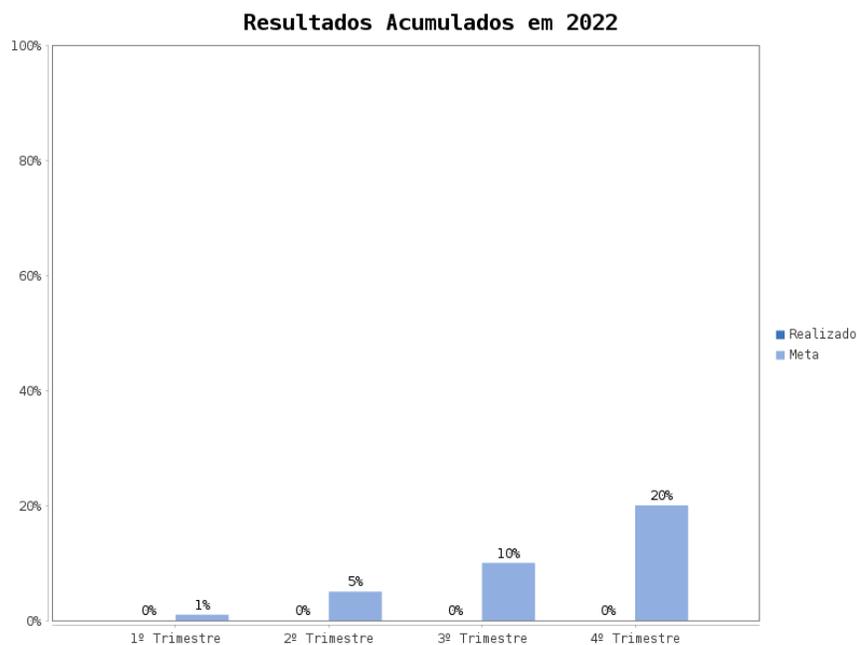
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Intensificar as reuniões com os Gestores para acompanhamento da execução orçamentária. Reafirmar junto aos Gestores os conceitos e procedimentos necessários para execução do orçamento impositivo.

Riscos associados ao objetivo

Meta de 95% para a execução do orçamento de despesas discricionárias para o 4º trimestre foi atingida. Porém o resultado do ano no percentual de 71%, reflete e confirma o impacto negativo que as devoluções de sobras orçamentárias tem no IE, conforme aventada na análise do trimestre anterior.

IE 48 - Taxa de execução planejada do orçamento de iniciativas estratégicas

Insatisfatório**Desempenho do Período: 0,00%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEDINE.****Análise de contexto**

Trata-se de indicador que mede a aderência da execução do orçamento estratégico pelas iniciativas estabelecidas no Plano Estratégico, cujo propósito é auxiliar a SEDINE no acompanhamento da execução do orçamento necessário para implementar a estratégia do TRE-RJ, com vista a melhorar o acompanhamento e permitir a otimização dos valores disponíveis. Todavia, com o passar dos anos identificou-se que o indicador não mais se adequa aos objetivos iniciais. Com base nisso, e com a aprovação prévia da Secretaria de Orçamentos e Finanças, a SEDINE instaurou o processo SEI2022.0.000049299-0 (processo de proposta de alteração de indicador estratégico) solicitando a exclusão do IE48, razão pela qual as variáveis deste período não foram preenchidas.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

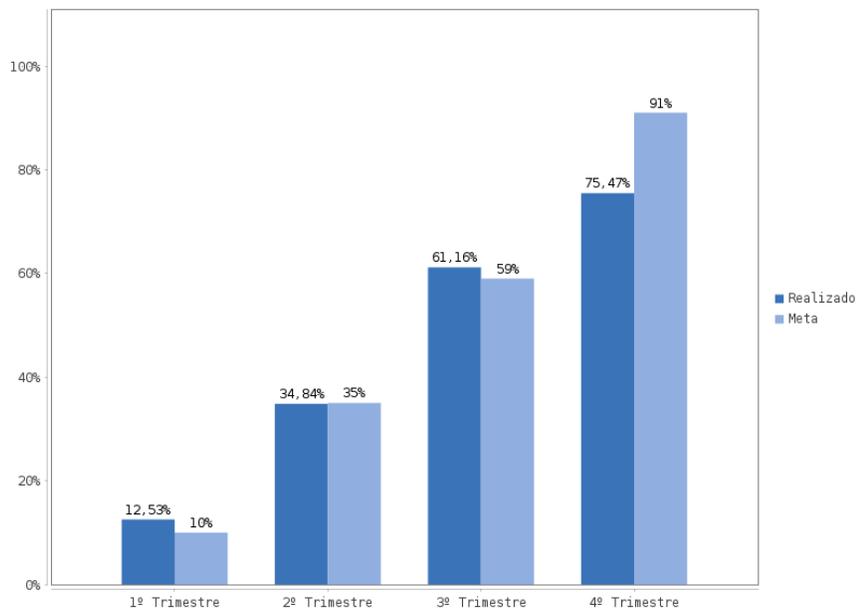
Riscos associados ao objetivo

IE 49 - Taxa de pagamento de empenho

Ótimo

Desempenho do Período: 82,93%

Resultados Acumulados em 2022



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEPROG.

Análise de contexto

O período de medição considera os valores pagos acumulados no exercício/2022, em relação ao correspondente nível acumulado de despesas empenhadas no mesmo período.

A meta proposta para o indicador foi de 91% e, com um resultado realizado de 75,47%, obteve-se um desempenho “Ótimo” para o ano de 2022, num percentual de 82,93% de meta alcançada.

De forma geral, os resultados sugerem comportamento homogêneo das rotinas dos pagamentos, corroborando a sedimentação na condução das atividades.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

É possível inferir que a implementação do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, cuja vigência deu-se a partir de 01/04/2022, refletiu na performance dos níveis de pagamentos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

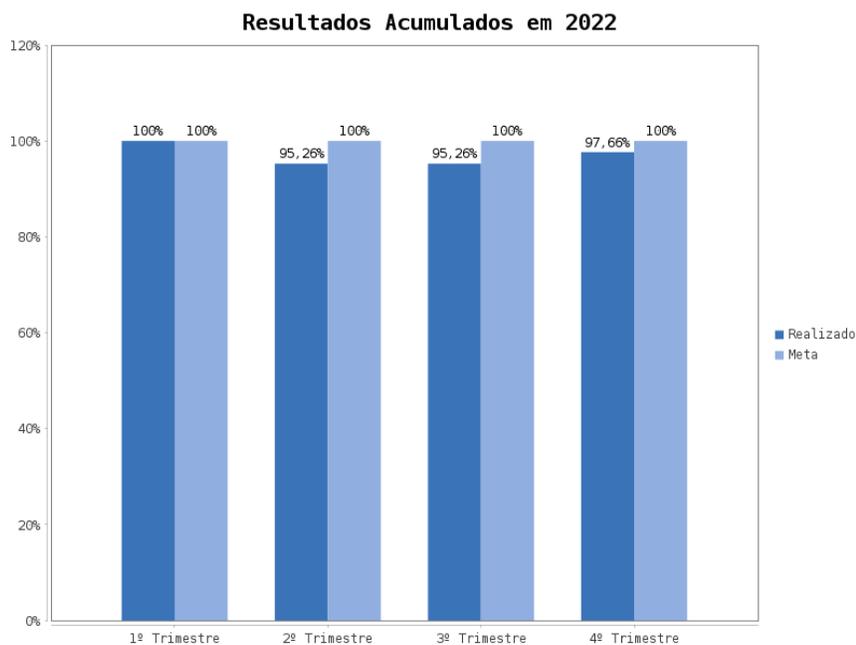
Espera-se uma melhora (e estabilização) no desempenho do indicador com a solidificação de rotinas, entendendo-se razoável pontuar que a etapa do pagamento envolve o cumprimento de obrigações pelos contratados que muitas vezes não são alcançadas em tempo hábil dentro do exercício financeiro.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Dado o comentário anterior, entende-se que ações em conjunto com forçadores/prestadores de serviços objetivando-se a otimização do cumprimento de obrigações possíveis de implementação dentro do exercício financeiro poderiam impactar na elevação do desempenho.

Riscos associados ao objetivo

Idem comentário do 1º trimestre.

OE 12 - Promover a transformação digital**Ótimo****Desempenho do Período: 97,66%****Responsável: STI.**

Análise de contexto A primeira análise deste objetivo foi realizada ao final do primeiro semestre deste ano, quando foram iniciadas as medições dos novos Indicadores Estratégicos constantes do Planejamento Estratégico referente ao período 2021-2026. Podemos hoje observar um bom resultado, em que pode-se notar uma evolução comparando-se ao primeiro semestre, com alcance de 97,66% da meta. Porém, na primeira análise, alguns dos indicadores ainda não possuíam medições, tendo em vista suas medições de periodicidade anual, como o IE 51 e o IE 55, que receberam as primeiras medições no trimestre desta análise, cujos resultados foram 121% e 171,43% do alcance da meta, respectivamente. Os demais Indicadores Estratégicos também apresentaram bons resultados: IE50 - 104,98% no 4º trimestre, IE52 - 136,05% no 2º semestre, IE53 - 85,94% no 2º semestre e IE54 - 177,78% no 2º semestre. Importante salientar que o IE55 sofreu uma alteração ao longo de 2022, que foi aprovada pelo CGovTIC. O nome do indicador foi alterado de “Taxa de serviços digitais da Carta de Serviços” para “Taxa de atendimento ao PTD” (Plano de Transformação Digital). O PTD foi aprovado pelo CGovTIC em maio de 2022, alinhado com a Estratégia Nacional de TIC (ENTIC-JUD).

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Ao longo do ano, diversas foram as ações implementadas pela STI, algumas delas já citadas na análise feita ao final do segundo trimestre, como por exemplo a execução de Plano de Ação que incluiu a formalização de diversos mapeamentos de processos (RADs) para alavancar a nota do questionário iGovTIC, o que resultou na nota mais alta obtida pelo TRE-RJ (78,65) e o alcance do nível “aprimorado”, um grande avanço para a maturidade em Gestão e Governança de TIC, e que impactou positivamente o IE51. Importantes ações no segundo semestre também contribuíram para o bom desempenho do objetivo, como a implantação da nova solução colaborativa Google Workspace, que substituiu a ferramenta anterior de e-mails do Tribunal, bem como a disponibilização de wi-fi para todos os cartórios eleitorais, através de tecnologia 3G/4G, impactando positivamente o IE55. Além disso, o projeto de implantação do VoIP foi iniciado com migração de todos os telefones da Sede para nova tecnologia e também foi contratada e implantada nova solução da Central de Serviços de TI (4Biz). Houve melhorias também na página da Intranet do Tribunal, com aumento da acessibilidade e com maior alinhamento aos padrões internacionais. Já com relação às Eleições 2022, a STI fez algumas entregas importantes, dentre elas o desenvolvimento do novo Portal das Eleições e o Painel de BI do PIE (Plano Integrado das Eleições) permitindo melhor acompanhamento e execução do plano. Também foi entregue nova versão do sistema Convoca-E, com melhorias sugeridas pelos cartórios e implantação do sistema Coleta Cand, que permitiu o recebimento, de forma inédita no Tribunal, de mais de 1500 arquivos de prestação de contas pela internet.

As entregas no último semestre refletiram em uma melhoria do resultado da pesquisa semestral de satisfação dos usuários de TIC (IE 52) que obteve um resultado geral no semestre de 95,24% de satisfação, sendo que no primeiro semestre de 2022 o resultado geral foi de 84,92% de satisfação. As melhorias podem ser destacadas nas seguintes áreas, de acordo com a comparação de notas médias entre o 1º e 2º semestre: Correio eletrônico - 9,17 (4,90 no 1º sem); Ferramentas de Escritório - 7,36 (6,33 no 1º sem); Acesso à Internet - 8,54 (7,05 no 1º sem); Atendimento de Suporte - 9,09 (8,70 no 1º sem).

De forma geral, a STI fez uma grande quantidade de entregas relevantes no exercício de 2022, mesmo sendo um ano eleitoral, que auxiliaram na Transformação Digital do Tribunal, seja provendo novas soluções que incorporaram uso de tecnologia ou no aperfeiçoamento de soluções tecnológicas existentes para a melhoria dos processos de trabalho. O bom alinhamento da TI com a alta gestão e as unidades de negócio, através do Comitê de Governança de TI (CgovTIC), foi de fundamental importância na priorização dos projetos que poderiam trazer maior valor ao negócio, permitindo o melhor direcionamento dos recursos. Houve uma notável dedicação dos servidores da STI para atingir estes objetivos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)O desafio da STI é continuar trabalhando em prol da transformação digital do Tribunal, com a implantação e desenvolvimento de novas soluções e serviços de TI, e concomitantemente, assegurar o funcionamento dos serviços atualmente em produção, pois cada nova solução de TI que é disponibilizada demanda esforço de manutenção e de operação de infraestrutura. O novo Data Center será inaugurado no primeiro semestre de 2023, o que demandará a alocação de servidores nas tarefas de migração e ajustes dos equipamentos de rede e servidores para a nova estrutura. Tal mudança, pode ocasionar a indisponibilidade temporária de alguns serviços de TI, além da necessidade de alocação de equipes para este projeto, o que pode impactar na execução de outros projetos planejados para o semestre. Porém, se tudo correr bem, a expectativa é que o objetivo permaneça com desempenho "ótimo".

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasCom base nas notas atribuídas aos itens da pesquisa de satisfação, será elaborado um plano de ação para melhoria dos serviços de TI. No exercício de 2023 também estão previstas algumas aquisições de TI para melhoria de nossa infraestrutura e serviços, como aquisição de novos equipamentos servidores, o que permitirá serviços de TI com maior velocidade e estabilidade, além da aquisição e instalação de novas estações de trabalhos para servidores que estão utilizando atualmente equipamentos um pouco obsoletos. A mudança para o novo Data Center, com previsão para o 2º trimestre de 2023, também deve melhorar a questão da disponibilidade dos serviços e sistemas. Também pretende-se criar uma base de conhecimento para usuários de TI, para orientar sobre uso dos principais serviços de TI e esclarecer as principais dúvidas, com isso pretendemos diminuir a quantidade de chamados abertos e aumentar, ainda mais, a satisfação dos usuários de TI.

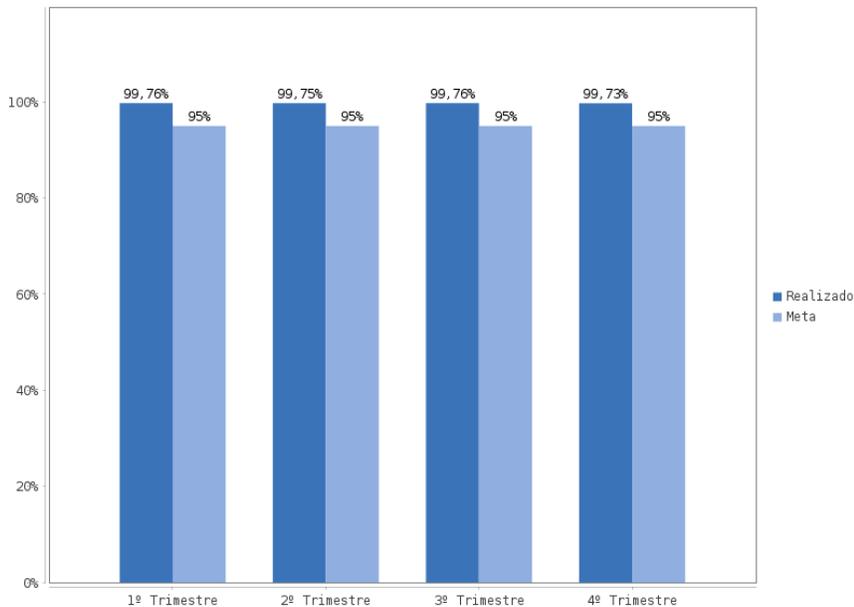
Riscos associados ao objetivo Existe o risco de haver um período com maior instabilidade e indisponibilidade de alguns serviços de TI e sistemas no momento da mudança para o novo Data Center. As diversas demandas e projetos que devem ser executados pela TI em 2023 pode ocasionar a falta de disponibilidade de servidores para atuarem nas melhorias planejadas para o exercício.

IE 50 - Taxa de disponibilidade dos serviços essenciais de TIC

Ótimo

Desempenho do Período: 104,98%

Resultados Acumulados em 2022



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COINF.

Análise de contexto

O Objetivo Estratégico no geral apresentou desempenho ótimo também no 4º trimestre; As variáveis relativas aos serviços de rede, assim como a disponibilidade dos serviços essenciais e críticos ficaram acima de 99%. Nos serviços de rede foi monitorada a disponibilidade dos circuitos das unidades judiciárias da capital, interior, sede e núcleos administrativos. Nos serviços essenciais foi monitorada a disponibilidade do Google Workspace, SEI e Intranet. Nos sistemas críticos foram monitorados: Portal do Servidor, Agendamento Biometria, Ouvidoria, Solicitação de chamados pela Central de Serviços de TI, CONSEG, Balcão Virtual e Sigma-Web.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A implantação da dupla abordagem nos cartórios foi pausada em setembro/2022 por conta das atividades preparatórias para as eleições. Devido à implantação do VOIP, os trabalhos devem ser retomados em fevereiro/2023. A implantação da solução VOIP na SEDE foi finalizada. Está em andamento a implantação nos cartórios e Unidades Administrativas da capital, em seguida irá começar a implantação nos cartórios do interior. A nova solução da Central de Serviços foi implantada. As atividades referentes à modernização do Data Center continuam em andamento.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

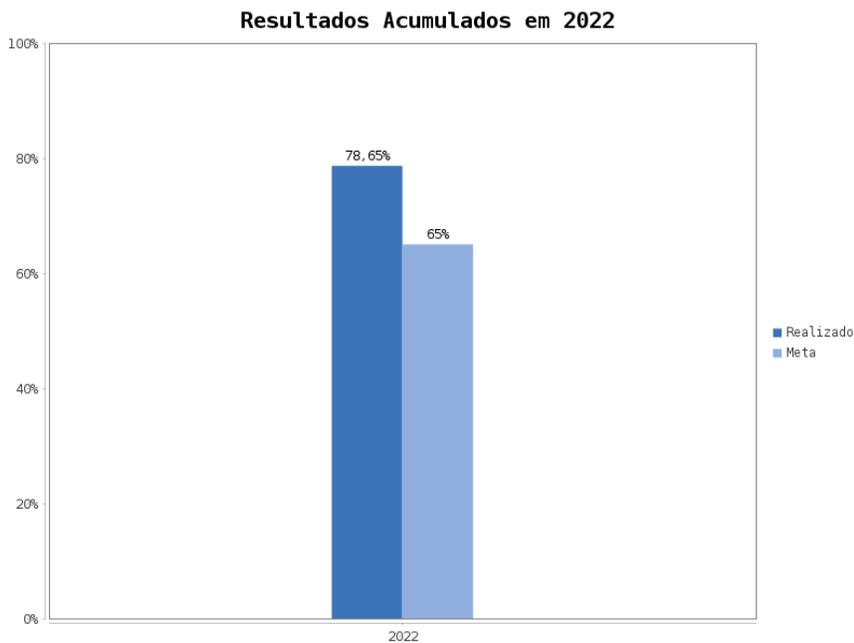
A tendência de desempenho do indicador nos próximos 6 meses é de estabilidade. Estamos na fase final de implantação do projeto de modernização do Datacenter, devido a atrasos por conta de intervenções na infraestrutura do prédio da SEDE a previsão agora é para abril de 2023. A implantação da solução VOIP nos cartórios e unidades administrativas tem previsão de término para fevereiro de 2023. Implantação das ferramentas de segurança adquiridas, de forma a não afetar a disponibilidade e o desempenho dos serviços críticos e essenciais.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Suporte da Administração e SSG para que as unidades envolvidas consigam priorizar as atividades referentes à implantação do novo Data Center e VOIP. Suporte da Administração e SGP para viabilizar a recomposição do quadro de servidores da SEREDE que atualmente conta com apenas 2 Analistas e 1 Técnico.

Riscos associados ao objetivo

Enquanto o Projeto de Modernização do Data Center não for implantado, o tribunal ficará exposto aos riscos inerentes à indisponibilidade dos serviços e sistemas que contam com a infraestrutura do Data Center atual e em desacordo com o nivelamento de TIC proposto pela ENTIC-JUD. Hoje já enfrentamos problemas na implantação de projetos como VOIP, VPN dupla abordagem e Justiça Itinerante por conta da falta de técnicos especializados na SEREDE. A requisição do servidor da IFRJ não se concretizou. A SEREDE necessita recompor o seu quadro de servidores urgentemente. Com a perspectiva de utilização de um novo prédio SEDE pelo tribunal, a falta de servidores técnicos na SEREDE fica ainda mais preocupante.

IE 51 - Índice de governança de TIC**Ótimo****Desempenho do Período: 121,00%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: STI.****Análise de contexto**

Este é a primeira análise histórica deste indicador, criado para o novo Planejamento Estratégico do TRE-RJ (2021-2026). Ele corresponde à nota obtida no questionário do iGovTICJUD - Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário aplicado pelo CNJ anualmente, com objetivos de medir o nível de maturidade em TIC dos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do CNJ. Com a publicação da Resolução CNJ nº 370/2021, foi elaborado por aquele órgão um novo questionário iGovTIC-JUD, com novos critérios de pontuação e de classificação, e aplicado pela primeira vez em setembro daquele ano, tendo o TRE-RJ obtido a nota de 52,24.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Ao longo do primeiro semestre de 2022 e com o objetivo de alavancar a nota do iGovTIC-JUD para 65,00, a STI elaborou um Plano de Ação contendo atividades selecionadas anteriormente através de cálculo do ROI. Depois, em conjunto com os Coordenadores, chefes de seção e alguns servidores, foram designadas as equipes de trabalho e distribuídas as atividades. Semanalmente eram realizadas reuniões de monitoramento e orientação. Principais ações concluídas pelas equipes: RADs: Desenvolver Sistemas, Sustentar Sistemas, Liberar e Implantar Sistemas, Gerir e Fiscalizar Contratos, Gerenciar Problemas de TIC. Outras ações concluídas: Elaboração do Plano de Gestão de Continuidade de Serviços Essenciais de TIC, Publicação de artefatos de contratações vigentes no Connect-JUS, Elaboração e Publicação de Normativo que define papéis e responsabilidades no ciclo de vida de soluções de TIC, Elaboração do Plano de Transformação Digital, entre outras.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Em 2022 alcançamos o índice 78,65 - Aprimorado (mais que a meta antes prevista para o ano de 2023). A expectativa porém é de que possamos alcançar um índice ainda maior.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Será elaborado um novo Plano de Ação, voltado exclusivamente para o iGovTIC-JUD, a exemplo do que foi desenvolvido em 2022, para melhorar o nosso índice. Entre as ações que farão parte deste novo plano, estarão aquelas que não puderam ser concluídas em 2022 devido aos trabalhos relativos às Eleições Gerais.

Riscos associados ao objetivo

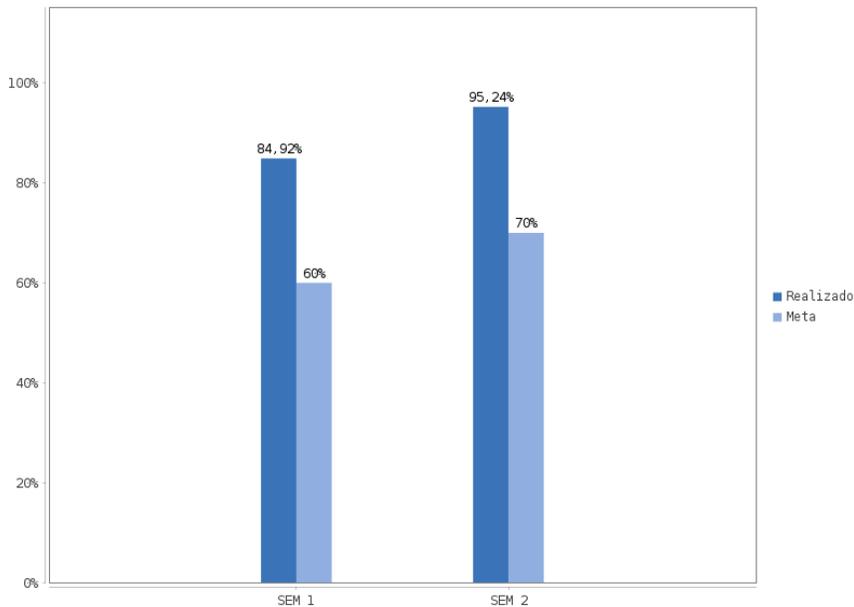
Por se tratar de ano não eleitoral, em 2023 a STI pode ser demandada para outros projetos, alguns talvez considerados estratégicos, o que poderá ocupar as equipes de trabalho, desacelerando o andamento das atividades definidas no Plano de Ação do IGovTIC-JUD, tornando-se um risco para o alcance de um índice mais alto este ano.

IE 52 - Taxa de satisfação dos usuários de TIC

Ótimo

Desempenho do Período: 136,05%

Resultados Acumulados em 2022



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: STI.

Análise de contexto

Foi novamente disponibilizada a pesquisa de satisfação para resposta dos servidores e servidoras, entre 15/12/2022 a 11/01/2023, para avaliação dos serviços de TI prestados no segundo semestre de 2022. Sesenta e três (63) servidores responderam ao questionário, um número bem inferior ao do 1º semestre, provavelmente por ter sido realizado em período próximo ao recesso, logo após as eleições.

O questionário aplicado foi igual ao anterior, composto por uma pergunta de avaliação geral e mais 16 perguntas para avaliação dos diversos serviços de TIC. Estas perguntas poderiam ser respondidas com notas de 1 à 10 e somente a primeira era obrigatória. Havia também 3 perguntas de respostas discursivas para que os servidores incluíssem suas sugestões, críticas e elogios, o que auxiliou na elaboração da análise deste indicador.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No primeiro semestre de 2022, a taxa de satisfação dos usuários de TIC ficou em 84,92, acima do previsto, mas algumas ações realizadas pela STI ao longo do segundo semestre garantiu que nossa taxa de satisfação subisse para 95,24%. Entre as diversas ações realizadas, destacam-se: 1. Nova Intranet; 2. Aquisição e Implantação de solução colaborativa GOOGLE Workspace - em substituição ao Zimbra (correio eletrônico); 3. Implantação de tecnologia 3G/4G; 4. Atualização das estações de trabalho da Sede. Algumas notas médias obtidas no segundo semestre que ficaram melhores em comparação com o resultado do primeiro semestre: Correio eletrônico - 9,17 (4,90 no 1º sem); Ferramentas de Escritório - 7,36 (6,33 no 1º sem); Acesso à Internet - 8,54 (7,05 no 1º sem); Atendimento de Suporte - 9,09 (8,70 no 1º sem).

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência prevista é de estabilidade do indicador, porém existe o desafio de manter os serviços de TI em bom nível de funcionamento e tempo de resposta, o que é desafiador dada a grande quantidade de novos serviços e sistemas que temos que disponibilizar, o que demanda trabalho de nossas equipes e de infraestrutura de TI sempre atualizada e em bom funcionamento.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Com base nas notas atribuídas aos itens da pesquisa de satisfação, será elaborado um plano de ação para melhoria dos serviços de TI. No exercício de 2023 também estão previstas algumas aquisições de TI para melhoria de nossa infraestrutura e

serviços, como aquisição de novos equipamentos servidores, o que irá deixar nossos serviços mais rápidos e estáveis, além de novas estações de trabalho. A mudança para o novo Data Center, com previsão para o 2º trimestre de 2023, também deve melhorar a questão da disponibilidade dos serviços e sistemas. Também pretende-se criar uma base de conhecimento para usuários de TI, para orientar sobre uso dos principais serviços de TI e esclarecer as principais dúvidas, com isso pretendemos diminuir a quantidade de chamados abertos e aumentar ainda mais a satisfação dos usuários.

Riscos associados ao objetivo

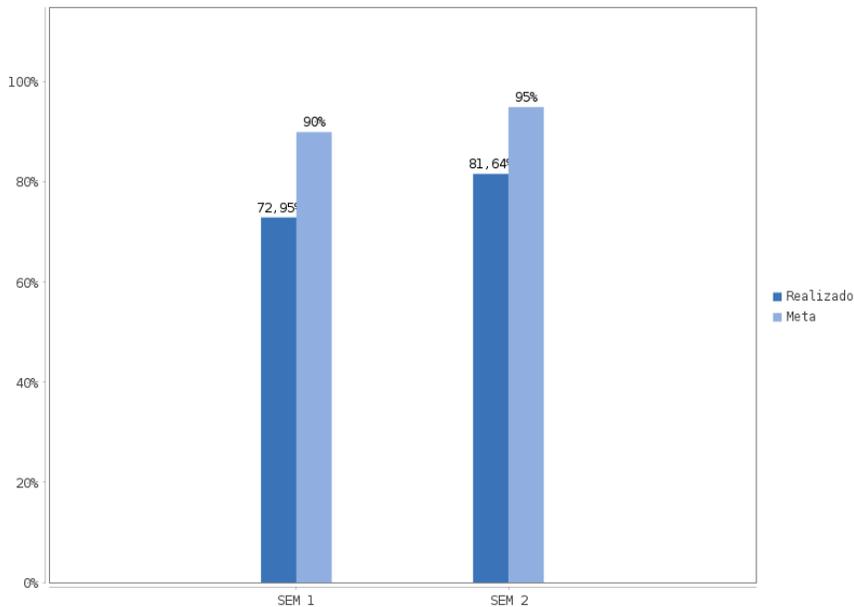
Existe o risco de haver um período com maior instabilidade e indisponibilidade de alguns serviços de TI e sistemas no momento da mudança para o novo Data Center. As diversas demandas e projetos que devem ser executados pela TI em 2023 pode ocasionar a falta de disponibilidade de servidores para atuarem nas melhorias planejadas para o aumento do nível de satisfação dos usuários de TI.

IE 53 - Taxa de adequação dos equipamentos aos padrões

Ótimo

Desempenho do Período: 85,94%

Resultados Acumulados em 2022



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COLOG.

Análise de contexto

A realização do pleito em outubro e o início do período eleitoral em 15 de agosto de 2022 restringem as ações de melhoria da adequação dos equipamentos, uma vez que busca-se a máxima disponibilidade aos usuários não sendo conveniente trocas e/ou substituições de equipamentos na eleição. Contudo, ainda foi possível a melhoria do indicador de 72,95% para 81,64% atuando principalmente em concluir adequação dos microcomputadores da sede.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Conclusão da atualização dos microcomputadores da sede, alavancando o indicador de 875 para 1095 equipamentos adequados, bem como renovação dos contratos e ampliação dos serviços de outsourcing de impressoras na sede e cartórios. Destaca-se ainda que no ano de 2022 a modalidade de outsourcing já foi instalada em todos os cartórios da capital

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O indicador tem tendência de continuar a melhorar uma vez que já está em andamento a contratação de outsourcing para as impressoras dos cartórios do interior.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

O Plano Diretor de TIC bem como o Plano de Transformação Digital estarão em análise e revisão no 1º semestre de 2023, de modo que novas ações de melhoria que possam impactar neste indicador serão consideradas e alinhadas com o PDTIC e PTD

Riscos associados ao objetivo

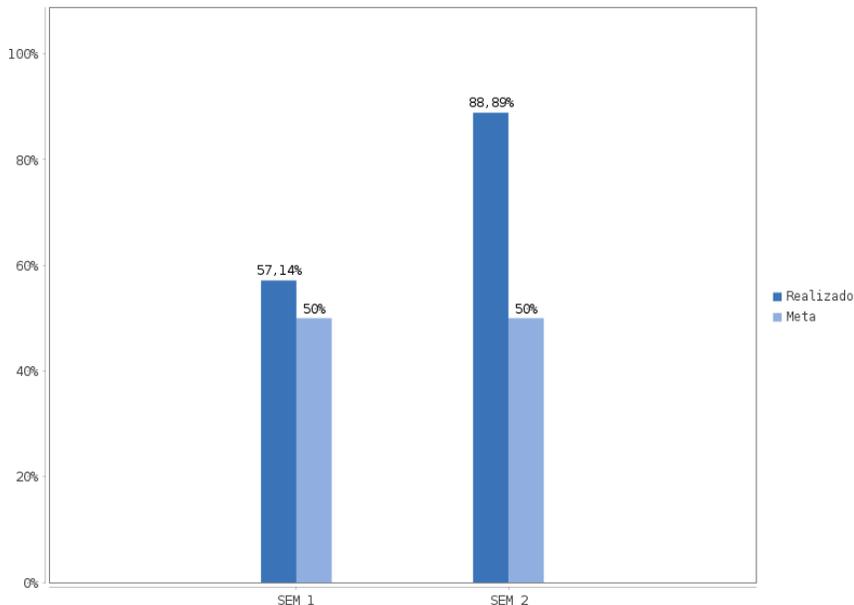
A complexidade logística associada ao atendimento das zonas eleitorais no interior do Estado pode impactar no sucesso da contratação de serviços de outsourcing de impressoras. Existe a possibilidade de ocorrer na licitação por lotes (áreas geográficas) que algum lote não tenha empresas interessadas, frustrando o alcance das metas de implantação em todos os cartórios do interior.

IE 54 - Taxa de entrega de soluções de TI

Ótimo

Desempenho do Período: 177,78%

Resultados Acumulados em 2022



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CSCOR.

Análise de contexto

No 2º semestre de 2022 o CGOVTic não priorizou nenhuma demanda no 4º Trimestre e tivemos o trabalho da empresa de consultoria de BI no total de 500 horas que foram totalmente executadas no período.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Considerando a contratação da empresa de consultoria BI-Qlik a partir de setembro / 2022, ganhamos um reforço para desenvolver e entregar as demandas de painéis. Inclusive as priorizadas e não planejadas referentes às necessidades da eleição.

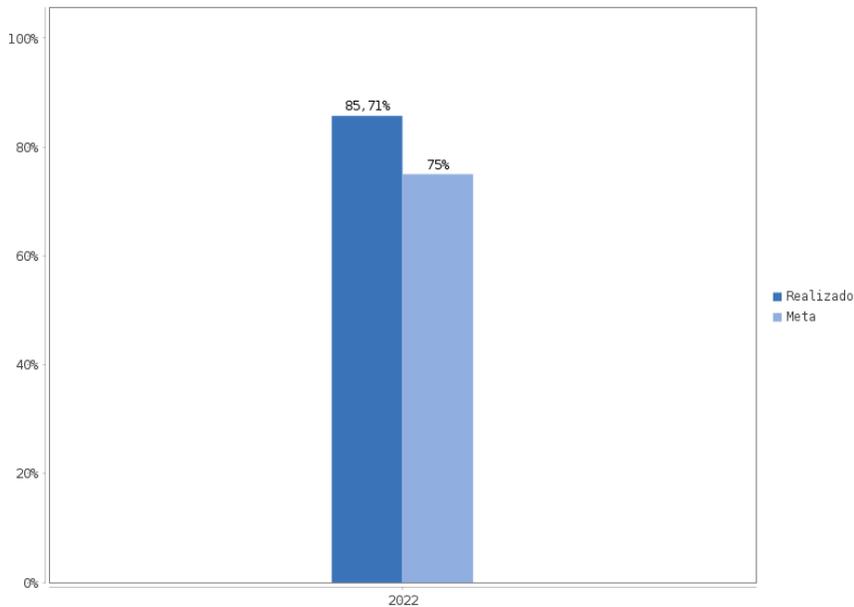
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Não é possível fazer uma análise de tendências, pois não temos demandas priorizadas pelo CGOVTIC.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Propomos, caso seja possível, que haja uma frequência maior de priorizações pelo CGOVTIC a fim de que possamos fazer um melhor planejamento e alocação de pessoas.

Riscos associados ao objetivo

IE 55 - Taxa de atendimento ao Plano de Transformação Digital**Ótimo****Desempenho do Período: 114,28%****Resultados Acumulados em 2022****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: STI.****Análise de contexto**

Não há histórico deste indicador, tendo em vista ter sido criado recentemente, em substituição ao indicador que media a taxa de serviços digitais da carta de serviços ao cidadão. A alteração foi com o objetivo de alinhar o indicador com a nova ENTIC-JUD, que em seu Art. 15, parágrafo 1º, prevê a elaboração do Plano de Transformação Digital que deverá conter diversas ações, entre elas a transformação digital de serviços. O questionário do IGovTIC-JUD nos alertou sobre a necessidade de elaborarmos o PTD e que ele seria peça chave para atingirmos um maior nível de maturidade em Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC, elevando também, consequentemente, a nossa nota no Prêmio CNJ de Qualidade. O PTD do TRE-RJ foi elaborado e aprovado em maio/2022.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

O PTD 2022-2023 engloba 9 (nove) ações de transformação digital. Para o ano de 2022, estavam previstas 7 (sete) ações. Das 7 (sete), foram concluídas 6 (seis) ao longo de 2022 a saber: implantação dos Sistemas JE REINF, COLETA CAND, ATENA, desenvolvimento do Sistema DIPLOMA NET, implantação do E-SOCIAL e nova versão do Sistema CONVOCA-E. Desta forma, conseguimos alcançar a taxa de atendimento ao PTD de 85,71%, quando a meta era de 50%, dado que havíamos levado em consideração os riscos que os trabalhos relativos às eleições gerais poderiam trazer para o desenvolvimento e implantação dos referidos sistemas.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é de estabilidade no desempenho do indicador no próximo ano, apesar de uma das ações previstas para 2022 não ter sido totalmente concluída, que foi a implantação do Sistema JANUS. Teremos ainda o desafio de implantar o sistema PAG TESOURO, além de outras atividades relacionadas à instalação do novo Data Center prevista para o 2º trimestre de 2023.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

No ano de 2022 a priorização de projetos do CGovTIC ficou alinhada ao planejamento do PTD. Para uma boa execução do plano em 2023 isso deverá novamente ocorrer.

Riscos associados ao objetivo

Este indicador está fortemente relacionado a priorização de projetos de TI feita pelo CGovTIC, mas especificamente de projetos de desenvolvimento de sistemas e business intelligence. O PTD deve estar alinhado com os projetos priorizados pelo

Comitê, para que as equipes de desenvolvimento estejam alocadas para estes projetos, caso contrário, é improvável executar o plano em sua maior parte e assim obter um bom índice de atendimento do indicador.

OE 13 - Aperfeiçoar a infraestrutura**Ótimo****Desempenho do Período: 97,34%****Responsável: SSG.**

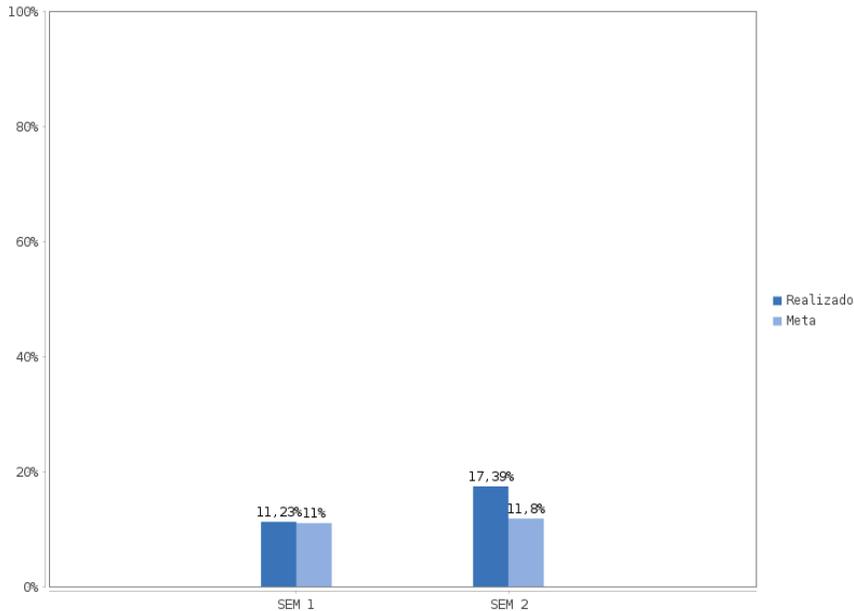
Análise de contextoO presente objetivo estratégico apresentou novamente um desempenho satisfatório neste segundo semestre de 2022, perfazendo desempenhos acima das metas estabelecidas para os indicadores estratégicos IE 56 - Taxa de unidades com infraestrutura adequada e IE 57 - Taxa de unidades com condições adequadas de segurança.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosConcretizou-se a previsão do último período, foram transferidas 9 (nove) Zonas Eleitorais para Shopping Centers nos municípios de São Gonçalo e Resende.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Espera-se uma tendência de melhora no próximo período de medição do objetivo estratégico com a instalação de elevador no imóvel de Bangu onde estão abrigadas 5 (cinco) Zonas Eleitorais daquele município.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasEm consonância com a Resolução CNJ nº 114, bem como a Resolução TRE nº 1198/2021, deve-se priorizar a busca e/ou otimização de imóveis que comportem Polos permanentes, visando ao armazenamento de urnas eletrônicas.

Riscos associados ao objetivoA alta capilaridade da estrutura imobiliária impacta negativamente na padronização dos imóveis utilizados pelo Tribunal. Atrelado a isso, tem-se a dificuldade de se encontrar imóveis adequados em determinadas regiões, especialmente devido ao aumento da mancha criminal no Estado do Rio de Janeiro.

IE 56 - Taxa de unidades com infraestrutura adequada**Ótimo****Desempenho do Período: 147,38%****Resultados Acumulados em 2022****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COENG.****Análise de contexto**

O Indicador Estratégico 56 (IE 56) mede a taxa de unidades com infraestrutura adequada. São consideradas unidades com infraestrutura adequada aquelas que possuam concomitantemente suas instalações acessíveis, com equipamentos econômicos e compatíveis com o trabalho e os serviços prestados. O IE 56 - Índice de unidades com instalações padronizadas compõe o Objetivo Estratégico 13 (OE13) - Aperfeiçoar a infraestrutura, logo, o não atendimento deste índice irá impactar diretamente aquele objetivo do TRE-RJ. O IE 56 - "Taxa de unidades com infraestrutura adequada" tem ligação direta com as determinações da Resolução nº 1198/2021 que Regulamenta os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro e que no seu artigo 4º prioriza a utilização de imóveis que comportem polos permanentes, além dos cartórios eleitorais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Segundo os dados levantados, o índice avaliado foi satisfatório com desempenho no 2º semestre de 2022 de 17,39%, acima da meta de 11,80% prevista para o período. Neste 2º semestre de 2022 foram realizadas as transferências das zonas eleitorais 31ª e 198ª da Praça Marechal José Pessoa nº 95, Centro, Resende, para o Shopping Pátio Mix Resende, Av. Dorival Marcondes Godoy nº 500, Loja 1101b, Castelo, também em Resende. Além disso, foram realizadas as transferências das zonas eleitorais 36ª e 133ª da Rua Eduardo Vieira nº 112, Centro, São Gonçalo, 68ª, 69ª, 132ª e 135ª da Rua Dr. Feliciano Sodré nº 153, Centro, São Gonçalo e 87ª da Rua Oliveira Botelho SN, Neves, São Gonçalo, todas para o Shopping Partage, localizado na Av. Presidente Kennedy nº 425, Centro, São Gonçalo. Observa-se ainda que restou pendente por parte do proprietário a instalação do elevador no imóvel que abriga as zonas eleitorais 24ª, 230ª, 233ª, 234ª e 238ª, localizada na Avenida Marechal Fontenelle 4650, Sulacap, que estava prevista para o semestre em tela. Essa medida que impactará diretamente no IE 56.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A Resolução nº 1198/2021, que Regulamenta os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro estabelece uma rotina que se inicia pela determinação/solicitação para instalação da unidade. Nesta oportunidade, define-se o local para instalação levando-se em conta aspectos como os meios de acesso urbano ao cartório, compatibilidade com o uso e com o zoneamento urbano e a segurança do entorno. Na sequência, com escolha do imóvel e superado os critérios legais e de documentação, são observados critérios técnicos como a infraestrutura e a viabilidade de atendimento ao IE

56. Neste contexto, as instalações compatíveis com o trabalho e os serviços prestados se mostra o critério mais relevante, pois a sua inadequação demandaria obras de grande porte no imóvel. Desta forma, a regra é que a área total do imóvel, as instalações elétricas e hidráulicas, acobertura e a estrutura estejam em bom estado e sejam compatíveis com a instalação da unidade eleitoral. Em segundo plano temos o critério que cuida da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos imóveis. A experiência mostra que os imóveis totalmente acessíveis normalmente estão concentrados em shoppings ou fóruns novos. Nos demais imóveis raramente a acessibilidade está integralmente contemplada, sendo necessárias adequações de pequeno e médio porte, de modo que a ocupação ou primeira locação é o momento oportuno para executar essas adequações de acessibilidade ou negociá-las com o proprietário. Uma vez atendidas às exigências, dificilmente haverá obstáculos para a instalação de equipamentos econômicos visando a sustentabilidade, tais como lâmpadas de LED e descargas e torneiras com controle de fluxo. A tendência nos próximos 6 meses é de melhoria com a instalação do elevador no imóvel que abriga as zonas eleitorais 24ª, 230ª, 233ª, 234ª e 238ª, localizada na Avenida Marechal Fontenelle 4650, Sulacap.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Em observância à Resolução CNJ nº 114, bem como a Resolução TRE-RJ nº 1198/2021, recomenda-se a padronização e concentração da estrutura imobiliária, com base em critérios técnicos e nos objetivos institucionais do TRE-RJ, bem como em observância ao artigo 4º da referida Resolução que recomenda priorizar a utilização de imóveis que comportem polos permanentes.

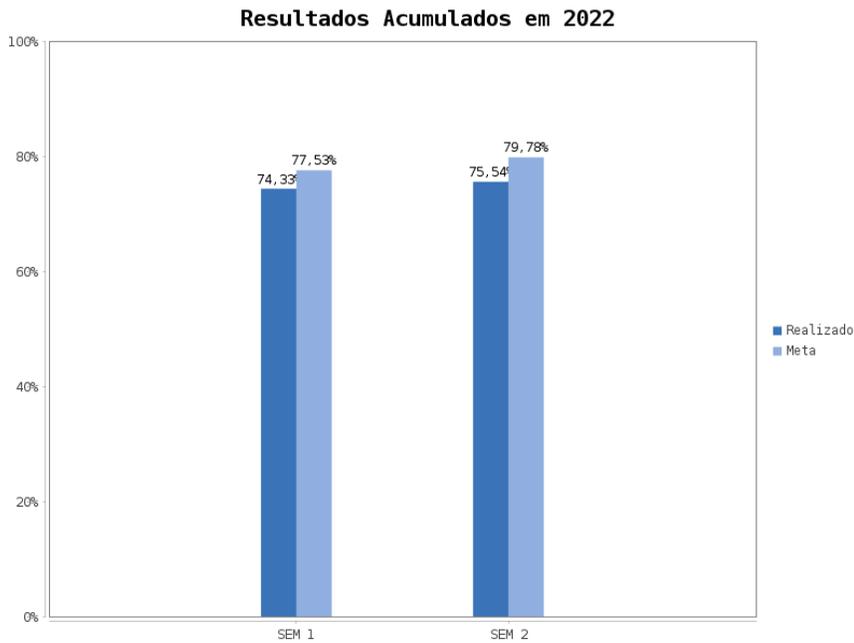
Riscos associados ao objetivo

Um dos grandes riscos associados ao objetivo é a precária infraestrutura existente, especialmente naqueles imóveis que não comportam adaptações. Além disso, a capilaridade e a falta de padronização da infraestrutura do TRE-RJ tornam as adequações complexas e, em alguns casos, inviáveis. Assim, o aprimoramento do IE 56 passa necessariamente pela transferência de algumas unidades para outros imóveis, observando-se os critérios de aceitação previstos no indicador.

IE 57 - Taxa de unidades com condições adequadas de segurança

Ótimo

Desempenho do Período: 94,69%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: POLJUD.

Análise de contexto

Fechado pela SEDEST sem análise 17/01/23

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo